 JUSTIÇA FEDERAL	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO Diretoria Administrativa Divisão de Licitações	SEI: 0010634-54.2025.4.05.7000
--	--	---------------------------------------

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026		Data de Abertura: 09/04/2026 às 11:00h (horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/			
OBJETO					
Formação de Ata de Registro de Preços (ARP) para Aquisição REGIONAL de solução SD-WAN para a Justiça Federal da 5ª Região (JF5), incluindo os serviços de instalação, configuração, migração e horas de consultoria.					
ORÇAMENTO ESTIMADO MÁXIMO ADMITIDO P/12 MESES					
R\$ 4.821.104,92 (quatro milhões e oitocentos e vinte e um mil e cento e quatro reais e noventa e dois centavos).					
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual		Forma de Adjudicação	
SIM	NÃO SE APLICA	TERMO DE CONTRATO		POR GRUPO	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Forma de Fornecimento/Regime de Contratação	Dedicação Exclusiva de Mão de Obra?	Cota Reservada para ME/EPP?	Exige Amostra/Prova de Conceito?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	INTEGRAL, para os itens 1 e 2; EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (EPG), para os itens 3, 4, 5 e 6; e EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (EPU), para o item 7.	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Prazo para envio da proposta/documentação					
Até 2 (duas) hora(s) após a convocação realizada pelo(a) Pregoeiro(a).					
Pedidos de Esclarecimentos			Impugnações		
Até 23h59min do dia 06/04/2026 para o endereço: cpl@trf5.jus.br			Até 23h59min do dia 06/04/2026 para o endereço: cpl@trf5.jus.br		
Observações Gerais					
A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,01 (um centavo de real).					

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do TRF5 pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando as opções **Contratações > Compras eletrônicas > Em andamento > Cód. UASG "90031"**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço www.trf5.jus.br, opção **Portal da Transparência > Licitações e Contratos > Licitações**.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026-TRF5

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (UASG: 090031)**, inscrito no **CNPJ sob o nº 24.130.072/0001-11**, com sede no Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão – Bairro do Recife – Recife/PE – CEP: 50.030-908, por meio do **PREGOEIRO, designado pela Portaria da Presidência nº 79, de 28 de março de 2025**, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório na plataforma SEI sob o **n.º 0010634-54.2025.4.05.7000**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, por meio da internet através do portal **COMPASNET**, disponível no site www.gov.br/compras, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, critério de adjudicação **POR GRUPO, disputa no modo "ABERTO E FECHADO", SEM INVERSÃO DE FASES** e com a forma de fornecimento **INTEGRAL, PARA OS ITENS 1 e 2; com o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA OS ITENS 3, 4, 5 e 6; e, EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (EPU), PARA O ITEM 7**, objetivando a **FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) PARA A AQUISIÇÃO REGIONAL DE SOLUÇÃO SD-WAN PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO (JF5), INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E HORAS DE CONSULTORIA**, o qual será processado e julgado segundo as condições, prazos e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e, de conformidade com a Constituição Federal e com as disposições legais e infralegais discriminadas a seguir, dentre outras:

- **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- **Lei Complementar nº 182/2021**, de 1º de junho de 2021 - Institui o marco legal das **startups** e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- **Lei nº 13.709/2018**, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- **Lei nº 12.846/2013**, de 1º de agosto de 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

- **Lei nº 12.527/2011**, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- **Lei Complementar nº 123/2006**, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Lei nº 6.938/1981**, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- **Decreto nº 11.890/2024**, de 22 de janeiro de 2024 - Regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável;
- **Decreto nº 11.462/2023**, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto nº 11.246/2022**, de 27 de outubro de 2022 - Regulamenta o disposto no §3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto nº 10.947/2022**, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto nº 10.818/2021**, de 27 de setembro de 2021 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo;
- **Decreto nº 8.538/2015**, de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores

individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

- **Instrução Normativa nº 94/2022 – SEGES/ME**, de 23 de dezembro de 2022 – Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;
- **Instrução Normativa nº 81/2022 – SEGES/ME**, de 25 de novembro de 2022 – Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;
- **Instrução Normativa nº 73/2022 – SEGES/ME**, de 30 de setembro de 2022 – Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 77/2022 – SEGES/ME**, de 4 de novembro de 2022 – Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME**, de 07 de julho de 2021 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 03/2018 – SG/MPDG**, de 26 de abril de 2018 – Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- **Instrução Normativa nº 05/2017 – SG/MPDG**, de 25 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG**, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

- **Instrução Normativa nº 03/2014 – Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, de 28 de abril de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos e o fluxo dos processos de liquidação e pagamento no gerenciamento dos contratos no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
- **Instrução Normativa nº 01/2025 – Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**, de 22 de maio de 2025 - Dispõe sobre o procedimento administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de sanções decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
- **Resolução nº 540/2023 – Conselho Nacional de Justiça**, de 18 de dezembro de 2023 - Altera a Resolução CNJ nº 255/2018 e dispõe sobre paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário;
- **Resolução nº 468/2022 – Conselho Nacional de Justiça**, de 15 de julho de 2022 - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
- **Resolução nº 401/2021 – Conselho Nacional de Justiça**, de 16 de junho de 2021 - Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;
- **Resolução nº 400/2021 – Conselho Nacional de Justiça**, de 16 de junho de 2021 - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;
- **Resolução nº 709/2021 – Conselho da Justiça Federal**, de 01 de junho de 2021 - Institui a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal;
- **Resolução nº 351/2020 – Conselho Nacional de Justiça**, de 28 de outubro de 2020 – Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação;
- **Resolução nº 201/2015 – Conselho Nacional de Justiça**, de 03 de março de 2015 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável;

- **Portaria da Diretoria Geral do TRF da 5ª Região nº 273/2025, de 25 de novembro de 2025** – Dispõe sobre o prazo limite para apresentação de pedidos de repactuação e de reajuste pelas empresas contratadas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e dá outras providências;
- **Portaria nº 123/2025 – Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 23 de abril de 2025 (Alterada pela Portaria nº 155, de 19 de maio de 2025)** – Dispõe sobre a designação da comissão de instauração de processo de responsabilização e aplicação de penalidade;
- **Ato da Presidência nº 268/2021 – Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 07 de julho de 2021 (Alterado por Ato nº 148, de 15 de março de 2024); e**
- **Acórdão nº 1099/2008 - TCU Plenário:** Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico.

SUMÁRIO	
ITEM	TÓPICO
01.	CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
02.	CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
03.	CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
04.	CLÁUSULA QUARTA - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
05.	CLÁUSULA QUINTA - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
06.	CLÁUSULA SEXTA - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL
07.	CLÁUSULA SÉTIMA - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
08.	CLÁUSULA OITAVA - DA FASE DE JULGAMENTO
09.	CLÁUSULA NONA - DA FASE DE HABILITAÇÃO
10.	CLÁUSULA DÉCIMA – DO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA, DA EXCEÇÃO À VEDAÇÃO DE JUNTADA POSTERIOR DE NOVOS DOCUMENTOS E DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS/PROVAS DE CONCEITO EM SEDE DE DILIGÊNCIA
11.	CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL
12.	CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13.	CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.	CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO
15.	CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
16.	CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO
17.	CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO
18.	CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
19.	CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
20.	CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
21.	CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
22.	CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
23.	CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE PROPOSTA, DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DE SERVIÇO
24.	CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
25.	CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
26.	CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
27.	CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
28.	CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
29.	CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO
30.	CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
31.	CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a **FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) PARA A AQUISIÇÃO REGIONAL DE SOLUÇÃO SD-WAN PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO (JF5),**

INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E HORAS DE CONSULTORIA, com a forma de fornecimento INTEGRAL, PARA OS ITENS 1 e 2; com o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA OS ITENS 3, 4, 5 e 6; e, EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (EPU), PARA O ITEM 7, conforme as especificações técnicas e condições constantes deste Edital e seus Anexos, e tabela que segue:

GRUPO ÚNICO						
ITEM 1						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução SD-WAN Tipo 1, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	-	203.424,43	1.220.546,58
			JFPE	4		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	2		
ITEM 2						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução SD-WAN Tipo 2, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	2	153.612,30	1.536.123,00
			JFPE	2		
			JFSE	2		
			JFRN	2		
			JFPB	2		

ITEM 3						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	-	375.565,57	751.131,14
			JFPE	1		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	1		
ITEM 4						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	1	201.188,80	1.005.944,00
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 5						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado,	27502	Unidade	TRF5	1	10.125,24	50.626,20
			JFPE	1		

conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 6						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviço de Instalação/Configuração e Migração, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27111	Unidade	TRF5	1	15.750,00	78.750,00
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 7						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Horas de Consultoria, sob demanda, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27340	Horas	TRF5	100	296,64	177.984,00
			JFPE	200		
			JFSE	100		
			JFRN	100		
			JFPB	100		
Valor Global por extenso do Grupo Único: quatro milhões e oitocentos e vinte e um mil e cento e quatro reais e noventa e dois centavos.					R\$ 4.821.104,92	

1.2. Os processos administrativos relativos aos Órgãos Participantes encontram-se abaixo discriminados:

1.2.1. Justiça Federal de 1ª Instância do Estado de Pernambuco - JFPE (SEI nº 0000451-42.2026.4.05.7500);

1.2.2. Justiça Federal de 1ª Instância do Estado do Rio Grande do Norte - JFRN (SEI nº 0002413-73.2025.4.05.7100);

1.2.3. Justiça Federal de 1ª Instância do Estado de Sergipe - JFSE (SEI nº 0000175-29.2026.4.05.7300); e,

1.2.4. Justiça Federal de 1ª Instância do Estado da Paraíba - JFPB (SEI nº 0000242-82.2026.4.05.7400).

1.3. Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste certame licitatório, conforme o disposto **no subcláusula 4.28 do Anexo I – Termo de Referência** do edital.

1.4. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no <http://www.gov.br/compras> e as especificações técnicas constantes deste Edital, estas prevalecerão.

1.5. Integram este Edital, como se transcritos em seu próprio corpo, os ANEXOS constantes do quadro abaixo:

Item	Descrição	Anexo
01	TERMO DE REFERÊNCIA	I
02	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	I-A
03	TERMO DE SIGILO	I-B

04	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	I-C
05	DOD – DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA	I-D
06	ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	I-E
07	MAPA DE RISCOS	I-F
07	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025 – DG/TRF5	II
08	PORTARIA Nº 123/2025 – PRESIDÊNCIA/TRF5	III
09	PLANILHA DO MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS	IV
10	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	V
11	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	VI
12	MINUTA DO TERMO DE CONTRATO	VII

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A fundamentação para a adoção do sistema de registro encontra-se pormenorizada na **subcláusula 16.1.3 do Anexo I – Termo de Referência** deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários correrá à conta da dotação orçamentária específica do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Órgão Gerenciador) e dos demais Órgãos da Justiça Federal (Órgãos Participantes e Não Participantes), e somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme permissivo constante do art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA QUARTA - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar quaisquer interessados, cujos ramos de atividades guardem pertinência com o objeto da presente licitação, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.1. A empresa que pretende usufruir do regime favorecido de participação nas licitações de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 tem o ônus de manter o controle constante do seu faturamento e atualizar com fidedignidade seus dados constantes em sistemas informatizados da administração pública. (Acórdão TCU nº 623/2025 – Plenário)

4.2.2. A microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que, no ano de realização da licitação, já tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite de receita bruta fixado para o enquadramento como EPP (art. 3º, inciso II, da Lei Complementar 123/2006) não faz jus à fruição dos benefícios previstos na mencionada lei complementar

(art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021), independentemente do momento da receita efetivamente auferida. ([Acórdão TCU nº 2.695/2025 - Plenário](#))

4.2.3. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não são aplicadas ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.2.3.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, que o valor estimado seja inferior ou igual à receita bruta máxima para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.2.3.2. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, será exigido do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados na **subcláusula 4.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subcláusula anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6 - Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme o disposto na **Cláusula Décima Sétima do Anexo I – Termo de Referência** deste edital;

4.6.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.12. Empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país;

4.6.13. Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

4.6.14. Empresa, cooperativa ou instituições sem fins lucrativos cujos objetos sociais não sejam pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;

4.6.15. Empresa que se encontre sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, observada a exceção contida na **subcláusula 16.6.3.3 do Anexo I – Termo de Referência deste edital**, devendo a licitante apresentar a documentação ali exigida para possibilitar sua participação no certame;

4.6.16. Empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor do **TRF5;**
e,

4.6.17. Empresa contratada que assista e subsidie o TRF da 5ª Região de informações relativas à atribuição de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos no âmbito da unidade requisitante/demandante e desde

que guardem pertinência e similaridade com o objeto licitado, nos termos do art. 11 do Decreto Federal nº 9.507/2018.

4.7. O impedimento de que trata a **cláusula 4.6.5** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **cláusulas 4.6.3 e 4.6.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nas **cláusulas 4.6.3 e 4.6.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A vedação de que trata a **cláusula 4.6.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. É vedada, da mesma forma, a participação no certame de interessados (as) que:

4.13.1. Estejam impedidas de participar de licitações nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

4.13.2. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos dos incisos IV e V do artigo 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

4.13.3. Tenham sido declaradas inidôneas na forma estipulada pelo artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

4.13.4. Estejam proibidas de contratar com o Poder Público em função da aplicação do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

4.14. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.14.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.14.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.14.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.15. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.16. Conforme decisão do Conselho Nacional de Justiça na Consulta 0001199-62.2015.2.00.0000:

4.16.1. É vedada a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, a teor do art. 2º, inciso V, da Resolução CNJ n. 7, de 18 de outubro de 2005 ([Redação dada pela Resolução CNJ nº 229, de 22.06.16](#));

4.16.2. É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação (pregão eletrônico, diálogo competitivo, concorrência pública etc.), de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

4.16.3. A vedação descrita no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

4.16.4. É permitida a contratação, por meio de regular procedimento licitatório em que se permita a livre concorrência (a exemplo do pregão, tomada de preços e concorrência pública), de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados de primeiro e de segundo graus atuantes exclusivamente na jurisdição, assim como de servidores que, embora ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (a exemplo dos servidores da área judiciária, como escrivães, diretores de secretaria, assistentes/assessores de magistrados), não atuem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não vislumbrar, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório;

4.16.5. Nada obsta que o tribunal vede a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a

exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.1.1. Condições de participação

5.1.1.1. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.1.1.2. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.1.2. Declarações para fins de habilitação

5.1.2.1. Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.1.2.2. Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.1.2.3. Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021 – <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>);

5.1.2.4. Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.1.2.5. Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.1.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

5.1.3.1. Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

5.1.3.2. Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis. (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do art. 116, caput, da Lei nº 14.133/2021 – <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>);

5.1.3.2.1. A condição de ME ou EPP que isenta do dever de contratar aprendizes, conforme art. 51, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, deve ser comprovada junto ao órgão licitante por meio da apresentação dos documentos que atestem seu enquadramento, conforme os requisitos estabelecidos no art. 3º desse mesmo diploma normativo.

5.1.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa¹

5.1.4.1. Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2. A falsidade da declaração de que trata a **cláusula 5.1** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

¹ Declaração válida apenas para cooperativas.

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.6.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando houver, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.6.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subcláusula acima, quando houver.

5.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.7.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.7.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma da **cláusula 5.6** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou

entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. O licitante deverá **PREENCHER** na sua proposta inicial os seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário do item.

6.1.2. Marca/Modelo, quando for o caso; e

6.1.3. Fabricante, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na **tabela da cláusula 1.1 deste Edital**.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01 (um centavo)**.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o **modo de disputa "aberto e fechado"**, portanto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subcláusula anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subcláusula supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na **subcláusula 7.13.2**, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens e/ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, e desde que o valor estimado ANUAL não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada ("empate ficto").

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subcláusula anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subcláusula anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. Na hipótese de não oferta de novos lances nos termos acima previstos, será considerada provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta que originariamente apresentou o menor preço, exceto se houver empate real.

7.20. Só poderá haver empate real entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou,

no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata as **subcláusulas 7.20.1 e 7.20.2**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024)

7.22. Será aplicável na presente contratação o **Decreto Federal nº 7.174, de 12 de maio de 2010**, o qual dispõe que o direito de preferência será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

7.22.1. Aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando for o caso;

7.22.2. Aplicação das regras de preferência previstas no art. 5º do Decreto Federal nº 7.174/2010, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, observada a seguinte ordem:

7.22.2.1. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.22.2.1.1. Consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.

7.22.2.1.2. A comprovação de atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório de habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 7.008, de 29 de dezembro de 2007.

7.22.2.1.2.1. A comprovação será feita:

7.22.2.1.2.1.1. eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou,

7.22.2.1.2.1.2. por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

7.22.2.2. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e,

7.22.2.3. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.22.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nas hipóteses previstas na **subcláusula 7.22.2** terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas dentro da mesma hipótese;

7.22.4. Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados na **subcláusula 7.22.2.1**, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.22.5. Caso a preferência não seja exercida na forma do subcláusulaa cima, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas na **subcláusula 7.22.2.2**, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para a **subcláusula 7.22.2.3**, caso esse direito não seja exercido;

7.22.6. Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas no art. 60 da Lei nº 14.133/2021;

7.22.7. No caso de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação, proceder-se-á ao sorteio para escolha do que primeiro poderá ofertar nova proposta; e

7.22.8. Para o exercício do direito de preferência, os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação deverão apresentar, junto com a documentação necessária à habilitação, declaração, sob as penas da lei, de que atendem aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, bem como a comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos nas hipóteses previstas na **subcláusula 7.22.2**.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deve procurar negociar condições mais vantajosas para a Administração.

7.24. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente uma contraproposta que não ultrapasse o valor máximo estimado e admitido para contratação.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos para os itens que compõem o grupo deverá ser obedecido, sob pena de desclassificação da proposta para todo o grupo.

7.24.3. A contratação posterior de item específico constante do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

7.24.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e na **cláusula 4.6 do Edital**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- d) Cadastro no Raio-X do Fornecedor, mantido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos da União (<http://paineldecompras.economia.gov.br/fornecedores/login>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Constatada a regularidade nos cadastros referidos na **cláusula 8.1**, o Pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para, no prazo de **2 (duas) horas**, contadas da solicitação registrada no sistema eletrônico, apresentar proposta ajustada ao valor do último lance ou ao valor negociado, conforme modelo constante do **Anexo V – Proposta Comercial**, acompanhada, se necessário, de documentos complementares. A critério do Pregoeiro, o prazo poderá ser aumentado ou prorrogado, mediante solicitação expressa e fundamentada da licitante, **até o limite de 24 (vinte e quatro) horas**, condicionada a eventual manifestação das unidades técnica e/ou jurídica.

O descumprimento da solicitação implicará a desclassificação da licitante.

8.4.1. A proposta comercial ainda deverá vir acompanhada de, sob pena de desclassificação:

8.4.1.1 Proposta técnica a qual deverá conter: lista de equipamentos, softwares e serviços ofertados, incluindo fabricante, modelo, part-number de cada item que compõe sua oferta, inclusive dos serviços do fabricante, além de comprovar através de documentos do fabricante de que os serviços de garantia e as especificações dos produtos ofertados atendem cada especificação técnica exigida, indicando link para o documento (ou cópia do documento ou declaração do fabricante) e trecho do documento (podendo ser enviado em mídia digital).

8.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.5.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (**art. 12, inc. II, da Lei nº 14.133/2021**).

8.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.10. A proposta da LICITANTE detentora do menor lance deverá conter, no mínimo, todas as informações e declarações constantes do **Anexo V – Modelo de Proposta Comercial**.

8.11. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.12. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, **em conformidade com a cláusula 4.2 deste Edital**.

8.13. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.14.1. conter vícios insanáveis;

8.14.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.14.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.14.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

8.14.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.15. Em face do disposto na subcláusula 8.14.3 deste Edital, o critério de aceitabilidade previsto no art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 aplica-se ao preço global da proposta e, também, ao preço unitário dos itens. ([Acórdão TCU nº 2.190/2024 – Plenário](#))

8.15.1. Será desclassificada a proposta que apresentar preços unitários estimados superiores ao orçado pela Administração para CADA ITEM.

8.16. Caso a empresa licitante a ser convocada apresente preço acima do preço máximo definido para a contratação, será concedido previamente o prazo de até 10 (dez) minutos, para que se manifeste, via chat do sistema GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, sobre a possibilidade de reduzir o seu preço a, no máximo, o orçamento estimado pela Administração.

8.16.1. Expirado o prazo assinalado no subcláusula acima sem que haja a manifestação da empresa licitante, restará caracterizada a desistência tácita ao certame licitatório e, conseqüentemente, a desclassificação da proposta.

8.17. Em caso de licitação POR GRUPO, a desclassificação de um único item do grupo implicará na desclassificação da proposta para todo o grupo, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o grupo.

8.18. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, prazo ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar erros materiais e à redução de preços por lances.

8.19. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.19.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.19.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.19.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.20. Erros no preenchimento da planilha, quando houver, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor,

sem a majoração do preço final ofertado, tantas vezes quanto se fizer necessário, inclusive durante a fase recursal, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação, no prazo indicado pelo sistema.

8.20.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

CLÁUSULA NONA - DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.2.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de, **no mínimo, 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **podendo ser aumentado ou prorrogado, a critério do Pregoeiro, até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, mediante pedido expresso e fundamentado da licitante, e mediante aprovação do pregoeiro, ouvidos, se necessário, as unidades técnica e/ou jurídica, sob pena de inabilitação.

9.2.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida

em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (**IN nº 03/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º**).

9.2.3. Neste caso, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, inc. I, da Lei nº 14.133/2021**).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (**IN nº 03/2018 – SG/MPDG, art. 7º, caput**)

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (**IN nº 03/2018 – SG/MPDG, art. 7º, parágrafo único**)

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor na fase de julgamento de propostas.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem deste Edital e do Termo de Referência, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.10.2. Respeitada a exceção do subcláusula anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subcláusula ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto na **subcláusula 9.2.**

9.11.1. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

9.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (**art. 4º do Decreto nº 8.538/2015**).

9.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.16.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.17. Ressalvado o disposto na **subcláusula 9.1.1**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.17.1. Habilitação Jurídica, de acordo com os critérios estabelecidos na subcláusula 16.6.1 do Anexo I – Termo de Referência deste edital;

9.17.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, de acordo com os critérios estabelecidos na subcláusula 16.6.2 do Anexo I – Termo de Referência deste edital;

9.17.3. Habilitação Econômico-Financeira, de acordo com os critérios estabelecidos na subcláusula 16.6.3 do Anexo I – Termo de Referência deste edital; e

9.17.4. Qualificação Técnico-Operacional, de acordo com os critérios estabelecidos na subcláusula 16.6.4 do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

9.18. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargos se dará da seguinte forma:

9.18.1. Certidão emitida no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no que tange ao cumprimento do percentual mínimo exigido;

9.18.2. Extratos atualizados do e-Social dos últimos 3 (três) meses;

9.18.3. Realização de processos seletivos;

9.18.4. Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

9.18.5. Programas de inclusão promovidos pela licitante; e

9.18.6. Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subcláusula.

9.19. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o art. 116, da Lei nº 14.133/2021.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade deste certame licitatório.

9.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.23. Documentos de habilitação de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA, DA EXCEÇÃO À VEDAÇÃO DE JUNTADA POSTERIOR DE NOVOS DOCUMENTOS E DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS/PROVAS DE CONCEITO EM SEDE DE DILIGÊNCIA

Do Atendimento à Diligência

10.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e,

10.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.2. É irregular a desclassificação de proposta de licitante em razão de vícios sanáveis mediante diligência, por afronta ao art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021 e aos arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges – ME 73/2022, bem como aos princípios da isonomia, da competitividade e da economicidade. ([Acórdão TCU nº 641/2025](#))

10.3. É facultativo ao Agente de Contratação/Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, se for o caso, independente da fase da licitação, até em momento anterior à homologação do certame licitatório, promover diligências com o objetivo de esclarecimento ou complemento do processo licitatório.

10.3.1. A diligência de que trata este dispositivo se limita a comprovar situações materiais pré-existentes e a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, EM ESPECIAL:

10.3.1.1. ajustes na planilha de composição de custos e formação de preços nas licitações com dedicação exclusiva de mão de obra e outras planilhas que lhe dão suporte;

10.3.1.2. ajustes na planilha orçamentária (“sintética, analítica, curva ABC de Insumos/Serviços, BDI, dentre outras, se houver”) em licitações de obras e serviços de engenharia;

10.3.1.3. ajustes no cronograma físico-financeiro, se houver; e

10.3.1.4. apresentação de documentos adicionais para a comprovação da exequibilidade da proposta ou da habilitação.

10.3.2. Os ajustes citados nas subcláusulas 10.3.1.1 e 10.3.1.2 poderão ser realizados desde que não haja majoração do preço final ofertado, tanto para o item quanto para o grupo de itens.

10.3.3. O licitante não poderá recusar, sob qualquer pretexto, a cumprir as diligências promovidas pela Administração Pública, sob pena de desclassificação da proposta ou inabilitação.

Da Exceção à Vedação de Juntada Posterior de Documentos

10.4. É lícita a admissão da juntada de documentos, em atendimento à diligência, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame (Art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes. ([Acórdão TCU nº 602/2025 – Plenário](#))

10.5. No caso de inabilitação de licitante ou de desclassificação de sua proposta, o pregoeiro informará a respectiva motivação e concederá o prazo de 2 (duas) horas para o licitante promover o saneamento, nos termos da subcláusula anterior, podendo esse prazo ser prorrogado até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante pedido expresso e fundamentado da licitante, e mediante aprovação do pregoeiro, ouvidos, se necessário, as unidades técnicas e/ou jurídica. ([Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário](#))

10.5.1. Decorrido o prazo assinalado na subcláusula anterior sem que a licitante tenha praticado qualquer ato sanatório, configurar-se-á extinta a faculdade da licitante de praticar o saneamento da sua habilitação ou de sua proposta pela preclusão temporal.

Da Solicitação de Amostras/Provas de Conceito em Sede de Diligência

10.6. A Administração, no exercício de sua prerrogativa de diligência, reserva-se o direito de solicitar amostra(s)/prova(s) de conceito do(s) produto(s) ou material(is) ofertado(s) pela(s) licitante(s), a qualquer tempo, durante a fase de seleção do fornecedor, inclusive na fase recursal, e antes da homologação do resultado da licitação.

10.7. A solicitação de amostra(s) tem como objetivo dirimir dúvidas e confirmar a adequação do objeto ofertado às especificações técnicas, padrões de qualidade e demais requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

10.8. A(s) licitante(s) será(ão) notificada(s) formalmente sobre a necessidade de apresentação da(s) amostra(s), com indicação clara do(s) item(ns) e quantidade(s) a ser(em) fornecido(s), bem como o prazo e local para entrega. O prazo concedido para a apresentação das amostras será razoável e compatível com a natureza do produto ou material.

10.9. A(s) amostra(s)/prova(s) de conceito deverá(ão) ser idêntica(s) ao(s) produto(s) ou material(is) que será(ão) efetivamente fornecido(s), e deverá(ão) estar devidamente identificadas, sem qualquer sinal de uso ou avaria.

10.10. Os custos com a produção, transporte e entrega da(s) amostra(s)/prova(s) de conceito será(ão) de responsabilidade exclusiva da licitante. Não haverá qualquer ressarcimento por parte da Administração, independentemente do resultado da análise da(s) amostra(s).

10.11. A análise da(s) amostra(s)/prova(s) de conceito será realizada por equipe técnica designada pela Administração, podendo envolver testes laboratoriais, avaliações de desempenho, ou qualquer outra metodologia que se faça necessária para a verificação da conformidade.

10.12. A não apresentação da(s) amostra(s)/prova(s) de conceito no prazo e condições estipulados, a apresentação de amostra(s) que não corresponda(m) às especificações do Edital, ou que apresente(m) vícios ou não conformidades que comprometam sua funcionalidade ou qualidade, poderá implicar na desclassificação da proposta da licitante, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis, conforme previsto neste Edital.

10.13. A(s) amostra(s)/prova(s) de conceito apresentada(s) pela(s) licitante(s) não será(ão) devolvidas, salvo se a Administração entender pertinente, a seu exclusivo critério, ou caso a natureza do bem impeça sua retenção.

10.14. A(s) amostra(s)/prova(s) de conceito retida(s) pela Administração, se for o caso, será descontada do quantitativo a ser contratado, salvo se a sua natureza caracterizar-se como bem de consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL

11.1. Qualquer **LICITANTE** poderá, **durante o prazo de até 10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de três dias úteis**, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 8 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, **no prazo de três dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.1.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.1.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, com fulcro no §2º, art. 165, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

Da Formalização dos Contratos

14.1. A contratação, decorrente da Ata de Registro de Preços (ARP), dar-se-á mediante a convocação do adjudicatário para assinatura do Termo de Contrato, nos termos do art. 90, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2. A Administração do TRF 5ª Região convocará regularmente a licitante vencedora para, no prazo de **5 (cinco) dias**, contados da comunicação, assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.1. O prazo para assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.2.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos da **subcláusula 14.2.2** deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.3.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.3.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

14.5. A regra do subcláusula acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da **subcláusula 14.3.1** deste Edital.

14.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nas **subcláusulas 14.2.2 e 14.3** deste Edital.

14.7. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar **o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)**, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.9. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa SG/MPDG nº 03/2018.

14.9.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.9.2. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

14.9.3. O prazo do subcláusula anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

14.10. Na assinatura do Termo de Contrato, quando houver, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.11. Os contratos de que trata a Lei nº 14.133/2021 regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Das Prerrogativas da Administração

14.12. O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

14.13. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

14.14. Na hipótese prevista no inciso I da **subcláusula 14.12 deste Edital**, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

Da Execução dos Contratos

14.15. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.16. É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

14.17. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.18. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

14.18.1. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o subcláusula acima, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

14.19. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

14.20. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

14.21. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

14.21.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

14.22. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

14.22.1. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Da Alteração dos Contratos e dos Preços

14.23. Os contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

14.23.1. unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

14.23.2. por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, **exceto, nesse último caso, se previsto no Anexo I - Termo de Referência deste edital;**

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.23.3. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

14.23.4. Será aplicado o disposto na **alínea "d" da subcláusula 14.23.2 deste Edital** às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

14.24. Nas alterações unilaterais a que se refere a **subcláusula 14.23.1 deste Edital**, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.25. As alterações unilaterais a que se refere o subcláusula anterior não poderão transfigurar o objeto da contratação.

14.26. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na **subcláusula 14.24 deste Edital**.

14.27. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.28. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

14.29. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.30. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.30.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

14.31. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.32. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.33. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

14.33.1. à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

14.33.2. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

14.34. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.35. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

14.36. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

14.37. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

14.38. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere à **subcláusula 14.33.2 deste Edital** poderá ser dividida em tantos quantos

forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

14.39. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

14.40. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

14.40.1. variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

14.40.2. atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

14.40.3. alterações na razão ou na denominação social do contratado;

14.40.4. empenho de dotações orçamentárias.

Das Hipóteses de Extinção dos Contratos

14.41. Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.42. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

14.43. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do subcláusula anterior observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

14.44. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.45. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.46. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia, se houver;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

14.47. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual, se houver, para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

14.48. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subcláusula anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade ao serviço por execução direta ou indireta.

14.49. Na hipótese do inciso II da **subcláusula 14.47 deste Edital**, o ato deverá ser precedido de autorização da autoridade superior do órgão ou entidade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. O reajustamento de preços em sentido estrito poderá ser utilizado na presente contratação, observando-se as regras definidas no **Cláusula Décima Terceira do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

15.2. A CONTRATADA, quanto aos pedidos de repactuação ou reajuste, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MPDG, deverá protocolar seus requerimentos **até o dia 30 de outubro de cada exercício, nos termos da Portaria nº 273/2025, da Diretoria Geral, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.**

15.2.1. O inteiro teor do diploma normativo do item acima poderá ser acessado no endereço www.trf5.jus.br, opção **Institucional > Legislação > Portarias da Diretoria-Geral > 2025 > Nº 273.**

15.2. A empresa adjudicatária e detentora da ata de registro de preços não poderá, com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, **suscitar a variação da taxa cambial como justificativa para fundamentar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro**, devendo levar em conta essa variável como um risco inerente à formulação de proposta e execução de contratos, exceto quando apresentar caráter inesperado, ou seja, imprevisível ou de consequências incalculáveis. **(Acórdão nº 4125/2019 – 1ª Câmara – TCU)**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

16.1. O recebimento provisório e definitivo deve ser realizado conforme o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e em consonância com as regras definidas nas **subcláusulas 12.1 a 12.22 do Anexo I - Termo de Referência** do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. O prazo de vigência inicial da ata de registro de preços a ser firmado será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c a **subcláusula 1.6 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

17.1.1 - No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços (ARP), atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme prevê o disposto no Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal c/c o subcláusula 1.4.1 do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

17.2. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será conforme as regras definidas na subcláusula 1.4 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

17.2.1.1. As condições para a prorrogação do contrato encontram-se dispostas nas subcláusulas 1.5.2 a 1.5.11 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

17.3. A empresa deverá executar o objeto desta licitação conforme os prazos definidos na **subcláusula 7.1.1 do Anexo I – Termo de Referência** deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas relacionadas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do §2º do art. 89 da Lei n.º 14.133/2021, as especificadas na **subcláusula 5.1 do Anexo I- Termo de Referência** deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. É responsabilidade da **CONTRATADA** a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas neste Edital e seus Anexos e em sua Proposta Técnica e/ou Comercial, assumindo-as integralmente.

19.2. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além da constante do §2º, art. 89 da Lei n.º 14.133/2021, as especificadas na **subcláusula 5.2 do Anexo I- Termo de Referência** deste Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

20.1. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública, além do disposto no art. 25 da Lei n.º 14.133/2021 e no disposto na **Cláusula Décima Segunda do Anexo I - Termo de Referência** deste Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Caso o licitante, adjudicatária e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar injustificadamente alguma das condutas infracionais previstas no art. 2º da **Instrução**

Normativa nº 01, de 22 de maio de 2025 – Diretoria Geral do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (ANEXO II), ficará sujeita às sanções previstas no art. 3º do mesmo diploma normativo, que dispõe sobre o procedimento administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de sanções decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

21.1.1. No caso das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, o processo administrativo sancionatório será instaurado e instruído, no âmbito deste TRF 5ª Região, conforme o disposto na **Portaria da Presidência nº 123, de 22/04/2025, alterada pela Portaria da Presidência nº 155, de 19/05/2025 (ANEXO III)**

21.2. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV do art. 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

21.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.4. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-E, 337-F, 337-G, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L, 337-M, 337-N e 337-O do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).

21.5. Serão aplicadas, ainda, à **CONTRATADA** as sanções estabelecidas na **Cláusula Décima Quarta do Anexo I - Termo de Referência**.

21.5.1. Caso o Termo de Referência preveja, para o mesmo ato infracional, a aplicação de sanção distinta da sanção prevista na IN nº 01/2025 – DG/TRF5, esta deverá prevalecer.

21.6. As sanções porventura aplicadas à **CONTRATADA** serão registradas no SICAF.

21.7. Os órgãos participantes e não participantes, se for o caso, deverão observar os seus regulamentos internos para apuração de responsabilidades e aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital e no Anexo I- Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

22.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo **da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI/TRF5**, ambas unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, através dos servidores designados, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

22.2. A fiscalização desta contratação será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral.

22.3. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na Instrução Normativa nº 03, de 28 de abril de 2014, da Diretoria Geral do TRF da 5ª Região, publicada no Diário Eletrônico Administrativo do TRF da 5ª Região nº 77.0/2014, do dia 29 de abril de 2014;

22.3.1. O inteiro teor do diploma normativo do item acima poderá ser acessado no endereço www.trf5.jus.br, opção **Institucional > Legislação > Instruções Normativas – Diretoria Geral > 2014 > 03**.

22.4. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão:

22.4.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

22.5. Após a assinatura do Contrato respectivo, a Administração deverá fornecer ao gestor/fiscal designado todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação;

22.6. São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da CONTRATANTE, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária,

trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma utilizar para prestação dos serviços durante a execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE PROPOSTA, DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DO SERVIÇO

23.1. Não será exigida a prestação de garantia de proposta para o objeto licitado, conforme permissivo contido no art. 58, caput, da Lei nº 14.133/2021 c/c a **Cláusula Sexta do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

23.2. Será exigida a prestação de garantia de execução contratual para o objeto licitado, conforme permissivo contido no art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021 c/c a **subcláusula 4.7 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

23.3. Será exigida a prestação de garantia de serviço para o objeto licitado, conforme estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) c/c a **subcláusula 4.23 do Anexo I – Termo de Referência** deste edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Formalização e cadastro de reserva

24.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

24.1.1. Serão registrados na ata os preços e quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15 do Decreto Federal 11.462/2023;

24.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

24.1.2.1. Dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

24.1.2.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original; e

24.1.3. Será respeitada nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

24.2. O registro a que se refere a **subcláusula 24.1.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

24.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a **subcláusula 24.1.2.1** antecederão aqueles de que trata a **subcláusula 24.1.2.2**.

24.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem as **subcláusulas 24.1.2 e 24.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

24.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, contados a partir da comunicação oficial feita pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

24.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

24.5. É vedado a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

Assinatura

24.6. Após os procedimentos previstos na etapa de “formalização e cadastro de reserva”, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis** e nas condições estabelecidas neste edital de licitação, sob

pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

24.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificação apresentada seja aceita pela Administração.

24.7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

24.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos na **subcláusula 24.6** do edital, observado o disposto na **subcláusula 24.4** do edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

24.8.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a **subcláusula 24.1.2.1** aceitar a contratação nos termos do disposto no subcláusula acima, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I – convocar os licitantes de que trata a **subcláusula 24.1.2.2** para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II – adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Da Vigência da ata de registro de preços

24.10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **um ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

24.10.1. No caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas. **(Enunciado nº 42 do II Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal).**

Vedação e acréscimos de quantitativos

24.11. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

Controle e gerenciamento

24.12. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

24.12.1. Os quantitativos e os saldos;

24.12.2. As solicitações de adesão; e

24.12.3. O remanejamento das quantidades.

Alteração ou atualização dos preços registrados

24.13. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

24.13.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

24.13.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

24.13.3. na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

Negociação de preços registrados

24.14. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

24.14.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

24.14.2. Na hipótese prevista no subcláusula acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

24.14.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

24.14.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

24.15. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

24.15.1. Para fins do disposto no subcláusula acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

24.15.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28 do Decreto Federal nº 11.462/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

24.15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subcláusula acima, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

24.15.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

24.15.5. Na hipótese de comprovação do disposto nas **subcláusulas 23.14 e 23.14.1** do edital, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

24.15.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

Cancelamento do registro do fornecedor

25.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2. Na hipótese prevista no inciso IV do subcláusula acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

25.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas **nos incisos I, II, III e IV da subcláusula 25.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

25.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Cancelamento dos preços registrados

25.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Procedimentos

26.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

26.1.1. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

26.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subcláusula anterior.

26.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

26.4. Para fins do disposto na **subcláusula 26.1 deste Edital**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

26.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

26.6. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto na **subcláusula 25.2 deste Edital**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Regra geral

27.1. Respeitada a capacidade de gerenciamento do órgão gerenciador, nos termos do art. 7º, inc. I, do Decreto Federal nº 11.462/2023, durante a vigência da ata, **somente será admitido solicitar a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) os Órgãos da Justiça Federal (Comum, Trabalhista e Eleitoral), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que não participaram do procedimento de IRP** na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

27.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

27.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

27.4. O prazo previsto no subcláusula acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

27.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

27.6. É vedado à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

27.7. Para efeito das **subcláusulas 27.5 e 27.6**, o órgão ou a entidade gerenciadora se equivale aos órgãos ou entidades não participantes.

Limites para as adesões

27.8. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/2023:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

27.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do subcláusula acima, desde que:

I - seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e

II - seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

28.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail "cpl@trf5.jus.br" ou por petição dirigida ou protocolada no endereço definido na **subcláusula 28.9.** deste Edital.

28.2.1. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região não se responsabiliza por pedidos de impugnação ou solicitação de esclarecimentos encaminhados por e-mail que sejam direcionados para a caixa de "spam" do servidor desta Egrégia Corte Federal, devendo a interessada confirmar o recebimento do e-mail no órgão promotor da licitação até o segundo dia útil anterior à data da abertura deste certame licitatório por meio dos telefones: (81) 3425.9853/ (81) 3425.9501, no horário das 11:00 às 18:00 horas.

28.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame licitatório.

28.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo em licitação.

28.5. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame.

28.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link **Acesso livre>Pregões>Agendados**, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas, bem como no sítio eletrônico oficial do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

28.7. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.8. Os esclarecimentos eventualmente prestados integram o edital e passarão a fazer parte das regras do instrumento convocatório.

28.9. Maiores esclarecimentos serão fornecidos na Divisão de Licitações – Sala da Diretoria Administrativa, no 5º andar do Edifício Ministro Djaci Falcão, sede deste Tribunal, situado na Av. Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife/PE, CEP nº

50.030-230, de 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira), no horário das 11:00 às 18:00 horas, ou pelos telefones: (81) 3425.9853/ (81) 3425.9501.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO

29.1. O agente de contratação responsável pela condução do certame será designado pregoeiro, de acordo com o que preceitua o §5º, art. 8º, da Lei nº 14.133/2021.

29.2. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso III do caput do art. 11 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

29.3. O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 4º do Decreto Federal nº 11.246/2022, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

29.4. A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

29.5. Na hipótese prevista no subcláusula anterior, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

29.6. Não cabe ao pregoeiro avaliar o conteúdo da pesquisa de preços realizada pelo setor competente do órgão, pois são de sua responsabilidade, em regra, apenas os atos relacionados à condução do procedimento licitatório. (**Acórdão TCU nº 1.372/2019 – Plenário**)

29.7. Para fins do acompanhamento de que trata o **inciso II da subcláusula 29.2 deste Edital**, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos de que trata o art. 19 do Decreto nº 10.947, de 2022, com atribuição ao agente de impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.

29.8. Observado o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.947, de 2022, o agente de contratação poderá delegar as competências de que tratam os **incisos I e II da subcláusula 29.2 deste Edital**, desde que seja devidamente justificado e que não incidam as vedações previstas no art. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

29.9. O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

29.9.1. As diligências de que trata o subcláusula acima observarão as normas internas do órgão ou da entidade, inclusive quanto ao fluxo procedimental.

29.10. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

29.10.1. O auxílio de que trata o subcláusula acima se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.

29.10.2. Sem prejuízo do disposto na **subcláusula 29.3 deste Edital**, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

29.10.3. Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário Federal e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações.

29.10.4. Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de

controle interno, observado o disposto no inciso VII do caput e no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Atuação da equipe de apoio

29.11. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições.

29.12. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Federal nº 11.246/2022.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

30.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

30.2. Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

30.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

30.4. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das

previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

30.5. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

30.6. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução CNJ n.º 363/2021 e da Lei 12.527/2011. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

30.7. Os prestadores de serviços devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.

30.8. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

30.9. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

30.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. Será divulgado o Termo de Julgamento no sistema eletrônico.

31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

31.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

31.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no endereço eletrônico: <https://www.trf5.jus.br/index.php/licitacoes-e-contratos/licitacoes#conteudo>.

Recife, 18 de março de 2026.

**Francisco Reis Nogueira Sobrinho
Diretor da Divisão de Licitações**

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA:	02/2025 – DGSI/DTI
OBJETO RESUMIDO:	Aquisição de solução SD-WAN para a Justiça Federal da 5ª Região – JF5, incluindo os serviços de Instalação, Configuração, Migração e Horas de Consultoria, por meio do procedimento auxiliar de sistema de registro de preços (SRP), visando à formação da Ata de Registro de Preços (ARP).
PROCESSO SEI:	0010634-54.2025.4.05.7000
CENTRO DE CUSTOS:	
FORM. E-COMPRAS:	4228

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de solução SD-WAN para a Justiça Federal da 5ª Região – JF5, incluindo os serviços de instalação, configuração, migração e horas de consultoria, por meio do procedimento auxiliar de sistema de registro de preços (SRP), visando à formação da Ata de Registro de Preços (ARP), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e conforme o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DO OBJETO	CATMA T/CATER	UNIDADE DE MEDIÇÃO	ÓRGÃO	QTDE. ESTIMADA ANUAL
1	Solução SD-WAN Tipo 1, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	MATERIAL	609340	Unidade	TRF5	0
					JFPE	4
					JFSE	0
					JFRN	0
					JFPB	2
2		MATERIAL	609340	Unidade	TRF5	2

	Solução SD-WAN Tipo 2, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.				JFPE	2
					JFSE	2
					JFRN	2
					JFPB	2
3	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	SERVIÇO	27502	Unidade	TRF5	0
					JFPE	1
					JFSE	0
					JFRN	0
					JFPB	1
4	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	SERVIÇO	27502	Unidade	TRF5	1
					JFPE	1
					JFSE	1
					JFRN	1
					JFPB	1
5	Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	SERVIÇO	27502	Unidade	TRF5	1
					JFPE	1
					JFSE	1
					JFRN	1
					JFPB	1
6	Serviço de Instalação/Configuração e Migração, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	SERVIÇO	27111	Unidade	TRF5	1
					JFPE	1
					JFSE	1
					JFRN	1
					JFPB	1

7	Horas de Consultoria, sob demanda, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	SERVIÇO	27340	Horas	TRF5	100
					JFPE	200
					JFSE	100
					JFRN	100
					JFPB	100

1.2 Para os itens 1 e 2 da tabela do subitem 1.1 deste Termo de Referência, trata-se de aquisição remunerada de bens comuns, nos termos do inc. X do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.2 Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.3 A aquisição é enquadrada como não continuada (por escopo), tendo em vista que, uma vez finalizada a compra resolve-se a necessidade do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ressaltando os serviços de instalação, configuração, migração e horas de consultoria, além da garantia técnica do produto ofertado.

1.3 Para os itens 3 a 6 da tabela do subitem 1.1 deste Termo de Referência, o serviço é POR ESCOPO, tendo em vista que uma vez concluída a prestação de um serviço específico em período predeterminado, resolve-se a necessidade do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.4 Da vigência contratual: O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, a critério da Contratante, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para quaisquer das partes, conforme o disposto no art. 107, caput, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1 No que tange ao item 7 (Horas de Consultoria), por se tratar de serviço de natureza continuada, cuja interrupção comprometeria a continuidade das atividades desenvolvidas pelo TRF5 e pelas Seções Judiciárias Vinculadas, podendo resultar em grande prejuízo à Administração, o prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5 Tratam-se de serviços comuns **os itens 3 a 7 da tabela do subitem 1.1 deste Termo de Referência,** nos termos do inc. XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1 O gestor do contrato deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

1.5.1.1 O contrato será extinto, sem ônus para a CONTRATANTE, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

1.5.1.2 A extinção mencionada no subitem anterior ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

1.5.2 No caso de prorrogação contratual e desde que haja autorização formal da autoridade competente, devem ser observados os seguintes requisitos (Item 3, do Anexo IX, da Instrução Normativa nº 05/2017):

1.5.2.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.5.2.2 A forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.5.2.3 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

1.5.2.4 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

1.5.2.5 A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação;

1.5.2.6 Comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

1.5.3 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o Item 3, do Anexo IX, da IN nº 05/2017;

1.5.4 Toda prorrogação será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração;

1.5.5 A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica do TRF5;

1.5.6 A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que:

1.5.6.1 Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários, se for o caso, serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de Lei; e

1.5.6.2 Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, **o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, ou outro índice que venha a substituí-lo.

1.5.7 A CONTRATANTE realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

1.5.8 A pelo menos **90 (noventa) dias corridos** do término da vigência do contrato, a CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

1.5.9 Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, a CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo;

1.5.10 A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

1.5.11 Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá da CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade.

1.6 **Da Vigência da Ata de Registro de Preços (ARP)**: O prazo de vigência da ata de registro de preços a ser firmado será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme o art. 22, do Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

1.6.1 No caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas. **(Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal)**.

1.7 Nos termos do art. 7º, inc. I, do Decreto Federal nº 11.462/2023, **somente poderão ingressar na condição de participantes os Órgãos da Justiça Federal (Comum, Trabalhista e Eleitoral), o CNJ, o CJF, o CSJT, o STF e o STJ**, em conformidade com a capacidade de gerenciamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.8 Do mesmo modo do subitem acima, **somente os Órgãos da Justiça Federal (Comum, Trabalhista e Eleitoral), o CNJ, o CJF, o CSJT, o STF e o STJ que não participarem do procedimento previsto no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes (“caronas”).**

1.9 Os órgãos e entidades supracitados que não participaram do procedimento previsto no caput do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes (“caronas”), observados os seguintes requisitos:

1.9.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.9.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e,

1.9.3 Prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

1.10 A formalização desta contratação, decorrente da Ata de Registro de Preços (ARP), dar-se-á com a assinatura do Termo de Contrato pelo(s) adjudicatário(s), conforme o disposto no caput do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

<p>2. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO</p>
--

2.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnico Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 JUSTIFICATIVA

Os serviços judiciais críticos da Justiça Federal da 5ª Região (JF5) estão intrinsecamente vinculados à disponibilidade e ao desempenho de sistemas informatizados, infraestrutura de TI robusta e conexões de comunicação seguras e estáveis. A operação eficiente desses serviços é fundamental para garantir o acesso ágil, contínuo e seguro à justiça por parte de magistrados, servidores, advogados, partes envolvidas em processos e, sobretudo, do cidadão.

Atualmente, os roteadores de borda da JF5 desempenham também a função de prover conectividade por meio de tecnologia SD-WAN, solução que foi adquirida em 2018 e cuja vida útil se encerrará em julho de 2026, conforme cronograma oficial do fabricante. Com o fim do ciclo de vida desse equipamento, a instituição enfrentará a descontinuidade de suporte técnico, interrupção no fornecimento de atualizações de segurança e a perda de acesso a novas funcionalidades, expondo a infraestrutura a riscos críticos de segurança, indisponibilidade e degradação de desempenho.

Além disso, a demanda por serviços digitais da JF5 vem crescendo de forma constante, impulsionada tanto pelo avanço tecnológico quanto pela ampliação do acesso da população aos canais eletrônicos da justiça. Nesse contexto, a manutenção de uma infraestrutura de rede resiliente, moderna e escalável é indispensável para acompanhar o crescimento institucional, a expansão dos serviços eletrônicos e o atendimento às necessidades da sociedade com maior qualidade e eficiência.

A nova solução de comunicação SD-WAN a ser adquirida busca não apenas substituir a atual, mas também elevar o patamar de desempenho, segurança e gerenciamento da rede de dados da JF5. Com ela, será possível:

- Garantir a continuidade dos serviços judiciais com alta disponibilidade e estabilidade;
- Mitigar riscos cibernéticos por meio de recursos atualizados de segurança;
- Otimizar o uso dos múltiplos links de comunicação disponíveis, aumentando a eficiência operacional;
- Simplificar o gerenciamento da rede e reduzir o tempo de resposta a incidentes;
- Apoiar a transformação digital do judiciário, com foco na transparência, agilidade e inovação no atendimento ao cidadão.

Diante disso, a abertura de um novo processo licitatório para aquisição de uma moderna solução SD-WAN é uma medida estratégica e necessária para assegurar a sustentabilidade tecnológica da Justiça Federal da 5ª Região, promovendo a continuidade e a evolução dos serviços judiciais em benefício direto da sociedade.

3.2. MOTIVAÇÃO

Conforme citado anteriormente, os seguintes fatores motivam a contratação:

- Garantir a continuidade dos serviços judiciais com alta disponibilidade e estabilidade: os serviços agora estão de forma digital e, assim, cada vez mais é necessária a certeza de que sua oferta ao cidadão esteja de acordo com os padrões exigidos de qualidade;
- Mitigar riscos cibernéticos por meio de recursos atualizados de segurança: aumento crescente de ataques maliciosos a fim de comprometer os serviços;

- Otimizar o uso dos múltiplos links de comunicação disponíveis, aumentando a eficiência operacional: relacionado ao aumento da disponibilidade e estabilidade;
- Simplificar o gerenciamento da rede e reduzir o tempo de resposta a incidentes: eficiência na operação e administração da solução;
- Apoiar a transformação digital do judiciário, com foco na transparência, agilidade e inovação no atendimento ao cidadão: acompanhar a tendência de mercado com as soluções tecnológicas mais modernas.

A.

3.3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

B. O elevado grau de automação dos processos operacionais e administrativos leva às organizações a confiar e depender cada vez mais de sua infraestrutura tecnológica para viabilizar aplicações de missão crítica e implementar rapidamente novas soluções que aumentem a agilidade, a capacidade de adaptação, a otimização de custos e a melhoria dos serviços prestados, de forma continuada, aos seus clientes e usuários.

C. Atender a essa demanda por alta qualidade e eficiência com economia, confiabilidade, flexibilidade, agilidade e racionalização de fluxos de trabalho, é preocupação constante da alta direção dos órgãos, o que tornou a Tecnologia da Informação e Comunicação ferramenta estratégica que deve estar alinhada com as áreas de negócios da Instituição.

O serviço objeto de contratação encontra-se alinhado com:

3.3.1. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- Objetivo Estratégico: Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal.
- Metas do Planejamento Estratégico: Atingir, até 2025, 85% de satisfação dos clientes internos de TI; atingir, até 2026, 80% de satisfação dos clientes externos de TI.

3.3.2. ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ID: i.45
- Iniciativa PDTI: Soluções de conectividade.

3.3.3. ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

- Item: TRF5-DTI-0054
- Descrição: Aquisição de Firewall de Borda

D. Face ao exposto e em conformidade com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, em especial, de eficiência, a solução para o suporte aos usuários e às operações de TI descrita nesse termo de referência e seus anexos constitui-se em objeto de contratação estratégico para o alcance das metas e propósitos perseguidos pela Justiça Federal.

3.4. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

3.4.1. Melhor Desempenho de Aplicações

- Roteamento inteligente baseado em políticas para priorizar aplicações críticas (como VoIP, videoconferência, sistemas ERP).
 - Menor latência e jitter com balanceamento de carga entre múltiplos links (MPLS, banda larga, 4G/5G).
- 3.4.2. Maior Visibilidade e Controle**
- Monitoramento centralizado do tráfego e desempenho da rede.
 - Aplicação de políticas de segurança e QoS de forma granular e uniforme entre todos os sites da JF5.
- 3.4.3. Aumento da Segurança**
- SD-WANs modernas integram funcionalidades de NGFW (Next-Gen Firewall), VPN, ZTNA e DLP.
 - Criptografia ponta a ponta do tráfego entre sites.
- 3.4.4. Alta Disponibilidade e Redundância**
- Failsafe automático entre links WAN (ex.: se o link principal cair, o tráfego muda para o backup sem intervenção manual).
 - Melhor resiliência em ambientes distribuídos.
- 3.4.5. Implantação e Gerenciamento Mais Ágeis**
- Redução do tempo e esforço do time de TI para configurações e troubleshooting.

3.5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

E. Trata-se de:

- Manutenção da padronização na tecnologia;
- Facilidade na migração;
- Domínio da JF5 na tecnologia, não necessitando novos treinamentos nem maturidade.
- Menor tempo de indisponibilidade dos serviços durante a migração, inclusive Pje.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (mínimos e necessários)

F.

4.1 Requisitos de Negócio:

4.1.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- a)** Garantir a continuidade da modernização da infraestrutura de rede do DataCenter do TRF5, assegurando alto desempenho, escalabilidade e disponibilidade para suportar serviços e aplicações essenciais à prestação jurisdicional da Justiça Federal da 5ª Região.
- b)** Assegurar a escalabilidade e a continuidade operacional dos serviços prestados pelo TRF5, em resposta ao crescimento da demanda institucional, por meio da implementação de uma infraestrutura de rede moderna, resiliente e compatível com os requisitos de alta disponibilidade exigidos pelos sistemas judiciais e administrativos.

- c) Promover a integração inteligente e segura entre os sites da JF5, por meio da adoção de uma solução SD-WAN que permita gestão centralizada, roteamento dinâmico e aplicação de políticas de tráfego.
- d) Reduzir a complexidade operacional da infraestrutura de rede, permitindo maior automação, visibilidade em tempo real e gestão proativa do desempenho e da segurança dos links de comunicação.
- e) Otimizar o uso de múltiplos links WAN (MPLS, Internet banda larga, LTE/5G), garantindo alta disponibilidade, balanceamento de carga e resiliência da conectividade, inclusive em cenários de falha de provedores.
- f) Viabilizar a aplicação de políticas de qualidade de serviço (QoS), priorizando aplicações críticas, como sistemas judiciais, videoconferências e ferramentas de colaboração.
- g) Estabelecer mecanismos de segurança nativos na camada de transporte da rede, como criptografia de ponta a ponta, autenticação de dispositivos e inspeção de tráfego, de modo a proteger os dados em trânsito e mitigar riscos cibernéticos.
- h) Assegurar compatibilidade com protocolos de roteamento dinâmico (como BGP e OSPF), facilitando a integração com a infraestrutura de rede atual e com os provedores de conectividade externa.
- i) Garantir escalabilidade futura da solução SD-WAN, com capacidade de expansão modular e licenciamento flexível para suportar novas unidades, serviços e mudanças na arquitetura de TI da JF5.

4.2 Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.2.1 A solução SD-WAN a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos tecnológicos mínimos:

- a) Suporte nativo a múltiplos links WAN por unidade (ex.: MPLS, Internet banda larga, 4G/5G), com funcionalidades de balanceamento de carga, failover automático e roteamento baseado em políticas (policy-based routing).
- b) Capacidade de priorização de tráfego com base em aplicação, protocolo, porta, endereço IP e outros critérios, permitindo controle granular por meio de políticas de QoS (Quality of Service) configuráveis.
- c) Funcionalidade de Path Selection Dinâmico, com base em métricas como perda de pacotes, latência e jitter, para escolha automática do melhor caminho WAN em tempo real.
- d) Criptografia de tráfego ponta a ponta utilizando padrões robustos (mínimo AES-256), com suporte a VPNs IPsec ou TLS, para garantir a confidencialidade e integridade dos dados em trânsito.
- e) Interface de gerenciamento centralizado (orquestrador), baseada em ambiente web, com dashboards gráficos, alertas, relatórios de desempenho, análise de tráfego e aplicação de políticas.
- f) Integração com protocolos de roteamento dinâmico, como BGP e OSPF, para comunicação com a infraestrutura de rede existente do DataCenter e operadoras de telecomunicações.
- g) Capacidade de segmentação de tráfego por meio de microsegmentação ou VRFs (Virtual Routing and Forwarding), permitindo isolamento de redes distintas (ex.: administrativa, judicial, suporte técnico).

- h)** Mecanismos de High Availability (HA) nos dispositivos SD-WAN (SD-WAN Edge), com suporte a cluster ou failover ativo/passivo, assegurando continuidade dos serviços em caso de falha de hardware ou software.
- i)** Funcionalidades de segurança embutida (ou integração nativa com firewall de próxima geração), incluindo:
 - Controle de acesso baseado em identidade ou perfil;
 - Inspeção de tráfego (deep packet inspection);
 - Detecção e mitigação de ameaças;
 - Suporte a ZTNA (Zero Trust Network Access), se disponível.
 - l) Compatibilidade com IPv4 e IPv6.
- j)** Capacidade de geração e exportação de logs e eventos para integração com SIEMs e sistemas de monitoramento (ex.: syslog, SNMP, NetFlow/sFlow).
- k)** Suporte técnico e atualizações (firmware/software) contínuas durante o período de vigência contratual.

4.3 Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.3.1 O projeto e a implementação da solução SD-WAN deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

- a)** Elaboração e entrega de Projeto Executivo de Implementação, contendo:
 - Topologia detalhada da rede SD-WAN (lógica e física);
 - Desenho das políticas de roteamento, QoS, segurança e alta disponibilidade;
 - Mapeamento dos sites e links WAN existentes;
 - Plano de endereçamento IP (IPv4 e/ou IPv6) conforme integração com o ambiente atual;
 - Plano de contingência e reversão.
- b)** Realização de levantamento técnico detalhado (site survey) em cada unidade contemplada, para identificação de infraestrutura local, requisitos específicos de conectividade e eventuais adequações.
- c)** Criação de documento de plano de implantação com cronograma, recursos técnicos envolvidos, pontos de controle e validação de cada fase do projeto.
- d)** Execução da instalação e configuração dos equipamentos SD-WAN nas unidades do TRF5, incluindo:
 - Instalação física (quando aplicável);
 - Provisionamento de dispositivos via ZTP ou processo assistido;
 - Integração com roteadores/firewalls existentes (incluindo configuração de BGP/OSPF, NAT, ACLs);
 - Aplicação de políticas de tráfego, segurança e QoS previamente aprovadas.
- e)** Realização de testes de validação pós-implementação, incluindo:
 - Testes de conectividade entre sites;
 - Verificação de failover automático entre links;
 - Testes de desempenho (latência, throughput, jitter);
 - Testes de políticas de QoS e roteamento;
 - Testes de segurança e criptografia ponta a ponta.
- f)** Apresentação de Relatório Final de Implantação, contendo:
 - Resultados dos testes realizados;

- Descrição das configurações aplicadas por unidade;
- Registro de não conformidades e correções aplicadas.
- g) Capacitação técnica presencial ou remota para a equipe de TI do TRF5, abordando:
 - Operação e monitoramento da solução SD-WAN;
 - Aplicação e ajuste de políticas de tráfego;
 - Procedimentos de troubleshooting e escalonamento;
 - Segurança e atualização da solução.
- h) Entrega de documentação completa e atualizada da solução implantada, incluindo manuais, diagramas, planos de endereçamento, arquivos de configuração e instruções de backup e restauração.
- i) Apoio técnico da contratada durante o período de estabilização pós-implantação (mínimo de 30 dias corridos), com monitoramento ativo e resposta a incidentes relacionados à nova solução.
- j) Garantia de compatibilidade com os sistemas de monitoramento e gestão existentes no TRF5, ou fornecimento de APIs e integração para viabilizar visibilidade unificada da rede.

4.4 Requisitos de Implantação:

4.4.1 A implantação da solução SD-WAN deverá seguir um processo estruturado e documentado, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

- a) A implantação deverá ser conduzida por equipe técnica certificada e especializada na solução ofertada, com experiência comprovada em projetos de rede SD-WAN em ambientes de missão crítica.
- b) A contratada deverá elaborar um Plano de Implantação Detalhado, contemplando:
 - Cronograma por etapas e locais de instalação;
 - Atividades previstas (pré-instalação, instalação, testes, validação, homologação);
 - Planos de contingência e rollback para cada fase;
 - Identificação dos responsáveis técnicos (contratada e contratante).
- c) A implantação deverá ser realizada com o mínimo de indisponibilidade possível para os serviços do TRF5, preferencialmente em janelas de manutenção previamente acordadas com a equipe técnica do tribunal.
- d) Todas as etapas da implantação deverão ser precedidas de validação técnica conjunta com a equipe de TI do TRF5, especialmente nos seguintes pontos:
 - Integração com roteadores/firewalls existentes;
 - Interoperabilidade com sistemas legados;
 - Preservação de políticas de segurança e segmentação da rede atual.
- e) A contratada deverá garantir a entrega e instalação física dos equipamentos (appliances ou gateways SD-WAN) nos locais definidos, observando requisitos de espaço, energia, refrigeração e conectividade local.
- f) Durante a implantação, a contratada deverá configurar a solução SD-WAN conforme os requisitos definidos no Projeto Executivo aprovado, incluindo:
 - Provisionamento dos dispositivos via orquestrador (ZTP ou manual);
 - Aplicação das políticas de roteamento, segurança e QoS;
 - Ativação da comunicação criptografada entre os pontos.

- g) Ao término de cada fase de implantação, deverá ser emitido um Relatório de Atividades, contendo:
- Equipamentos instalados e ativados;
 - Configurações aplicadas;
 - Testes realizados e seus resultados;
 - Eventuais ajustes executados.
- h) Todas as implantações deverão respeitar as políticas internas de segurança da informação, conformidade normativa e governança de TI do TRF5.

4.4.2 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.4.2.1 Prazo de Implantação, Instalação, Configuração e Migração:

Devem ser concluídas dentro de um prazo de **30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos**, garantindo que a rede esteja operacional sem atrasos significativos.

4.4.2.2 Fornecedor de Documentação Completa

Toda a documentação técnica relacionada aos equipamentos, incluindo manuais de instalação, guias de configuração e informações sobre manutenção, deve ser fornecida de forma completa e acessível, por meio digital (pdf ou página web).

4.5 **Requisitos de Sustentabilidade:**

Da Sustentabilidade Ambiental

4.5.1 A CONTRATADA, quando da execução dos serviços e/ou fornecimentos dos bens, no que couber, fica obrigada à observância dos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Planejamento de Logística Sustentável - PLS da Justiça Federal, no Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF), no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como das disposições contidas nas Resoluções nº 400/2021 e nº 401/2021 do CNJ e Resolução nº 709/2021 do CJF, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

4.5.1.1 Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados, caso se faça necessário, na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.5.1.2 Em sendo utilizado os bens de informática e/ou automação na execução dos serviços, não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."

Da Sustentabilidade Social

4.5.2 Deve a CONTRATADA promover, sempre que possível, nos contratos firmados com este Egrégio Tribunal:

4.5.2.1 A participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, considerada cada função do contrato, em atendimento ao disposto na Resolução nº 540, de 18 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça.

4.5.2.2 Para a composição equânime de que trata o subitem acima, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

4.5.2.3 O preenchimento das vagas deverá respeitar, resguardada a medida do possível, a proporção respectiva de gênero, raça e etnia da população brasileira, por Estado da Federação, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, sem prejuízo de superação dessa proporção se houver possibilidade, no que se refere aos grupos minorizados.

4.5.2.4 A proporcionalidade de gênero, raça e etnia de que trata o subitem acima deverá ser divulgada nos portais dos tribunais, de forma acessível à consulta pública.

4.5.2.5 Ações relacionadas à igualdade de gênero por meio de campanhas contra o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho e contra a discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Da Sustentabilidade Econômica

4.5.3 Deve a CONTRATADA promover, sempre que possível, nos contratos firmados com este Egrégio Tribunal:

4.5.3.1 O desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso de fontes energéticas renováveis, diminuindo custos a médio e longo prazo através de recursos abundantes; e,

4.5.3.2 Uma maior eficiência dos seus processos, ou seja, a capacidade de produzir mais com menos, otimizando a dinâmica de prestação de serviços para elevar a produtividade e, consequentemente, trazendo efeitos para a sua lucratividade.

4.6 Requisitos Legais

4.6.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), à Resolução CNJ nº 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.7 Requisitos de Garantia da Contratação:

Da Garantia de Execução Contratual

4.7.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total ANUAL da contratação.**

4.7.1.1 Caso a contratada opte pela modalidade SEGURO-GARANTIA, **o prazo máximo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e

anterior à assinatura do contrato, conforme estabelecido no §3º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

4.7.1.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.1.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), conforme o disposto no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

4.7.1.4 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

4.7.1.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.7.1.6 A garantia, na **modalidade seguro-garantia**, tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021:

4.7.1.6.1 O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; e,

4.7.1.6.2 O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.1.7 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7.1.8 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7.1.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7.1.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7.1.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de

garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.7.1.11.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, inc. III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.7.1.12 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.7.1.12.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.7.1.12.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e,

4.7.1.12.3 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO.

4.7.1.13 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da CONTRATADA, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.7.1.14 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.7.1.15 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7.1.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

4.7.1.16.1 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.7.1.16.2 emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.7.1.16.3 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.7.1.16.4 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.7.1.16.4.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.7.1.16.4.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.7.1.16.5 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.7.1.16.6 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.7.1.16.7 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.7.1.16.8 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.7.1.16.9 No caso de entrega de bens pela Administração, dos quais a CONTRATADA ficará depositária, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

4.7.1.16.10 A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da CONTRATANTE.

4.7.1.16.11 Havendo reajuste de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme art. 98, § único, da Lei nº 14.133/2021.

4.8 Requisitos Internos Funcionais e Não Funcionais e Dos Requisitos Externos:

4.8.1 Requisitos Internos Funcionais

4.8.1.1 Requisitos Gerais

4.8.1.1.1 Os serviços de suporte técnico especializado (Horas de Consultoria – Item 4) configuram-se igualmente indispensáveis para a continuidade e integridade do sistema, para manter sua estabilidade operacional e, principalmente, para manter sua constante evolução e adequação aos cenários futuros advindos de aspectos externos ou internos da organização.

4.8.1.1.2 Deverá a CONTRATADA viabilizar suporte técnico especializado nos termos a seguir:

4.8.1.1.2.1 Possuir portal de suporte para abertura de chamados e acesso à base de conhecimento;

4.8.1.1.2.2 O suporte deverá atender via portal de serviços em escala 24x7x365.

4.8.1.1.2.3 Deve ser possível extrair através do portal de serviços relatórios trimestrais casos relevantes a CONTRATANTE.

4.8.1.1.2.4 suporte deverá prover, além da portal web, número de telefone para abertura de chamados, e funcional em escala 24x7x365.

4.8.1.1.3 A CONTRATADA deverá prover documentação para uso do suporte técnico contemplando minimamente a seguir e deverá ser entregue juntamente com a entrega do Projeto de Implementação da Solução.

4.8.1.1.3.1 Processo de abertura de chamado.

4.8.1.1.3.2 Processo de atualização de chamado.

4.8.1.1.3.3 Recomendações e melhores práticas específicas para o ambiente.

4.8.1.1.4 Outras ferramentas além das descritas na especificação técnica da presente contratação que sejam necessárias à execução desses serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.8.1.1.5 O suporte técnico a ser prestado pela CONTRATADA tem por objetivo a correção de falhas ou inconsistências detectadas, para garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da solução de TI contratada.

4.8.1.1.6 O suporte técnico compreende, ainda, o auxílio na configuração dos componentes da solução para o correto funcionamento, além do esclarecimento de dúvidas dos servidores e prestadores de serviços da CONTRATANTE, para garantir a melhor utilização e maximização dos recursos contratados.

4.8.1.1.7 Cada solicitação de atendimento técnico, deverá ser gerado um identificador único (protocolo) para fins de controle e acompanhamento. A CONTRATADA deverá informar esse identificador a CONTRATANTE, bem como manter o histórico de ações e atividades nos chamados realizados durante toda a vigência contratual.

4.8.1.1.8 O serviço de suporte será prestado em idioma português do Brasil.

4.8.2 **Requisitos Internos Não Funcionais**

4.8.2.1 Na execução de tarefas, deverão ser contemplados todos os processos necessários para garantir a execução das atividades relacionadas à manutenção da operacionalidade de ambientes computacionais, como a análise de viabilidade, estudos de boas práticas, implementação e migração dos recursos, criação de documentação técnica, operacional e de análise e controle, execução de rotinas proativas e reativas, análise de desempenho, monitoramento e operação dos serviços;

4.8.2.2 Transferência de conhecimento para a equipe técnica do CONTRATANTE, de todos os novos serviços implantados ou modificados, mediante documentação técnica em repositório adotado pelo CONTRATANTE para esse fim;

4.8.2.3 Toda a documentação produzida pela CONTRATADA em decorrência dos procedimentos executados passará a ser de propriedade do TRF5, inclusive, "AS BUILT" ao final do projeto;

4.8.2.4 Auxiliar o CONTRATANTE, quando demandado, quanto à elaboração de normas, padrões e procedimentos relativos ao uso da infraestrutura computacional;

4.8.2.5 Auxiliar a análise, orientação, acompanhamento, desenvolvimento de métodos e técnicas visando ganhos de produtividade por meio de racionalização, padronização, avaliação e recomendação de soluções tecnológicas;

4.8.2.6 Executar todos os serviços, tarefas e atividades demandadas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo negociado, atendendo o padrão de qualidade exigido;

4.8.2.7 Os serviços deverão ser executados por recursos especialistas habilitados, com base em programas de formação e certificações oficiais, e com experiência em diagnóstico proativo de problemas em ambientes complexos, com capacidade técnica mínima para atender à complexidade especificada no procedimento;

4.8.2.7.1 O serviço de migração deverá ser executado por profissionais especialistas e certificados pelo fabricante, com base em programas de formação e certificações oficiais. A comprovação deverá ser apresentada oportunamente mediante solicitação da documentação por parte da CONTRATANTE;

4.8.2.8 Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe da CONTRATANTE. Do mesmo modo, deverão ser observadas as rotinas internas da Organização, cujo andamento em hipótese nenhuma deverá ser prejudicado em razão de quaisquer atividades acima mencionadas;

4.8.2.9 Testar todos os serviços depois de concluídos, na presença da área demandante e/ou da fiscalização do CONTRATANTE, ficando sua aceitação final dependente das características do desempenho apresentado;

4.8.2.10 Planejar, definir e especificar atividades e montar os modelos globais de execução das tarefas, negociando com o CONTRATANTE a implementação das fases propostas;

4.8.2.11 Quando os serviços solicitados nos chamados dependerem de outras equipes que não a da CONTRATADA, os prazos serão suspensos a partir do encaminhamento, voltando a contagem tão logo sejam devolvidos pela área responsável, devendo ter o aceite da equipe fiscalizadora por meio de andamento padronizado.

4.8.3 Requisitos Externos

4.8.3.1 Requisitos de Qualidade dos Serviços

4.8.3.2 As tarefas deverão ser realizadas com base nas instruções normativas, processos e procedimentos internos ou nas boas práticas nacionais e internacionais voltadas para tecnologia da informação, tais como:

- I. Para Gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação deve-se utilizar a biblioteca do ITIL (IT Infrastructure Library) e da NBR-ISO 20.000 – Gerenciamento de serviços de tecnologia da informação;
- II. Para gestão de governança e continuidade do negócio de Tecnologia da Informação deve-se utilizar o COBIT (Control Objectives for Information and related Technology);
- III. Para gerenciamento de projetos deve-se utilizar as boas práticas preconizadas pelo PMBOK (Project Management Base of Knowledge);

4.8.3.3 Fiscalizar regularmente os seus recursos técnicos designados para a prestação dos serviços verificando as condições em que as atividades estão sendo realizadas;

4.8.3.4 Refazer todos os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado, independentemente das penalidades previstas e Níveis de Qualidade fixados;

4.8.3.5 A CONTRATADA deverá substituir os recursos técnicos que não apresentem qualificação técnica compatível com a necessidade dos serviços, segundo as qualificações especificadas ou que apresentem conduta inadequada;

4.8.3.6 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

4.9 Requisitos de Política de Segurança da Informação

4.9.1 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

4.9.2 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos;

4.9.3 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa do CONTRATANTE;

4.9.4 Submeter seus recursos técnicos aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo CONTRATANTE, durante o tempo de permanência nas suas dependências;

4.9.5 A CONTRATADA deverá garantir a segurança e autenticação de seus empregados através da identificação;

4.9.6 Em caso de desligamento de qualquer empregado da CONTRATADA, este deverá ter imediatamente todos os seus acessos aos sistemas cancelados. Os empregados que estiverem de férias ou afastados, por qualquer motivo, deverão ter todos os seus acessos aos sistemas suspensos, até o retorno às atividades.

4.10 Requisitos de Manutenção e Garantia e Ciclo de Vida dos Ativos:

4.10.1 A solução deverá garantir a manutenção e atualização pelo fabricante durante o período de garantia. O ciclo de vida dos ativos deve ser de pelo menos 5 (cinco) anos, com a obrigação de suporte e atualizações durante esse período. A garantia incluirá a substituição de equipamentos defeituosos sem custos adicionais, além de compromisso com a manutenção contínua da segurança da infraestrutura, com atualizações periódicas.

4.11 Requisitos Temporais (“Início e Duração”):

4.11.1 A entrega dos equipamentos dos itens 1 e 2 da tabela do subitem 1.1 deste Termo de Referência deverá ser realizada em até **45 (quarenta e cinco)** dias após a assinatura do Termo de Contrato.

4.11.2 A instalação/configuração e migração dos equipamentos acima indicados deverá ser concluída no prazo de até **75 (setenta e cinco)** dias após a assinatura do Termo de Contrato. O tempo total de implementação deve incluir a instalação física, configuração, migração e testes de funcionalidade, garantindo que a solução esteja operacional dentro do prazo estabelecido.

4.11.3 Deverá ser realizada na data do recebimento definitivo dos itens 1 e 2 da tabela do subitem 1.1 deste documento a ativação dos itens 3, 4 e 5 da tabela em comento, descritos a seguir: “**Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB) e Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado**”.

4.12 Requisitos de Segurança e Privacidade da Solução:

4.12.1 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e cumprir rigorosamente as diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação do TRF5, que incluem a criptografia de dados em trânsito, autenticação de múltiplos fatores para acesso ao gerenciamento e a conformidade com as regulamentações sobre proteção de dados (LGPD). Além disso, os equipamentos devem ser configuráveis para evitar ataques DDoS, permitir segmentação da rede (VLANs) e oferecer auditoria completa de logs.

4.13 Da exigência de Certificação:

4.13.1 Os equipamentos a serem fornecidos devem possuir as certificações exigidas por regulamentações nacionais e internacionais e os produtos devem ser homologados para operação no Brasil.

4.14 Requisitos Socioambientais e Economia Circular:

4.14.1 A solução deverá atender aos princípios de economia circular, garantindo que os equipamentos sejam recicláveis ao fim de seu ciclo de vida útil. O fornecedor deverá comprovar o compromisso com práticas socioambientais responsáveis, como a utilização de materiais de baixo impacto ambiental e processos de fabricação que respeitem os direitos dos trabalhadores.

4.15 Da Exigência de Carta de Solidariedade do Fabricante:

4.15.1 Não se aplica

4.16 Requisitos de Prazo de Validade:

4.16.1 Os equipamentos fornecidos devem ter um EOL (fim de vida útil) de pelo menos 5 (cinco) anos a partir da data de entrega. Não serão aceitos equipamentos que terão a finalização dentro do período de garantia.

4.17 Requisitos de Transporte:

4.17.1 Os equipamentos deverão ser entregues na Sede do TRF5, situado na Av. Cais do Apolo, S/N – Edf. Ministro Djaci Falcão, Bairro do Recife, Recife/PE – CEP: 50.030-908, em embalagens que garantam a proteção contra danos durante o transporte, e deverão ser acompanhados de nota fiscal e documentação técnica. O transporte deve ser realizado de forma segura, com controle de temperatura, umidade e vibração para evitar danos aos equipamentos.

4.17.2 Para os outros sites da Justiça Federal da 5ª Região:

- JFPE: [Av. Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Bairro do Jiquiá - Recife - PE](#), CEP: 50865-900
- JFPB: [Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480, Pedro Gondim - João Pessoa – PB](#), CEP: 58031-900
- JFRN: [Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, Natal - RN](#) CEP: 59064-250
- JFSE: Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500 - Bairro Capucho Aracaju / Sergipe | CEP: 49081-015

4.18 **Requisitos de Marca ou Modelo:**

4.18.1 Modelo Referência: Fortigate FG-201G

4.19 **Requisitos de Experiência Profissional:**

4.19.1 Os requisitos dos profissionais envolvidos no projeto estão especificados ao longo do Termo de Referência.

4.20 **Requisitos de Formação da Equipe:**

4.20.1 Os requisitos dos profissionais envolvidos no projeto estão especificados ao longo do Termo de Referência.

4.21 **Requisitos de Metodologia de Trabalho:**

4.21.1 A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento eletrônico 24/7 (vinte e quatro horas durante os sete dias por semana) para registro de ocorrências e suporte remoto, e atendimento telefônico das 8h (oito horas) às 20h (vinte horas), de segunda a sexta-feira.

4.21.2 Os serviços a serem executados pela Contratada deverão ser acompanhados pela Contratante, que deverá informar regularmente à Contratante sobre quaisquer obstáculos ou atualizações durante a execução.

4.22 **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade a Serem Observados pela Contratada:**

4.22.1 A contratada deverá seguir os requisitos de segurança da informação conforme estabelecido na Política de Segurança do TRF5, incluindo a conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a implementação de controles adequados para proteger dados sensíveis e garantir a privacidade das informações.

4.23 **Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:**

4.23.1 Serão fornecidos pelo fabricante da solução, devendo-se garantir uma manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante o período de garantia.

4.23.2 O ciclo de vida dos ativos deve ser de pelo menos 5 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo, com a opção de suporte e atualizações durante esse período.

4.23.3 A garantia incluirá a substituição de equipamentos defeituosos sem custos adicionais para o contratante, além de compromisso com a manutenção contínua da segurança da infraestrutura, com atualizações periódicas.

4.24 Requisitos Documentais (“Manuais do Usuário, Ficha Técnica, Instruções com Versão em Português, Termo de Garantia, Relação da Rede de Assistência Técnica Autorizada”):

4.24.1 O fornecedor deverá encaminhar, de forma completa e acessível, por meio digital (“pdf ou página Web”) toda a documentação técnica necessária relacionada aos equipamentos, incluindo manuais de instalação, guias de configuração e informações sobre manutenção, termos de garantia, fichas técnicas detalhadas e informações sobre a rede de assistência técnica autorizada em território nacional.

4.25 Vistoria:

4.25.1 Não se aplica

4.26 Requisitos Especiais:

4.26.1 Não se aplica

4.27 Requisitos de Homologação de Amostra, Prova de Conceito e Exame De Conformidade:

4.27.1 Não se aplica.

4.28 Requisitos de Subcontratação:

4.28.1 Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto licitado, nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.28.1.1 Justificativa: A vedação do subitem acima objetiva dissuadir a diluição da responsabilidade e da capacidade de execução por parte do contratado principal, assim como o comprometimento da eficiência na realização do objeto contratado, resultando numa potencial perda de controle sobre a qualidade e a efetividade dos serviços prestados, prejudicando o interesse público envolvido na contratação.

4.29 Requisitos de Transição Contratual:

4.29.1 Não se aplica.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1** Acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta contratação, solicitando à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento no fornecimento do objeto.
- 5.1.2** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, em tempo hábil, necessárias à execução dos serviços, bem como a documentação técnica referente aos padrões adotados na CONTRATANTE.
- 5.1.3** Efetuar o pagamento mediante comprovação do fornecimento do objeto, no prazo e forma ajustados neste Termo de Referência.
- 5.1.4** Especificar e estabelecer políticas e normas para execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades e regras de atendimento aos usuários, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações.
- 5.1.5** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as respectivas especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos.
- 5.1.6** Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto desta proposição, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto pactuado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 5.1.7** Avaliar e homologar relatórios executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de níveis de serviço, conforme o descrito neste Termo de Referência e seus anexos.
- 5.1.8** Verificar e atestar as faturas mensais da CONTRATADA, homologando os serviços prestados de acordo com os requisitos preestabelecidos, mediante aceite do relatório gerencial mensal.
- 5.1.9** Cumprir as demais obrigações constantes deste Termo de Referência.

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados e/ou bens adquiridos pela Administração Pública, nos termos da legislação vigente, efetuando-os dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta vencedora, bem como do Edital e seus ANEXOS;
- 5.2.2** Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- 5.2.3** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que a despesa não esteja liquidada;
- 5.2.4** Substituir, no total ou em parte, qualquer material que se apresente com a qualidade comprometida, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir da notificação do TRF5, sem qualquer custo para este Tribunal;
- 5.2.5** Responsabilizar-se pela remoção de todos os materiais e embalagens utilizados na entrega do objeto fornecido;
- 5.2.6** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao TRF5 ou a terceiros,

decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.7 Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados ao Tribunal e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando do fornecimento/execução dos materiais/serviços;

5.2.8 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

5.2.9 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por este Tribunal, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos materiais fornecidos;

5.2.10 Comunicar ao TRF da 5ª Região, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários, no prazo de até 12 (doze) horas;

5.2.11 Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega do objeto;

5.2.12 Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega dos materiais.

5.2.13 Atender prontamente todas as solicitações do TRF5 previstas no Termo de Referência;

5.2.14 Adotar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e/ou na execução dos serviços, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010;

5.2.15 Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

5.2.16 Observar o inserto no art. 3º da Resolução nº 07 (18/10/2005), com nova redação dada pela Resolução nº 09 (06/12/2005), ambas do Conselho Nacional de Justiça, no tocante a vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que contrate empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal CONTRATANTE, devendo na ocorrência de quaisquer umas das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, a este Sodalício, respondendo, na forma da lei, pela omissão;

5.2.17 Não colocar à disposição do TRF 5ª Região, para o exercício de funções de chefia, empregados que incidam nas hipóteses previstas no art. 4º c/c os arts. 1º e 2º da Resolução nº 156/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

5.2.18 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 92, da Lei nº 14.133/2021;

5.2.18.1 Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pelo TRF da 5ª Região, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato e execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos (Arts. 137, inciso I, 139, inciso III e 156, da Lei nº 14.133/2021), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei.

5.2.19 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;

5.2.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

5.2.21 Fornecer todas as chaves de licença de produtos, bem como credenciais de acesso a portais do FABRICANTE.

5.2.22 Orientar a CONTRATANTE sobre procedimentos de registro de licenças nos portais da FABRICANTE, para assegurar ativação da licença e suporte oficiais da FABRICANTE.

5.2.23 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

6. DA GARANTIA DE PROPOSTA

6.1 A garantia de proposta não será exigida dos licitantes interessados em participar deste certame licitatório, como requisito de pré-habilitação, conforme o permissivo contido no art. 58, caput, da Lei nº 14.133/2021.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições/Rotinas de Execução

7.1 A prestação dos serviços seguirá da seguinte forma:

7.1.1 Do Prazo de Execução dos Serviços:

7.1.1.1 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos, onde “C” é a data de assinatura do Termo de Contrato:

EVENTO	PRAZO MÁXIMO PREVISTO (DIAS CORRIDOS)
Reunião inicial + Ata Definitiva	C + 10
Entrega do Projeto de Implementação da Solução	C + 20
Validação do Projeto de Implementação da Solução	C + 30
Entrega dos Equipamentos, Licenças e Subscrições (todas as licenças/subscrições devem ser ativadas, pelo menos, a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos em diante, para evitar	C + 45

diferenças nos vencimentos dos hardwares e softwares que compõem o objeto)	
Recebimento Provisório da Entrega dos Equipamentos e Licenças	C + 55
Recebimento Definitivo da Entrega dos Equipamentos e Licenças	C + 60
Instalação, Configuração e Migração	C+ 75
Recebimento Provisório dos Serviços de Instalação e Ativação da Solução	C + 85
Recebimento Definitivo dos Serviços de Instalação e Ativação da Solução	C + 100
Início dos Serviços de Suporte Técnico e Garantia	C + 100

7.1.1.2 Todas as entregas relativas a softwares e licenciamento devem ter sua ativação na mesma data do início dos Serviços de Suporte Técnico e Garantia e, pelo menos, a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.

7.1.1.3 **Suporte Técnico Especializado (item 7):** poderá ser utilizado, sob demanda, durante a vigência contratual de **12 (doze) meses**, prorrogáveis sucessivamente, desde que respeitada a vigência máxima decenal, conforme interesse da Administração.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.2 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 Nos termos do artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

8.2 8.2. A responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo da **Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI/TRF5**, através dos servidores indicados e designados pela Diretoria Geral - DG, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

8.3 As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na Instrução Normativa nº 03, de 28 de abril de 2014, da Diretoria Geral do TRF da 5ª Região, publicada no Diário Eletrônico Administrativo do TRF da 5ª Região nº 77.0/2014, do dia 29 de abril de 2014;

8.3.1 O inteiro teor do diploma normativo do item acima poderá ser acessado no endereço www.trf5.jus.br, opção **Institucional > Legislação > Instruções Normativas – Diretoria Geral > 2014 > 03**.

8.4 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão:

8.4.1 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

8.5 Após a assinatura do Termo de Contrato respectivo, a Administração deverá fornecer ao gestor/fiscal designado todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação;

8.6 São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da CONTRATANTE, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma utilizar para prestação dos serviços durante a execução do contrato.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação será extraído do Mapa Comparativo de Preços, que será elaborado pelo Núcleo de Aquisições e Contratações – NAC/DA deste Tribunal, podendo ser utilizado a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais parâmetros de que trata o art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/ME, de 07 de julho de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

10. DOS MEIOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

10.1 Sempre que se exigir, a comunicação entre a Fiscalização do Contrato e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico e/ou por softwares de gestão de contratos.

10.2 A Fiscalização, a Gestão do contrato e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

11.1 Os chamados das horas de consultoria serão classificados em 03 (três) níveis de severidade, cada qual com seu respectivo tempo de atendimento pelos quais deverão ser priorizados, pela CONTRATANTE, de acordo com as especificações abaixo:

11.1.1 Severidade ALTA

11.1.1.1 Indicado para chamados com o maior nível de criticidade, cujo objetivo é resolver problemas que afetam de forma grave a produtividade, segurança ou desempenho da solução, pondo em risco a disponibilidade dos serviços;

11.1.1.2 Neste nível de severidade, o início do atendimento deverá ocorrer em um prazo máximo de 2 (duas) horas após a abertura do respectivo chamado;

11.1.1.3 O prazo máximo de solução deste tipo de atendimento é de 2 (dois) dias úteis contados a partir do que ocorrer primeiro entre a chegada do analista da CONTRATADA ou do prazo máximo previsto de início de atendimento após a abertura do respectivo chamado;

11.1.1.4 O atendimento deste nível de prioridade só poderá ser interrompido quando estabilizados os serviços e autorizado pelo TRF5;

11.1.2 Severidade MÉDIA

11.1.2.1 Indicado para chamados cujo objetivo é resolver problemas que afetam a produtividade, segurança ou desempenho da solução, mas que não põem diretamente em risco a sua disponibilidade;

11.1.2.2 Neste nível de severidade, o início do atendimento deverá ocorrer em um prazo máximo de 6 (seis) horas após a abertura do respectivo chamado;

11.1.2.3 O prazo de solução deste tipo de atendimento é de 3 (três) dias úteis contados, a partir do que ocorrer primeiro entre a chegada do analista da CONTRATADA ou do prazo máximo previsto de início de atendimento após a abertura do respectivo chamado;

11.1.2.4 O atendimento deste nível de prioridade poderá ser interrompido se autorizado pelo TRF5;

11.1.3 Severidade BAIXA

11.1.3.1 Indicado para chamados com menor nível de criticidade, cujo objetivo é sanar dúvidas, implementar/ajustar funções, geração de novos relatórios, apoiar em atividades administrativas/operacionais gerais da solução;

11.1.3.2 Neste nível de severidade, o início do atendimento deverá ocorrer até o próximo dia útil após a abertura do respectivo chamado;

11.1.3.3 O prazo de solução deste tipo de atendimento é de 4 (quatro) dias úteis contados, a partir do que ocorrer primeiro entre a chegada do analista da CONTRATADA ou do prazo máximo previsto de início de atendimento após a abertura do respectivo chamado;

11.1.3.4 O atendimento deste nível de prioridade poderá ser interrompido ao final do expediente normal do TRF5, e retomado ao início do expediente do próximo dia útil de trabalho;

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
--

Recebimento do Objeto (Bens)

12.1 Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança

equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3 O recebimento definitivo ocorrerá de acordo com os prazos indicados no **subitem 7.1.1.1 deste Termo de Referência**.

12.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade.

12.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.7 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebimento do Objeto (Serviços)

12.9 Os serviços serão recebidos provisoriamente de acordo com os prazos **subitem 7.1.1.1. deste Termo de Referência**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

1.1.

12.9.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

1.1.1.

12.10 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.11 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

12.12 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.13 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.13.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.14 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.15 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

12.16 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.17 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.18 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.19 Os serviços serão recebidos definitivamente de acordo com os prazos indicados no **subitem 7.1.1.1. deste Termo de Referência**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

1.1.2.

12.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

12.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

12.19.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

12.19.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

1.1.3.

12.20 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.21 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.23 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.23.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.23.2 No caso de serviços, deverá ser emitida, MENSALMENTE, Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, no que tange à realização efetiva dos serviços prestados no mês imediatamente anterior.

12.24 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.24.1 o prazo de validade;

12.24.2 a data da emissão;

12.24.3 os dados do contrato e do órgão Contratante;

12.24.4 o período respectivo de execução do contrato;

12.24.5 o valor a pagar; e

12.24.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.25 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá juntar, no **Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira - SIGEO**, o documento (único) de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

12.25.1 *12.25.1 Para o processamento do pagamento dos materiais fornecidos ou serviços prestados ao Tribunal, a CONTRATADA deverá realizar o auto-cadastro no SIGEO através do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.*

12.26 A CONTRATADA deverá também juntar e manter atualizado no SIGEO as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, abaixo listadas, além de outros documentos requeridos no sistema:

12.26.1 Certidão de regularidade com o FGTS (CRF-FGTS);

12.26.2 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (CONJUNTA);

12.26.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

12.26.4 Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio sede da CONTRATADA (CND-ESTADUAL); e

12.26.5 Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal do domicílio sede da CONTRATADA (CND- MUNICIPAL).

12.27 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

12.28 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.29 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.30 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

12.31 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.32 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

12.33 Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.34 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente junto ao SICAF.

12.35 É vedado ao TRF5 o pagamento de despesas de transporte e hospedagem dos funcionários da CONTRATADA.

12.36 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.37 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.38 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da fórmula abaixo discriminada:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: $I = (TX/100 / 365) \square I = (6/100 / 365) \square I = 0,0001644$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.39 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

Forma de pagamento

12.40 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.41 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.42 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.43 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.44 12.43. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.45 No caso de ser a CONTRATADA optante do “SIMPLES NACIONAL” e pretenda utilizar-se da hipótese de não-retenção prevista no art. 4º, XI, da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, deverá apresentar,

juntamente com a nota fiscal, declaração nos moldes preconizados no art. 4º, na forma do Anexo IV, desta IN, com as alterações introduzidas pelas IN's RFB nºs. 1244/2012, 1540/2015, 1552/2015, 1636/2016, 1663/2016, 2108/2022 e 2145/2023, da Receita Federal do Brasil.

13. DO REAJUSTE DOS PREÇOS E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Do Reajuste de Preços (Álea Ordinária)

13.1 O reajuste de preços em sentido estrito poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data vinculada à data-base do orçamento estimado, em relação aos custos com insumos e materiais necessários à execução do objeto, conforme o disposto no art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Será considerado índice inicial o da data-base do orçamento estimado, com base na seguinte fórmula (Acórdão nº 1.587/2023-TCU-Plenário):

$R = V \times [(I/I_0) - 1]$
<p>R = Valor do reajuste procurado;</p> <p>V = Valor contratual da prestação do serviço;</p> <p>I = Índice relativo ao mês do reajuste;</p> <p>I₀ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês de conclusão do orçamento estimado.</p>

13.3 O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplica - IPEA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

13.4 Os reajustes serão precedidos obrigatoriamente de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for à variação de custos objeto do reajuste.

13.5 É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste de itens de insumos e materiais não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

13.6 A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de **60 (sessenta dias) dias**, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

13.7 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

13.8 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

13.9 Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

13.10 Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas do interregno mínimo de **01 (um) ano** da data-base do orçamento estimado, em relação aos custos com os insumos e materiais necessários à execução do objeto contratado.

13.11 Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão exclusivamente para os itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

Da Revisão (Álea Extraordinária)

13.12 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.13 A variação do câmbio somente justifica a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso ela seja imprevisível ou de consequências incalculáveis. (Acórdão nº 4125/2019 – 1ª Câmara – TCU)

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Infrações e Sanções administrativas

14.1.1 Sem prejuízo das disposições contidas na Instrução Normativa nº 01/2025 – DG/TRF5, além das responsabilidades civil e criminal, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação, nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, seja da alçada da Diretoria-Geral serão aplicadas de acordo com as disposições abaixo contidas, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório, na ata de registro de preços ou no Termo de Contrato, quando a licitante, a adjudicatária ou a contratada:

14.1.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato: Sanção de advertência;

14.1.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze meses) meses e/ou multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

14.1.1.3 der causa à inexecução total do contrato: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses e/ou multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado da contratação;

14.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de dois meses e/ou multa calculada em função do valor estimado da contratação;

14.1.1.5 não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de um mês e/ou multa calculada em função do valor estimado da contratação;

14.1.1.6 não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de quatro meses e/ou multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação;

14.1.1.7 não cumprir com as obrigações estipuladas na ata de registro de preços, salvo justificativa devidamente comprovada: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de seis meses e/ou multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação; e

14.1.1.8 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de dois meses e/ou multa de 3% (três por cento) do valor estimado da contratação.

14.1.2 Em relação às condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, precedida de análise jurídica do órgão de assessoramento.

14.2 Procedimento de Apuração de Responsabilidade

14.2.1 Os atos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 serão conduzidos pela Comissão de Instauração de Processo de Responsabilização e Aplicação de Sanções, juntamente com a autoridade competente, nos termos da Portaria da Presidência nº 123/2025, e suas alterações.

15. DA APRESENTAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

15.1 Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes CADASTRARÃO, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço unitário para cada item ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado no Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

15.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

15.2.1 Condições de participação

15.2.1.1 Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

15.2.1.2 Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

15.2.2 Declarações para fins de habilitação

15.2.2.1 Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

15.2.2.2 Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

15.2.2.3 Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021 – <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>);

15.2.2.4 Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.2.2.5 Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

15.2.3 Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

15.2.3.1 Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

15.2.3.2 Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis. (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do art. 116, caput, da Lei nº 14.133/2021 – <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>);

15.2.3.3 A condição de ME ou EPP que isenta do dever de contratar aprendizes, conforme art. 51, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, deve ser comprovada junto ao órgão licitante por meio da apresentação dos documentos que atestem seu enquadramento, conforme os requisitos estabelecidos no art. 3º desse mesmo diploma normativo.

15.2.4 Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (Válido somente para Cooperativas)

15.2.4.1 Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 15.133, de 2021;

15.3.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

15.3.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

15.4 A falsidade da declaração de que tratam os itens 15.2 ou 15.3 deste Termo de Referência sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 15.133, de 2021, no Edital e no Instrumento Contratual;

15.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

15.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

15.7 Encerrada a etapa competitiva de lances, o Pregoeiro convocará a licitante melhor colocada para o encaminhamento da proposta final, conforme Modelo de Proposta Comercial a ser disponibilizado como parte integrante do instrumento convocatório, que deverá vir acompanhada:

15.7.1. Proposta técnica a qual deverá conter: lista de equipamentos, softwares e serviços ofertados, incluindo fabricante, modelo, *part-number* de cada item que compõe sua oferta, inclusive dos serviços do fabricante, além de comprovar através de documentos do fabricante de que os serviços de garantia e as especificações dos produtos ofertados atendem cada especificação técnica exigida, indicando link para o documento (ou cópia do documento ou declaração do fabricante) e trecho do documento (podendo ser enviado em mídia digital).

15.8 A Contratada deverá apresentar todos os preços expresso em reais, em algarismos e por extenso, pelo qual a proponente se compromete a prestar o serviço ou fornecer o material, e que deve resultar da soma exata das parcelas obtidas dos corretos produtos parciais das quantidades de serviços indicadas, pelos preços unitários, com, no máximo, 2 (duas) casas decimais (centavos), propostos resultantes das respectivas composições de custo;

15.9 Elaborar e apresentar **Proposta Comercial Final**, devidamente assinada e preenchida com clareza e precisão, sem emendas ou rasuras. A proponente consignará nesse instrumento os preços unitários, totais parciais por item e o valor global dos serviços expresso em Reais, em algarismos e por extenso, devendo:

15.9.1 Expedir declaração expressa de que a proponente examinou, minuciosamente, o pertinente edital, que estudou, comparou e o encontro correto, aceitando e submetendo-se, integralmente, às suas condições, e que obteve da Divisão de Licitações, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca do objeto a executar;

15.9.2 Expedir declaração expressa da proponente de que no preço global estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação do serviço licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão de obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, veículos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos taxas e emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas;

15.9.3 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, prazo ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar erros materiais e à redução de preços;

15.9.4 A licitante poderá anexar à sua Proposta de Preços Final os documentos que julgar conveniente, tais como, catálogos, prospectos e fotografias;

15.9.5 Na hipótese de divergência entre os preços unitários indicados na Planilha Propositiva e os totais de cada item de serviço, prevalecerão os primeiros. No caso de discordância entre os valores numéricos e os consignados por extenso, prevalecerão os últimos;

15.9.6 Apresentar sempre preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custos financeiros, compreendidos todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: impostos, fretes, seguros, taxas etc., e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

16. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

16.1.1 Justificativa: O objeto caracterizado por este Termo de Referência teve padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de objeto plenamente disponível no mercado. Desse modo, consoante previsão no inciso XLI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, o pretendido certame licitatório deverá ser obrigatoriamente processado na modalidade pregão. Por último, a contratação direta não se aplica por haver no mercado diversas empresas especializadas e capazes de prestar os serviços objeto deste Termo de Referência.

16.1.2 Considerando a necessidade da Administração em adquirir solução SD-WAN visando otimizar a conectividade dos sites da JF5, cuja demanda se dará de forma parcelada nos exercícios de 2026 e 2027, propõe-se a adoção do Pregão, na forma eletrônica, com Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente.

16.1.3 A opção pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pelas seguintes razões:

16.1.3.1 Demanda previsível, porém, com consumo parcelado no tempo: A aquisição será realizada em etapas, com entregas previstas ao longo dos anos de 2025 e 2026. O SRP permite o fracionamento das contratações, conforme a real necessidade, evitando aquisições em excesso ou armazenamento prolongado.

16.1.3.2 Eficiência e planejamento orçamentário: O SRP permite à Administração adequar a execução contratual à disponibilidade orçamentária de cada exercício, sem a necessidade de realizar nova licitação a cada aquisição.

16.1.3.3 Agilidade nas contratações futuras: Com a ata de registro de preços vigente, será possível realizar as contratações de forma mais célere, respeitando-se os quantitativos máximos registrados.

16.1.3.4 Maior economicidade: A licitação em lote com previsão de demandas futuras tende a atrair maior competitividade e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos, respeitando o interesse público.

Critério de Adjudicação

16.2 A adjudicação desta licitação dar-se-á por GRUPO.

16.2.1 Justificativa: O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR GRUPO** para o objeto desta contratação, por guardarem relação entre si, visando aumentar a competitividade do certame e pela vantagem econômica para a Administração, uma vez que os grupos se compõe de itens inter-relacionados e o seu agrupamento viabiliza a consecução do objeto por única empresa, garantindo uniformidade e padronização. (Fundamentação legal: Ac. TCU nº 861/2013 – Plenário; Ac. TCU nº 5.260/2011 – 1ª Câmara).

Regime de Contratação/Forma de Fornecimento

16.3 Em relação aos itens da tabela do subitem 1.1. deste Termo de Referência:

16.3.1 Forma de Fornecimento: **Integral, para os itens 1 e 2; e**

16.3.2 Regime de Contratação: **Empreitada por Preço Global (EPG)**, para os itens 3, 4, 5 e 6; e **Empreitada por Preço Unitário (EPU)** para o item 7.

Modo de Disputa

16.4 Será adotado neste certame licitatório o modo de disputa **Aberto e Fechado**.

Tratamento Diferenciado e Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

16.5 Aplicação do direito de preferência às micro e pequenas empresas, consoante Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 8.538/2015:

16.5.1 Justificativa: Participação **NÃO** exclusiva de micro e pequenas empresas, conforme determina o art. 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, caso o valor estimado da contratação, para o Grupo, resulte acima de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.

16.6 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

16.6.1 Critério de Habilitação Jurídica:

16.6.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021);

16.6.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.6.1.3 Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.6.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.6.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme **Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020**;

16.6.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.6.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.6.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971**;

16.6.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.6.2 Critério de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

16.6.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

16.6.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.6.2.3 A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.6.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

16.6.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

16.6.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

16.6.2.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.6.2.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

16.6.2.8.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

16.6.2.8.2 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

16.6.2.8.3 Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, **mediante apresentação de justificativa**;

16.6.2.8.3.1 O disposto no subitem acima não se aplica caso o valor estimado ANUAL da contratação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do inc. I do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

16.6.2.8.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento convocatório, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno

porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

16.6.3 Critério de Habilitação Econômico-Financeiro:

16.6.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **há menos de 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão inaugural do certame licitatório**, mencionada no preâmbulo deste Edital, especificamente, para as certidões sem prazo de validade expresse;

16.6.3.2 Caso a certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial contenha prazo de validade expresse, só serão aceitas as certidões cujo prazo de validade esteja vigente.

16.6.3.3 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101/2005, com redação dada pela Lei Federal nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020, e ainda, certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos do Acórdão nº 1201/2020 – Plenário do TCU, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.6.3.4 Apresentar **balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, **em ambos**, a situação financeira da empresa constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

16.6.3.5 Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a empresa ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, e deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

16.6.3.6 A(s) empresa(s) criada(s) no exercício financeiro da licitação deverá(ão) atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

16.6.3.7 O atendimento dos índices econômicos previstos no **subitem 16.6.3.4.** deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16.6.3.8 Caso a empresa apresente resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices acima, quando da habilitação, deverá comprovar de que possui **Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado ANUAL da contratação**, conforme previsto § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.6.4 Critério de Habilitação Técnica Operacional:

16.6.4.1 Apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove **o fornecimento de equipamento, de igual ou maior porte, com características do objeto solicitado nesta licitação (SD-WAN, Firewall, Roteador Full BGP), incluindo instalação e configuração.**

16.6.4.2 Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos materiais fornecidos e serviços executados, o nome e cargo do declarante; e

16.6.4.3 A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre a venda dos bens e/ou serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos, notas fiscais e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

16.6.4.3.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, **cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sob pena de inabilitação.**

16.6.4.3.2 Quando houver dúvida quanto à autenticidade do atestado, a Administração exigirá a comprovação da prestação de serviços constantes de atestado de capacidade técnica mediante nota fiscal, e não por meio de recibo, compreendendo todo o período mencionado no atestado, sob pena de inabilitação. (Acórdão TCU nº 519/2025 – Plenário)

16.6.4.4 Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

16.6.4.4.1 Serão aceitos atestados de capacidade técnico-operacional emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

17.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcios, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1 Justificativa: Em face das peculiaridades do objeto licitado e do mercado em que ele se insere, resta evidenciado que a sua execução integral é comumente prestada individualmente por diversas empresas, não acarretando restrição à competitividade do certame licitatório.

18. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2 Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

18.3 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.4 O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

18.5 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.6 A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução CNJ nº 363/2021 e da Lei 12.527/2011. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

18.7 Os prestadores de serviços devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.

18.8 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.9 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

18.10 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme o permissivo contido no art. 17 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.

20. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

20.1 O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026] deste Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região sob o código TRF5-DTI-0054 - Aquisição de Firewall de Borda.

21. DOS ANEXOS

21.1 Integram o presente Termo de Referência, como se nele estivesse(m) transcrito(s), os ANEXOS constantes do quadro abaixo:

Item	Descrição	Anexo
1	Termo de Confidencialidade	I-A
2	Termo de Sigilo	I-B
3	Especificações Técnicas	I-C
4	DOD – Documento de Oficialização da Demanda	I-D
5	ETP – Estudo Técnico Preliminar	I-E
6	Mapa de Riscos	I-F

Equipe de Planejamento da Contratação:

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I-A

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÃO

A UNIÃO, por intermédio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede no Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.130.072/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, _____, no uso das atribuições que lhe são conferidas e <EMPRESA CONTRATADA>, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço na <endereço completo>, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por <ou diretor ou procurador>, Sr. <nome do representante>, firmam o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÃO, decorrente da realização deste Contrato, que entra em vigor a partir da data de sua assinatura e é regido mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

Para fins do presente Acordo, são consideradas INFORMAÇÕES SIGILOSAS, os documentos e informações transmitidos pela CONTRATANTE e recebidos pela CONTRATADA através de seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes. Tais documentos e informações não se limitam, mas poderão constar de dados digitais, desenhos, relatórios, estudos, materiais, produtos, tecnologia, programas de computador, especificações, manuais, planos de negócio, informações financeiras, e outras informações submetidas oralmente, por escrito ou qualquer outro tipo de mídia. Adicionalmente, a expressão INFORMAÇÕES SIGILOSAS inclui toda informação que CONTRATADA possa obter através da simples visita às instalações da CONTRATANTE.

2. DOS LIMITES DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para fins do presente Acordo, não serão consideradas INFORMAÇÕES SIGILOSAS as que:

- 2.1 são ou tornaram-se públicas sem ter havido a violação deste Acordo pela CONTRATADA;
- 2.2 eram conhecidas pela CONTRATADA, comprovadas por registros escritos em posse da mesma, antes do recebimento delas pela CONTRATANTE;
- 2.3 foram desenvolvidas pela CONTRATADA sem o uso de quaisquer INFORMAÇÕES SIGILOSAS;
- 2.4 venham a ser reveladas pela CONTRATADA quando obrigada por qualquer entidade governamental jurisdicionalmente competente;

2.4.1 tão logo inquirida a revelar as informações, a CONTRATADA deverá informar imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para que este requera medida cautelar ou outro recurso legal apropriado;

2.4.2 a CONTRATADA deverá revelar tão somente as informações que forem legalmente exigidas;

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Consiste nas obrigações da CONTRATADA:

3.1 garantir que as Informações Confidenciais serão utilizadas apenas para os propósitos do contrato nº <número do contrato>, e que serão divulgadas apenas para seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes, respeitando o princípio do privilégio mínimo;

3.2 não divulgar, publicar, ou de qualquer forma revelar qualquer INFORMAÇÃO SIGILOSA recebida através da CONTRATANTE para qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE;

3.3 garantir que qualquer INFORMAÇÃO SIGILOSA fornecida por meio tangível não deve ser duplicada pela CONTRATADA exceto para os propósitos descritos neste acordo;

3.4 a pedido da CONTRATANTE, retornar a ele todas as INFORMAÇÕES SIGILOSAS recebidas de forma escrita ou tangível, incluindo cópias, reproduções ou outra mídia contendo tais informações, dentro de um período máximo de 10 (dez) dias após o pedido;

3.4.1 como opção para CONTRATADA, em comum acordo com a CONTRATANTE, quaisquer documentos ou outras mídias possuídas pela CONTRATADA contendo INFORMAÇÕES SIGILOSAS podem ser destruídas por ela;

3.4.1.1 a destruição de documentos em papel deverá seguir recomendação da norma DIN 32757-1: 4, ou seja, destruição do papel em partículas de, no mínimo, 2 x 15mm;

3.4.1.2 a destruição de documentos em formato digital deverá seguir a norma DoD 5220.22-M (ECE) ou o método descrito por Peter Guttmann no artigo “Secure Deletion of Data From Magnetic and Solid-State Memory” ou através da utilização de desmagnetizadores (*degausser*);

3.4.1.3 a destruição das INFORMAÇÕES SIGILOSAS que não estiverem nos formatos descritos nos itens 3.4.1.1 e 3.4.1.2 deverá ser previamente acordada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

3.4.1.4 a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE certificado com respeito à destruição, confirmando quais as informações que foram destruídas e os métodos utilizados, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias;

3.5 A CONTRATADA deverá dar ciência deste acordo a todos seus sócios, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes que participarão da execução dos serviços objetos do contrato e, será responsável solidariamente por eventuais descumprimentos das cláusulas aqui descritas;

4. DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

4.1 a CONTRATADA concorda que todas as INFORMAÇÕES SIGILOSAS permanecem como propriedade da CONTRATANTE e que este pode utilizá-las para qualquer propósito sem nenhuma obrigação com ela;

4.2 A CONTRATADA concorda ter ciência de que este acordo ou qualquer INFORMAÇÕES SIGILOSAS entregues pela CONTRATANTE a ela, não poderá ser interpretado como concessão a qualquer direito ou licença relativa à propriedade intelectual (marcas, patentes, copyrights e segredos profissionais) à CONTRATADA;

4.3 A CONTRATADA concorda que todos os resultados dos trabalhos prestados por ela à CONTRATANTE, inclusive os decorrentes de especificações técnicas, desenhos, criações ou aspectos particulares dos serviços prestados, são

reconhecidos, irrestritamente, neste ato, como de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA reivindicar qualquer direito inerente à propriedade intelectual;

5. DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1 a CONTRATADA declara que recebeu cópia e está ciente da Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, definida pelo Conselho da Justiça Federal através da Resolução Nº 006 de 07 de abril de 2008, e de todos os seus documentos acessórios já criados;

5.2 a CONTRATADA declara que seguirá todas as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação definidos e/ou seguidos pela CONTRATANTE;

6. DO PRAZO DE VALIDADE DO ACORDO

As obrigações tratadas neste acordo subsistirão permanentemente, mesmo após a conclusão dos serviços ou até que a CONTRATANTE comunique expressa e inequivocadamente, por escrito, à CONTRATADA, que as informações já não são mais sigilosas.

7. DAS PENALIDADES

Qualquer divulgação de dados, materiais, desenhos ou informações, obtidos em razão dos serviços por CONTRATADA, ou prepostos e seus funcionários, sem a respectiva autorização prévia, expressa e escrita da CONTRATANTE, implicará na obrigatoriedade de CONTRATADA ressarcir as perdas e danos experimentados pela CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades civis e criminais previstas em lei.

8. DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na cidade do Recife, para dirimir dúvidas decorrentes do presente Acordo.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Recife/PE

DIRETOR – SECRETARIA ADMINISTRATIVA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

REPRESENTANTE
EMPRESA

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I-B

TERMO DE SIGILO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____ e do Cadastro de Pessoa Física, CPF/MF sob o n. _____, declaro que:

- li e tenho ciência de todos os termos da PSI do TRF5 e seus documentos integrantes;
- li e tenho ciência de todos os termos do Acordo de Confidencialidade de Informação firmado entre a _____ e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, decorrente do Contrato n. _____;
- todos os dados e informações recebidos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em relação ao Contrato n. _____, firmado entre a _____ e o _____, deverão ser mantidos em sigilo e serão utilizados exclusivamente para a execução do mesmo;
- tenho ciência que todos os recursos disponibilizados para mim pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região deverão ser utilizados apenas para fins de execução dos serviços estabelecidos no contrato nº _____ e que todos os dados armazenados, transmitidos ou recebidos pelos recursos computacionais disponibilizados podem ser monitorados sem aviso prévio;

Local e data

Representante da Contratada

Carimbo e Assinatura

Prestador de Serviço

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I-C

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DO OBJETO	CATMAT/CATSER
1	Solução SD-WAN Tipo 1	MATERIAL	609340
2	Solução SD-WAN Tipo 2	MATERIAL	609340
3	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB)	SERVIÇO	27502
4	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB)	SERVIÇO	27502

5	Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado	SERVIÇO	27502
6	Serviço de Instalação/Configuração e Migração	SERVIÇO	27111
7	Horas de Consultoria, sob demanda	SERVIÇO	27340

1. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS E PERFORMANCE DO FIREWALL DE PRÓXIMA GERAÇÃO (NGFW). Modelo de Referência: Fortinet FG 201G (itens 1 e 2)

- 1.1.** Deve suportar, no mínimo, 25 (vinte e cinco) Gbps de throughput com a funcionalidade de firewall habilitada para tráfego IPv4, independentemente do tamanho do pacote;
- 1.2.** Deve suportar, no mínimo, 10 (dez) milhões de conexões simultâneas;
- 1.3.** Deve suportar, no mínimo, 400.000 (quatrocentas mil) novas conexões por segundo;
- 1.4.** Deve suportar, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Gbps de throughput VPN IPsec;
- 1.5.** Deve estar licenciado para ou suportar, sem o uso de licença, no mínimo, 2.000 (dois mil) túneis de VPN IPsec Site-to-Site simultâneos;
- 1.6.** Deve estar licenciado para ou suportar, sem o uso de licença, no mínimo, 15.000 (quinze mil) túneis de clientes VPN IPsec simultâneos;
- 1.7.** Deve suportar, no mínimo, 8 (oito) Gbps de throughput de IPS;

- 1.8. Deve suportar, no mínimo, 6 (seis) Gbps de throughput de Inspeção SSL;
- 1.9. Deve suportar, no mínimo, 5 (cinco) Gbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: controle de aplicação, IPS e antimalware;
- 1.10. Deve possuir, pelo menos, 4 (quatro) interfaces com suporte a conectores SFP de 1 Gigabit Ethernet;
- 1.11. Deve possuir, pelo menos, 8 (oito) interfaces Gigabit Ethernet com conectores RJ45;
- 1.12. Deve possuir, pelo menos, 8 (oito) interfaces com suporte a conectores SFP+ de 10 Gigabit Ethernet;
- 1.13. Deve possuir 1 (uma) Interface Ethernet RJ45 10/100/1000 dedicada para gerenciamento;
- 1.14. Deve possuir, pelo menos, 1 (uma) interface RJ45 ou SFP/SFP+ dedicada para alta disponibilidade (HA);
- 1.15. Deve possuir unidade do tipo SSD com no mínimo 480GB para armazenamento de informações locais;
- 1.16. Deve estar licenciado para gerenciar até 256 (duzentos e cinquenta e seis) pontos de acesso sem fio e 64 (sessenta e quatro) switches simultaneamente em um único appliance;
- 1.17. Deve possuir fonte de alimentação AC redundante e hot swap;
- 1.18. Deve estar licenciado, sem custo adicional, no mínimo, para 10 (dez) sistemas virtuais lógicos (contextos) por appliance.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS PARA FIREWALLS DE PRÓXIMA GERAÇÃO (itens 1 e 2)

- 2.1. A solução deve consistir em plataforma de proteção e balanceamento inteligente de rede baseada em appliance com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), console de gerência e monitoração.
- 2.2. Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;
- 2.3. Os equipamentos devem ser novos, ou seja, de primeiro uso, de um mesmo fabricante. Na data da proposta, nenhum dos modelos ofertados poderão estar listados no site do fabricante em listas de end-of-life e end-of-sale;
- 2.4. Não serão aceitas soluções baseadas em PCs de uso geral. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser do mesmo fabricante para assegurar a padronização e compatibilidade funcional de todos os recursos;
- 2.5. As funcionalidades de proteção de rede que compõe a solução de segurança, podem funcionar em múltiplos appliances desde que atendam a todos os requisitos desta especificação;
- 2.6. Para o ITEM 01, deverá possuir e estar licenciado pelo período de **60 (sessenta) meses** com as seguintes funcionalidades: Firewall, Traffic Shapping, QoS, Antivírus, Detecção e Prevenção de Intrusos (IPS), VPN IPsec ou SSL, Controle de Aplicações e Virtualização, Botnet URLs e Botnet Domains, URL Filtering, DNS Filtering, Video Filtering e AntiSpam;
- 2.7. Para o ITEM 02, deverá possuir e estar licenciado pelo período de **60 (sessenta) meses** com as seguintes funcionalidades: Firewall, Traffic Shapping, QoS, Antivírus, Detecção e Prevenção de Intrusos (IPS), VPN IPsec ou SSL, Controle de Aplicações e Virtualização, Botnet URLs e Botnet Domains;

3. FUNCIONALIDADES DE REDE E FIREWALL

- 3.1.** O gerenciamento da solução deve suportar acesso via SSH, cliente ou WEB (HTTPS) e API aberta;
- 3.2.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a Vlans;
- 3.3.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM);
- 3.4.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Cliente, Server e Relay;
- 3.5.** Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sub-interfaces ethernet logicas;
- 3.6.** Deve possuir a funcionalidade de tradução de endereços estáticos - NAT (Network Address Translation), um para um (1-to-1), N-para-um (N-to-1), vários para um, NAT64, NAT66, NAT46 e PAT;
- 3.7.** Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66, prevenindo problemas de roteamento assimétrico;
- 3.8.** Deverá suportar sFlow ou Netflow;
- 3.9.** Deve possuir suporte a criação de sistemas virtuais no mesmo appliance e que possam ser administrados por equipes distintas;
- 3.10.** Deverá permitir limitar o uso de recursos utilizados por cada sistema virtual;
- 3.11.** Deve suportar o protocolo padrão da indústria VXLAN;
- 3.12.** Deve implementar o protocolo ECMP;
- 3.13.** Deve permitir monitorar via SNMP o uso de CPU, memória, espaço em disco, VPN, situação do cluster e violações de segurança;
- 3.14.** Enviar log para sistemas de monitoração externos;
- 3.15.** Deve haver a opção de enviar logs para os sistemas de monitoração externos via protocolo SSL;
- 3.16.** Deve possuir mecanismos de proteção anti-spoofing;
- 3.17.** Para IPv4, deve suportar roteamento estático e dinâmico (RIPv2, BGP4 e OSPFv2);
- 3.18.** Para IPv6, deve suportar roteamento estático e dinâmico (OSPFv3);
- 3.19.** Suportar OSPF graceful restart;
- 3.20.** Deve suportar Modo Sniffer, para inspeção via porta espelhada do tráfego de dados da rede;
- 3.21.** Deve suportar Modo Camada – 2 (L2), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 3.22.** Deve suportar Modo Camada - 3 (L3), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 3.23.** Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo e Ativo/Ativo;
- 3.24.** A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Sessões, Configurações, incluindo, mas não limitado as políticas de Firewall, NAT, QOS e objetos de rede, Associações de Segurança das VPNs e Tabelas FIB;
- 3.25.** Deverá possuir alta disponibilidade (HA), trabalhando no esquema de redundância do tipo Ativo-Passivo e também Ativo-Ativo, com divisão de carga, com todas as licenças de software habilitadas para tal sem perda de conexões;
- 3.26.** O modo de Alta-Disponibilidade (HA) deve possibilitar monitoração de falha de link;
- 3.27.** A solução deve suportar integração nativa com Let's Encrypt, para obtenção de certificados válidos, de forma automática;

- 3.28.** A solução deve possuir conectores nativos para integração com nuvens privadas, pelo menos: VMware ESXI, Cisco ACI e Kubernetes;
- 3.29.** Deve possuir recursos de automação, com a finalidade de facilitar a operação diária dos firewalls. Suportar, pelo menos, a tomada de ações como execução de scripts, envio de e-mails, notificações via Teams e APIs mediante hosts comprometidos, agendamentos, mudanças de configuração e ocorrência de eventos de rede e segurança pré-definidos;
- 3.30.** Deverá possuir integração com tokens para autenticação de 02 (dois) fatores;
- 3.31.** Deverá suportar controle por zonas de segurança;
- 3.32.** Deverá suportar controles de políticas por porta e protocolo;
- 3.33.** Deverá suportar controles de políticas por aplicações, grupos estáticos de aplicações e grupos dinâmicos de aplicações;
- 3.34.** Controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;
- 3.35.** Controle de políticas por código de País (Por exemplo: BR, US, UK, RU);
- 3.36.** Controle, inspeção e descryptografia de SSL por política para tráfego de saída (Outbound);
- 3.37.** Deve descryptografar tráfego outbound em conexões negociadas com TLS 1.2 e TLS 1.3;
- 3.38.** Deve permitir o bloqueio de arquivo por sua extensão e possibilitar a correta identificação do arquivo por seu tipo mesmo quando sua extensão for renomeada;
- 3.39.** Suporte a objetos e regras IPv6;
- 3.40.** Suporte a objetos e regras multicast;
- 3.41.** Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;

4. FUNCIONALIDADE DE CONTROLE DE APLICAÇÕES

- 4.1.** Os dispositivos de proteção de rede deverão possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;
- 4.2.** Deve ser possível a liberação e bloqueio somente de aplicações sem a necessidade de liberação de portas e protocolos;
- 4.3.** Reconhecer pelo menos 4.000 (quatro mil) aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado: a tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;
- 4.4.** Deverá possuir, pelo menos, 15 (quinze) categorias para classificação de aplicações;
- 4.5.** Reconhecer pelo menos as seguintes aplicações: bittorrent, gnutella, skype, facebook, linked-in, twitter, citrix, logmein, teamviewer, ms-rdp, vnc, gmail, youtube, http-proxy, http-tunnel, facebook chat, gmail chat, whatsapp, 4shared, dropbox, google drive, skydrive, db2, mysql, oracle, active directory, kerberos, ldap, radius, itunes, dhcp, ftp, dns, wins, msrpc, ntp, snmp, rpc over http, gotomeeting, webex, evernote, google-docs;
- 4.6.** Deve inspecionar o payload de pacote de dados com o objetivo de detectar assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante independente de porta e protocolo;
- 4.7.** Identificar o uso de táticas evasivas, ou seja, deve ter a capacidade de visualizar e controlar as aplicações e os ataques que utilizam táticas evasivas via comunicações criptografadas, tais como Skype e utilização da rede Tor;
- 4.8.** Para tráfego criptografado SSL, deve descryptografar pacotes a fim de possibilitar a leitura de payload para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante;
- 4.9.** Deve realizar decodificação de protocolos com o objetivo de detectar aplicações encapsuladas dentro do protocolo e validar se o tráfego corresponde com a especificação do

protocolo. A decodificação de protocolo também deve identificar funcionalidades específicas dentro de uma aplicação;

- 4.10.** Identificar o uso de táticas evasivas via comunicações criptografadas;
- 4.11.** Atualizar a base de assinaturas de aplicações automaticamente;
- 4.12.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir a capacidade de identificar o usuário de rede com integração ao Microsoft Active Directory, sem a necessidade de instalação de agente no Domain Controller, nem nas estações dos usuários;
- 4.13.** Deve ser possível adicionar controle de aplicações em múltiplas regras de segurança do dispositivo, ou seja, não se limitando somente a possibilidade de habilitar controle de aplicações em algumas regras;
- 4.14.** Deve suportar vários métodos de identificação e classificação das aplicações, por pelo menos checagem de assinaturas e decodificação de protocolos;
- 4.15.** Permitir nativamente a criação de assinaturas personalizadas para reconhecimento de aplicações proprietárias na própria interface gráfica da solução, sem a necessidade de ação do fabricante;
- 4.16.** O fabricante deve permitir a solicitação de inclusão de aplicações na base de assinaturas de aplicações;
- 4.17.** Deve alertar o usuário quando uma aplicação for bloqueada;
- 4.18.** Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos Peer2Peer (Bittorrent, emule, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 4.19.** Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos de Instant Messaging (AIM, Hangouts, Facebook Chat, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 4.20.** Deve possibilitar a diferenciação e controle de partes das aplicações como por exemplo permitir o YouTube e, ao mesmo tempo, bloquear o streaming em HD;
- 4.21.** Deve possibilitar a diferenciação de aplicações Proxies (psiphon, freegate, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;
- 4.22.** Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: tecnologia utilizada nas aplicações (Client-Server, Browse Based, Network Protocol, etc);
- 4.23.** Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: nível de risco da aplicação, tecnologia, fabricante e popularidade;
- 4.24.** Deve ser possível a criação de grupos estáticos de aplicações baseados em características das aplicações como: Categoria da aplicação;
- 4.25.** Deve permitir forçar o uso de portas específicas para determinadas aplicações;

5. FUNCIONALIDADE DE PREVENÇÃO DE INTRUSÃO E AMEAÇAS

- 5.1.** Para proteção do ambiente contra-ataques, os dispositivos de proteção devem possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio appliance de firewall;
- 5.2.** Deve incluir assinaturas de prevenção de intrusão (IPS) e bloqueio de arquivos maliciosos (Antivírus e Anti-Spyware);
- 5.3.** Deve sincronizar as assinaturas de IPS, Antivírus, Anti-Spyware quando implementado em alta disponibilidade;
- 5.4.** Deve implementar os seguintes tipos de ações para ameaças detectadas pelo IPS: permitir, permitir e gerar log, bloquear e quarentenar IP do atacante por um intervalo de tempo;
- 5.5.** As assinaturas devem poder ser ativadas ou desativadas, ou ainda habilitadas apenas em modo de monitoração;

- 5.6.** Deve ser possível a criação de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes ou zonas de segurança;
- 5.7.** Exceções por IP de origem ou de destino devem ser possíveis nas regras ou assinatura a assinatura;
- 5.8.** Deve suportar granularidade nas políticas de IPS, Antivírus e Anti-Spyware, possibilitando a criação de diferentes políticas por zona de segurança, endereço de origem, endereço de destino, serviço e a combinação de todos esses itens;
- 5.9.** Deve permitir o bloqueio de vulnerabilidades;
- 5.10.** Deve permitir o bloqueio de exploits conhecidos;
- 5.11.** Deve incluir proteção contra-ataques de negação de serviços;
- 5.12.** Ser imune e capaz de impedir ataques básicos como: Syn flood, ICMP flood, UDP flood, etc;
- 5.13.** Detectar e bloquear a origem de portscans;
- 5.14.** Bloquear ataques efetuados por worms conhecidos;
- 5.15.** Possuir assinaturas específicas para a mitigação de ataques DoS e DDoS;
- 5.16.** Possuir assinaturas para bloqueio de ataques de buffer overflow;
- 5.17.** Deverá possibilitar a criação de assinaturas customizadas pela interface gráfica do produto;
- 5.18.** Deve permitir usar operadores de negação na criação de assinaturas customizadas de IPS ou anti-spyware, permitindo a criação de exceções com granularidade nas configurações;
- 5.19.** Permitir o bloqueio de vírus e spywares em, pelo menos, os seguintes protocolos: HTTP, FTP, SMB, SMTP e POP3;
- 5.20.** Identificar e bloquear comunicação com botnets;
- 5.21.** Registrar na console de monitoração as seguintes informações sobre ameaças identificadas: o nome da assinatura ou do ataque, aplicação, usuário, origem e o destino da comunicação, além da ação tomada pelo dispositivo;
- 5.22.** Os eventos devem identificar o país de onde partiu a ameaça;
- 5.23.** Deve incluir proteção contra vírus em conteúdo HTML e javascript, software espião (spyware) e worms;
- 5.24.** Possuir proteção contra downloads involuntários usando HTTP de arquivos executáveis e maliciosos;
- 5.25.** Deve ser possível a configuração de diferentes políticas de controle de ameaças e ataques baseado em políticas do firewall considerando usuários, grupos de usuários, origem, destino, zonas de segurança, etc, ou seja, cada política de firewall poderá ter uma configuração diferente de IPS, sendo essas políticas por Usuários, Grupos de usuário, origem, destino, zonas de segurança.
- 5.26.** A solução deve ter capacidade de enviar artefatos suspeitos para serem executados em ambiente controlado na nuvem do fabricante
- 5.27.** Deve suportar a captura de pacotes (PCAP), por assinatura de IPS ou controle de aplicação;
- 5.28.** Deve permitir que na captura de pacotes por assinaturas de IPS seja definido o número de pacotes a serem capturados ou permitir capturar o pacote que deu origem ao alerta assim como seu contexto, facilitando a análise forense e identificação de falsos positivos;

6. FUNCIONALIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS

- 6.1.** Deve incluir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais aplicações através da integração com serviços de diretório, autenticação via LDAP, Active Directory, eDirectory e base de dados local;
- 6.2.** Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 6.3.** Deve possuir integração e suporte a Microsoft Active Directory para o sistema operacional Windows Server 2012 R2 ou superior;
- 6.4.** Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários, suportando single sign-on. Essa funcionalidade não deve possuir limites licenciados de usuários;
- 6.5.** Deve possuir integração com Radius para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 6.6.** Deve possuir integração com LDAP para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em Usuários e Grupos de usuários;
- 6.7.** Deve permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a internet para que antes de iniciar a navegação, expanda-se um portal de autenticação residente no firewall (Captive Portal);
- 6.8.** Deve possuir suporte a identificação de múltiplos usuários conectados em um mesmo endereço IP em ambientes Microsoft Terminal Server, permitindo visibilidade e controle granular por usuário sobre o uso das aplicações que estão nestes serviços;
- 6.9.** Deve suportar o envio e recebimento de credenciais via RADIUS;
- 6.10.** Deve implementar a criação de grupos customizados de usuários no firewall, baseado em atributos do LDAP/AD;

7. FUNCIONALIDADE DE FILTRO DE DADOS

- 7.1.** Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de vários tipos de arquivos (MS Office, PDF, etc) identificados sobre aplicações (HTTP, FTP, SMTP);
- 7.2.** Suportar identificação de arquivos compactados ou a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;
- 7.3.** Suportar a identificação de arquivos criptografados e a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;
- 7.4.** Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de informações sensíveis, incluindo, mas não limitado a número de cartão de crédito, possibilitando a criação de novos tipos de dados via expressão regular.

8. FUNCIONALIDADE DE GEOLOCALIZAÇÃO

- 8.1.** Suportar a criação de políticas por geolocalização, permitindo o tráfego de determinado País/Países sejam bloqueados;
- 8.2.** Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;

9. FUNCIONALIDADE DE VPN

- 9.1.** Suportar VPN Site-to-Site e Client-To-Site;
- 9.2.** Suportar IPSec VPN;

- 9.3.** A VPN IPSEc deve suportar 3DES;
- 9.4.** A VPN IPSEc deve suportar Autenticação MD5 e SHA-1;
- 9.5.** A VPN IPSEc deve suportar Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14;
- 9.6.** A VPN IPSEc deve suportar Algoritmo Internet Key Exchange (IKEv1 e v2);
- 9.7.** A VPN IPSEc deve suportar AES 128, 192 e 256 (Advanced Encryption Standard);
- 9.8.** A VPN IPSEc deve suportar Autenticação via certificado IKE PKI
- 9.9.** Deve possuir interoperabilidade com os seguintes fabricantes: Cisco, Check Point, Juniper, Palo Alto Networks, Fortinet, SonicWall;
- 9.10.** Suportar VPN em IPv4 e IPv6, assim como tráfego IPv4 dentro de túneis IPsec IPv6;
- 9.11.** Deve permitir habilitar e desabilitar túneis de VPN IPSEC a partir da interface gráfica da solução, facilitando o processo de troubleshooting;
- 9.12.** Deve permitir que todo o tráfego dos usuários remotos de VPN seja escoado para dentro do túnel de VPN, impedindo comunicação direta com dispositivos locais como proxies;
- 9.13.** Atribuição de DNS nos clientes remotos de VPN;
- 9.14.** Deve permitir criar políticas de controle de aplicações, IPS, Antivírus, AntiSpyware e filtro de URL para tráfego dos clientes remotos conectados na VPN IPSEC;
- 9.15.** Suportar autenticação via AD/LDAP, Secure id, certificado e base de usuários local;
- 9.16.** Suportar leitura e verificação de CRL (Certificate Revocation List);
- 9.17.** Permitir a aplicação de políticas de segurança e visibilidade para as aplicações que circulam dentro dos túneis IPSEC;
- 9.18.** Deve permitir que a conexão com a VPN seja estabelecida das seguintes formas: Após autenticação do usuário na estação;
- 9.19.** Deve permitir que a conexão com a VPN seja estabelecida das seguintes formas: Sob demanda do usuário;
- 9.20.** Deverá manter uma conexão segura com o portal durante a sessão;
- 9.21.** O agente de VPN client-to-site deve ser compatível com pelo menos: Windows 7 (32 e 64 bit), Windows 8 (32 e 64 bit), Windows 10 (32 e 64 bit) e Mac OS X (v10.10 ou superior);

10. FUNCIONALIDADE DE QOS, TRAFFIC SHAPING E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO

- 10.1.** Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como Youtube e redes sociais, etc) e ter um alto consumo de largura de banda, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deve ter a capacidade de controlá-las por políticas de máximo de largura de banda quando forem solicitadas por diferentes usuários ou aplicações, tanto de áudio como de vídeo streaming;
- 10.2.** Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping para os seguintes itens:
- 10.3.** Endereço de origem;
- 10.4.** Endereço de destino;
- 10.5.** Usuário e grupo;
- 10.6.** Por aplicações, incluindo, mas não limitado a Skype, Bittorrent, YouTube e Azureus;
- 10.7.** Por porta;
- 10.8.** O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda garantida. Ex: banda mínima disponível para aplicações de negócio;
- 10.9.** O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda máxima. Ex: banda máxima permitida para aplicações do tipo best-effort/não corporativas, tais como YouTube, Facebook, entre outros;
- 10.10.** O QoS deve possibilitar a definição de fila de prioridade;

- 10.11.** Suportar priorização em tempo real de protocolos de voz (VOIP) como H.323, SIP, SCCP, MGCP e aplicações como Skype;
- 10.12.** Suportar marcação de pacotes Diffserv, inclusive por aplicação;
- 10.13.** Suportar modificação de valores DSCP para o Diffserv;
- 10.14.** Suportar priorização de tráfego usando informação de ToS (Type of Service);
- 10.15.** Disponibilizar estatísticas em tempo real para classes de QoS ou Traffic Shaping;
- 10.16.** Deve suportar QOS (Traffic-Shapping), em interface agregadas ou redundantes;
- 10.17.** Deve possibilitar a definição de bandas distintas para download e upload;

11. FUNCIONALIDADE DE BALANCEAMENTO INTELIGENTE DE LINKS

- 11.1.** A solução deve prover recursos de roteamento inteligente, definindo, mediante regras pré-estabelecidas, o melhor caminho a ser tomado para uma aplicação;
- 11.2.** A solução deve ser capaz de agregar vários links em uma interface virtual;
- 11.3.** A solução deve ser possível criar políticas de roteamento inteligente, mediante regras pré-estabelecidas considerando a verificação das seguintes condições: Endereços de origem, Grupos de usuários, Endereços de destino, Serviços na Internet e Aplicações de camada 7 (O365 Exchange, AWS, Dropbox e etc);
- 11.4.** A solução deve ser capaz de medir o status de qualidade do link baseando-se em critérios mínimos de latência, jitter e perda de pacotes, onde deve ser possível configurar um valor limite para cada um destes itens que será utilizado como gatilho para fator de decisão nas regras de tráfego de saída e balanceamento inteligente;
- 11.5.** A solução deve ser capaz de refletir, de forma manual ou automatizada, suas políticas de balanceamento em condições em que a largura de banda é modificada;
- 11.6.** A solução deve ser capaz de monitorar a qualidade e identificar falhas nos links, enviando sinais por meio de cada link para servidores ou aplicações, permitindo utilizar protocolos como Ping, HTTP, TCP ECHO, UDP ECHO, DNS, TCP Connect e TWAMP (Two-way Active Measurement Protocol). Deve suportar ainda um método para mensurar a qualidade do tráfego de voz corporativo baseado em MOS (Mean Opinion Score);
- 11.7.** A solução deve possibilitar balanceamento de tráfego entre conexões WAN, de forma em que o algoritmo de balanceamento de carga utilizado possa ser configurado considerando os seguintes parâmetros: Sessões, Volume de tráfego, IP de origem e destino e Transbordo de link (Spillover).
- 11.8.** A solução deve possibilitar a criação de regras para seleção das interfaces e suas prioridades que serão utilizadas para encaminhar o tráfego de saída da rede, considerando os seguintes critérios:
- 11.9.** Manual: Deve permitir que as interfaces tenham as prioridades atribuídas manualmente.
- 11.10.** Melhor Qualidade: Deve permitir que as interfaces recebam uma prioridade com base na qualidade do link no qual a interface está conectada, considerando o monitoramento de um dos seguintes parâmetros com valores customizáveis: latência, jitter, perda de pacotes ou largura de banda;
- 11.11.** Menor Custo: Deve permitir que as interfaces recebam uma prioridade com base no custo atribuído a interface, considerando a satisfação dos parâmetros de qualidade do link no qual a interface está conectada;
- 11.12.** Balanceamento de Carga: Deve permitir que o tráfego seja distribuído entre todas as interfaces disponíveis com base em algoritmos de balanceamento de carga e satisfação dos parâmetros customizados de qualidade do link no qual a interface está conectada;

- 11.13.** A solução de balanceamento inteligente deve suportar marcação de pacotes DSCP nas definições e regras para o tráfego balanceado;
- 11.14.** A solução de balanceamento inteligente de links deve suportar Roteamento dinâmico (OSPFv2/v3, BGPv4/BGP4+);
- 11.15.** A solução deve realizar o reconhecimento de aplicações, em camada 7, de pelo menos 3.000 (três mil) aplicações, incluindo Aplicações SaaS, em Nuvem e Multimídia (Vimeo, YouTube, Facebook, etc);
- 11.16.** Deve possibilitar a agregação de túneis IPsec, realizando balanceamento por pacote entre os mesmos;
- 11.17.** A solução deve possibilitar a criação e uso de túneis VPN de forma dinâmica entre unidades remotas, para aplicações sensíveis. Uma vez que as unidades trocam informações entre si, o tráfego deve ser encaminhado diretamente entre as unidades remotas sem passar pela unidade Sede;
- 11.18.** A solução deve permitir a duplicação de pacotes entre dois ou mais links, que atendam os parâmetros de qualidade estabelecidos, objetivando uma melhor experiência de uso de aplicações;
- 11.19.** A solução deve possuir recurso para controlar e corrigir erros (FEC) na transmissão de dados, enviando dados redundantes através de túnel VPN em antecipação à perda de pacotes que pode ocorrer durante o trânsito;
- 11.20.** A solução deve permitir a customização de intervalo de tempo em que é feita a verificação da situação de um link, assim como, permitir definir a quantidade de falhas encontradas no link antes de declará-lo inativo, com objetivo de identificar oscilações nos links, que possam impactar os serviços e a experiência dos usuários;
- 11.21.** A solução deve suportar nativamente conectores com clouds públicas;
- 11.22.** Deve possibilitar a definição de largura de banda distintas nas interfaces para download e upload;
- 11.23.** A solução deve prover estatísticas em tempo real a respeito da utilização da largura de banda (upload e download) e nível de qualidade dos links (perda de pacote, jitter e latência);
- 11.24.** Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem;
- 11.25.** Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem e destino;
- 11.26.** Deve implementar balanceamento de link por peso. Nesta opção deve ser possível definir o percentual de tráfego que será escoado por cada um dos links. Deve suportar o balanceamento de, no mínimo, três links;
- 11.27.** O appliance físico deve apresentar compatibilidade com modems USB (3G/4G), onde estes sejam capazes de funcionar como circuito ativo em relação à saída principal de Internet, e alternativamente funcionar como circuito Standby, onde apenas seja acionado na eventualidade de falha no link principal;
- 11.28.** Deve ser possível extrair informações de desempenho das verificações de saúde mediante REST API, permitindo assim a consolidação de tais informações em alguma aplicação terceira.

12. TRANSCIVER 10/25 MULTIMODO (LC)

12.1. Características Gerais

12.1.1. Todas as portas do equipamentos deverão vir com seus respectivos transceivers;

12.1.2. Devem implementar o padrão 10GBase-SR e 25GBase-SR, operando sobre fibras multimodo OM3/OM4 para distâncias de até 30m/50m, respectivamente;

- 12.1.3. Devem ser compatível com fibras de 850nm;
- 12.1.4. Devem permitir a instalação em slots/portas tipo SFP28;
- 12.1.5. Devem ser do tipo hot-swappable, permitindo sua conexão/desconexão com o equipamento em operação;
- 12.1.6. Devem possuir conector do tipo LC duplex;
- 12.1.7. Devem ser do mesmo fabricante e deverá constar na matriz de compatibilidade dos equipamentos listados neste lote.

13. SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE LOGS, ANÁLISE DE SEGURANÇA E RELATÓRIOS (Itens 3 e 4) – Modelo de Referência: FortiAnalyser

- 13.1. Deve suportar o acesso via SSH, WEB (HTTPS) para gerenciamento da solução;
- 13.2. A solução deve suportar receber, no mínimo, **30 (trinta) GB** de logs diários para o item 4 e **70 (setenta) GB** de logs diários para o item 3;
- 13.3. A solução de gerenciamento centralizado poderá ser ofertada em formato de appliance virtual. Será responsabilidade da contratante a disponibilização dos recursos de hardware e software (hypervisor) necessário para funcionamento da solução;
- 13.4. Deverá ser compatível com VMware ESXi 6.5
- 13.5. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, deverá ser compatível com as seguintes nuvens públicas: Amazon (Web Service AMI, EC2, EBS), Alibaba Cloud, Google Cloud Platform, IBM Cloud, Microsoft Azure e Oracle Cloud Infrastructure;
- 13.6. Não deve possuir limite na quantidade de múltiplas vCPU;
- 13.7. Não deve possuir limite para suporte a expansão de memória RAM;
- 13.8. Licenciamento para 60 (sessenta) meses;
- 13.9. A solução deverá ser capaz de armazenar logs por no mínimo 12 (doze) meses;
- 13.10. Permitir acesso simultâneo à administração, bem como criar pelo menos 2 (dois) perfis para administração e monitoramento;
- 13.11. Possuir suporte para SNMP versão 2 e 3;
- 13.12. Permitir a virtualização do gerenciamento e administração dos dispositivos, onde cada administrador tem acesso apenas aos equipamentos autorizados;
- 13.13. Deve permitir a criação de um administrador geral, que tenha acesso geral a todas as instâncias de virtualização da solução;
- 13.14. Suporte a definição de perfis de acesso ao console com permissão granular, como: acesso de gravação, acesso de leitura, criação de novos usuários e alterações nas configurações gerais;
- 13.15. Suporte a autenticação de usuários de acesso à plataforma via LDAP, Radius ou TACACS+;
- 13.16. Deve suportar a configuração Master / Slave de alta disponibilidade em camada 3;
- 13.17. Deve permitir gerar alertas de eventos a partir de logs recebidos;
- 13.18. A solução deve ter relatórios predefinidos;
- 13.19. Permitir importação e exportação de relatórios
- 13.20. Suporte a geração de relatórios de tráfego em tempo real, em formato de mapa geográfico;
- 13.21. Suporte a geração de relatórios de tráfego em tempo real, no formato de gráfico de bolhas;
- 13.22. Suporte a geração de relatórios de tráfego em tempo real, em formato de tabela gráfica;

- 13.23.** Deve ter a capacidade de personalizar gráficos em relatórios, como barras, linhas e tabelas;
- 13.24.** Deve ter a capacidade de personalizar a capa dos relatórios obtidos;
- 13.25.** Deve ter a capacidade de gerar e enviar relatórios periódicos automaticamente;
- 13.26.** Deve ter a capacidade de criar relatórios no formato HTML, CSV, XML e PDF;
- 13.27.** Deve conter um assistente gráfico para adicionar novos dispositivos, usando seu endereço IP, usuário e senha;
- 13.28.** Deve ser possível ver a quantidade de logs enviados de cada dispositivo monitorado;
- 13.29.** Deve possuir mecanismos de remoção automática para logs antigos;
- 13.30.** Deve ter um mecanismo de "pesquisa detalhada" ou "Drill-Down" para navegar pelos relatórios em tempo real;
- 13.31.** Permitir a personalização de qualquer relatório pré-estabelecido pela solução, exclusivamente pelo Administrador, para adaptá-lo de acordo com suas necessidades;
- 13.32.** Permitir o envio por e-mail relatórios automaticamente;
- 13.33.** Deve permitir que o relatório seja enviado por Email para o destinatário específico;
- 13.34.** Permitir a programação da geração de relatórios, conforme calendário definido pelo administrador;
- 13.35.** Permitir a exibição graficamente e em tempo real da taxa de geração de logs para cada dispositivo gerenciado;
- 13.36.** Deve permitir o uso de filtros nos relatórios;
- 13.37.** Deve permitir definir o design dos relatórios, incluir gráficos, adicionar texto e imagens, alinhamento, quebras de página, fontes, cores, entre outros;
- 13.38.** Permitir especificar o idioma dos relatórios criados;
- 13.39.** Gerar alertas automáticos via e-mail, SNMP e Syslog, com base em eventos especiais em logs, gravidade do evento, entre outros;
- 13.40.** Deve permitir o envio automático de relatórios para um servidor SFTP ou FTP externo;
- 13.41.** Deve permitir o envio automático dos logs para um servidor FTP externo a solução;
- 13.42.** Deve permitir exportar os logs no formato CSV;
- 13.43.** Deve permitir que os arquivos de log sejam baixados da plataforma para uso externo;
- 13.44.** Deve permitir a geração de logs de auditoria, com detalhes da configuração efetuada, o administrador que efetuou a alteração e seu horário;
- 13.45.** Os logs gerados pelos dispositivos gerenciados devem ser centralizados nos servidores da plataforma, mas a solução também deve oferecer a possibilidade de usar um servidor Syslog externo ou similar;
- 13.46.** Deve ser capaz de criar consultas SQL ou similares nos bancos de dados de logs, para uso em gráficos e tabelas em relatórios;
- 13.47.** Possibilidade de exibir nos relatórios da GUI as informações do sistema, como licenças, memória, disco rígido, uso da CPU, taxa de log por segundo recebido, total de logs diários recebidos, alertas do sistema, entre outros;
- 13.48.** Deve fornecer as informações da quantidade de logs armazenados e as estatísticas do tempo restante armazenado;
- 13.49.** Deve permitir aplicar políticas para o uso de senhas para administradores de plataforma, como tamanho mínimo e caracteres permitidos;
- 13.50.** Deve permitir visualizar em tempo real os logs recebidos;
- 13.51.** Deve permitir o encaminhamento de log no formato syslog e CEF (Common Event Format);

- 13.52.** Deve permitir centralmente a exibição de logs recebidos por um ou mais dispositivos, incluindo a capacidade de usar filtros para facilitar a pesquisa nos logs;
- 13.53.** Os logs de auditoria das regras e alterações na configuração do objeto devem ser exibidos em uma lista diferente dos logs relacionados ao tráfego de dados;
- 13.54.** Deve possuir um painel de operações que monitore as principais ameaças à segurança da sua rede;
- 13.55.** Deve possuir um painel de operações que monitorea o envolvimento do usuário e o uso suspeito da web em sua rede;
- 13.56.** Deve possuir um painel de operações que monitorea o tráfego da rede, aplicativos e sites web;
- 13.57.** Deve possuir um painel de operações que monitoram a atividade da VPN em sua rede;
- 13.58.** Deve possuir um painel de operações que monitoram o desempenho dos recursos locais da solução (CPU, Memória)
- 13.59.** Deve permitir a criação de painéis personalizados para monitorar operações de segurança e rede;
- 13.60.** Deve possuir relatório de uso de aplicações e mídias sociais;
- 13.61.** Deve possuir relatório de prevenção de perda de dados (DLP);
- 13.62.** Deve possuir relatório de VPN, Prevenção de Intrusão (IPS), análise de ameaças cibernéticas;
- 13.63.** Deve possuir relatório diário resumido de eventos e incidentes de segurança;
- 13.64.** Deve possuir um relatório de tráfego DNS e e-mail;
- 13.65.** Deve possuir relatório das 10 principais aplicações utilizadas na rede;
- 13.66.** Deve possuir relatório dos 10 principais sites web utilizados na rede;
- 13.67.** Deve possibilitar a visibilidade da utilização do balanceamento inteligente de links (SD-WAN), mostrando informações de utilização das regras por aplicação, largura de banda e níveis de serviços dos links (latência, Jitter e descarte de pacotes);
- 13.68.** Deve suportar através da análise de tráfego de rede IP, web (URL) e domínios visitados, o monitoramento de computadores que estão potencialmente comprometidas ou usuários com uso de rede suspeito;
- 13.69.** Deve suportar através da análise de tráfego de rede IP, web (URL) e domínios visitados pelos computadores, atribuição de pontuações de risco que definem os vereditos dos níveis de comprometimento como baixo, médio ou alto;
- 13.70.** Deve suportar a análise detalhada dos computadores comprometidos e exibir os detalhes das ameaças detectadas;
- 13.71.** Deve suportar recursos de automação (playbooks) que, por meio de integrações com soluções de firewall, endpoint, Email, ITSM e eventos pré-determinados, possa tomar ações automáticas visando mitigar riscos;
- 13.72.** Deve permitir a correlação de eventos, provendo painéis diversos, bem como possibilitar a criação de novas telas para visualizar os recursos de rede e segurança;

14. SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO E AUTOMATIZADO (Item 5)

– Modelo de Referência: FortiManager

- 14.1.** Deve estar dimensionado e licenciado para gerenciar pelo menos 2 (dois) firewalls de Próxima Geração (NGFW) considerando os modelos ofertados neste processo atendendo aos requisitos deste Item;
- 14.2.** A solução de gerenciamento centralizado deverá ser ofertada em appliance virtual;
- 14.3.** Compatível com Hypervisor VMware ESXi
- 14.4.** Possibilitar a criação e administração de políticas de Firewall, Controle de Aplicação, Sistema de Prevenção a Intrusão (IPS - Intrusion Prevention System), Antivírus, Filtro de Conteúdo e URL e Balanceamento inteligente de Links (SD-WAN);
- 14.5.** Como parte da visibilidade dos dispositivos gerenciados centralmente, a solução deve ter visibilidade das verificações de saúde do link, desempenho da aplicação, utilização da largura de banda e conformidade com o nível de serviço definido;
- 14.6.** Deve ter a capacidade de permitir o provisionamento de comunidades VPN e monitorar as conexões VPN de todos os dispositivos gerenciados a partir de uma única console, além de exibir sua localização geográfica em um mapa;
- 14.7.** Permitir criar templates de configuração dos dispositivos com informações de DNS, SNMP, Configurações de LOG e Administração;
- 14.8.** Deve suportar o conceito de multi-tenancy visando permitir a gestão de ambientes independentes uns dos outros a partir da mesma solução.
- 14.9.** A solução deve permitir o uso de APIs RESTful para permitir a interação com portais personalizados na configuração de objetos e políticas de segurança;
- 14.10.** Deverá garantir a integridade do item de configuração, através de bloqueio de alterações, em caso de acesso simultâneo de dois ou mais administradores no mesmo ativo;
- 14.11.** Permitir acesso concorrente de administradores e que seja definida uma cadeia de aprovação das alterações realizadas;
- 14.12.** Definição de perfis de acesso à console com permissões granulares como: acesso de escrita, acesso de leitura, criação de usuários, alteração de configurações;
- 14.13.** Permitir usar palavras chaves ou cores para facilitar identificação de regras;
- 14.14.** Permitir localizar em quais regras um objeto (ex. computador, serviço, etc.) está sendo utilizado;
- 14.15.** Atribuir sequencialmente um número a cada regra de firewall, de NAT ou de QoS;
- 14.16.** Permitir criação de regras que fiquem ativas em horário definido;
- 14.17.** Permitir criação de regras com data de expiração;
- 14.18.** Realizar o backup das configurações para permitir o retorno de uma configuração salva;
- 14.19.** Possuir mecanismo de validação das políticas, avisando quando houver regras que ofusquem ou conflitem com outras, ou garantir que esta exigência seja plenamente atendida por meio diverso.
- 14.20.** Gerar alertas automáticos via Email, SNMP e Syslog;
- 14.21.** Deve ser permitido ao administrador transferir os backups para um servidor FTP, SCP ou SFTP.
- 14.22.** Permitir backup das configurações e rollback de configuração para a última configuração salva;
- 14.23.** Deve possibilitar a visualização e comparação de configurações atuais e configurações anteriores;
- 14.24.** Possuir um sistema de backup/restauração de todas as configurações da solução de gerência incluso assim como permitir ao administrador agendar backups da configuração em um determinado dia e hora;

- 14.25.** Deve suportar a distribuição e instalação remota de novas versões de software dos equipamentos, de forma remota e centralizada;
- 14.26.** Permitir criar os objetos que serão utilizados nas políticas de forma centralizada;
- 14.27.** Deve suportar autenticação de administradores em base local e de modo remoto por meio de RADIUS, LDAP, TACACS+ e PKI.
- 14.28.** A solução deve incluir uma ferramenta para gerenciar centralmente as licenças de todos os appliances controlados pela estação de gerenciamento, permitindo ao administrador atualizar licenças nos appliances através dessa ferramenta.
- 14.29.** A solução deve possibilitar a distribuição e instalação remota, de maneira centralizada, de novas versões de software dos appliances.

15. CONDIÇÕES DE GARANTIA E SUPORTE

- 15.1.** Os itens de 1 a 5 devem ter garantia do fabricante de 60 (sessenta) meses, contados do aceite definitivo da solução. Mesma forma para todos as licenças e subsbrições ofertadas.
- 15.2.** Os serviços serão solicitados mediante a abertura de um chamado efetuado por técnicos da contratante, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante ou à empresa autorizada (em português – para o horário comercial – horário oficial de Brasília) e constatada a necessidade, o fornecedor deverá providenciar o deslocamento do equipamento, bem como seu retorno ao local de origem sem qualquer ônus ao contratante.
- 15.3.** A contratante poderá abrir chamados de manutenção diretamente no Fabricante do item sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da CONTRATADA. Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software;
- 15.4.** Deverá ser garantindo à CONTRATANTE o pleno acesso ao site do Fabricante dos equipamentos e softwares. Esse acesso deve permitir consultas a quaisquer bases de dados disponíveis para usuários relacionadas aos equipamentos e softwares especificados, além de permitir downloads de quaisquer atualizações de software ou documentação deste produto.

16. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MIGRAÇÃO

- 16.1.** A instalação, configuração e suporte dos componentes deverá seguir o cronograma a seguir:
- 16.1.1.** Devem ser executados em até 15 (quinze) dias após o Recebimento Definitivo da Entrega dos Equipamentos e Licenças.
- 16.1.2. Etapa 1** – Preparo e Iniciação do Projeto: Etapa de definição do escopo, abrangência e cronograma do projeto de instalação e configuração.
- 16.1.3. Etapa 2** – Migração: Etapa de planejamento e migração de recursos da infraestrutura existente à nova Solução.
- 16.1.4.** Deverá se entregue As-Built ao final do processo;
- 16.1.5.** Todos os serviços devem ser executados por profissionais certificados NSE4.

17. HORAS DE CONSULTORIA – SOB DEMANDA

- 17.1.** Deverá prover horas de serviços especializados com certificação NSE4 para suporte a quaisquer demandas de administração, operação assistida, planejamento, tuning,

reconfiguração, hardening e integração do produto ofertado com o ambiente atual. Os serviços poderão ser executados remotamente, desde que a ocorrência permita;

17.2. Horas para suporte de segundo nível na solução ofertada, abrangendo o apoio e execução nos procedimentos de administração, tais como:

17.2.1. Instalação, configuração, atualização e ajustes;

17.2.2. Suporte para resolução de problemas e dúvidas;

17.2.3. Análise, revisões, tuning e hardening da solução;

17.2.4. Configurações das funções avançadas quando aplicáveis;

17.3. Será contabilizado em termos de homem/horas de consultoria;

17.4. As horas deverão ser vigentes para uso durante o período de 12 meses, renováveis por mais 48 meses;

17.5. As horas serão consumidas sob demanda, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

17.6. As contabilizações serão feitas individualmente para cada profissional alocado;

17.7. Será pago sob demanda, até o 10 dia de cada mês, as horas usadas no mês anterior;

17.8. O suporte técnico poderá ser prestado remotamente desde que a ocorrência permita;

17.9. Os serviços deverão ser realizados por profissionais capacitados e com certificação oficial do fabricante;

17.10. A responsabilidade pelo eventual pagamento de horas extras aos especialistas técnicos da CONTRATADA é de inteira responsabilidade desta. A CONTRATANTE não pagará nenhum valor adicional na hora contratada;

17.11. A CONTRATADA deverá possuir sistema de chamados via WEB que possibilite, no mínimo:

17.11.1. Abertura, acompanhamento, listagem e fechamento de chamados, a qualquer momento, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Os chamados devem estar sempre atualizados ao final do dia;

17.11.2. Armazenar e gerar os relatórios das atividades executadas associadas ao chamado. Caso haja alguma indisponibilidade no sistema de abertura de chamados, deverão ser enviados relatórios dos chamados abertos, ao final do dia, com seus respectivos assentamentos;

17.11.3. Geração automatizada do número do protocolo no momento da abertura do chamado, pelo qual se referenciará cada atendimento/chamado;

17.11.4. Envio automatizado via e-mail para a CONTRATANTE de informações sobre todas as alterações nos status dos chamados, desde sua abertura até seu fechamento, referenciando o chamado através de seu número do protocolo.

17.12. A contratada deverá manter o mais absoluto sigilo sobre todas as informações nele imputadas, segregando-as inclusive de outros clientes que também mantenham contratos com a CONTRATADA e que por ventura também acessem o mesmo sistema;

17.13. Deverão ser fornecidas ao Gestor do Contrato do TRF5 e a um servidor responsável da Diretoria de Tecnologia da Informação, credenciais individuais para acesso ao sistema Web para abertura e acompanhamento dos chamados;

17.14. O sistema WEB será o método preferencial para abertura de chamados, porém, não eximindo a sua obrigatoriedade, para os casos de indisponibilidade deste, a CONTRATADA também deverá disponibilizar método alternativo para abertura de chamados, através de número telefônico;

17.15. O número telefônico designado pela CONTRATADA deverá permanecer disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados, no qual um atendente deverá proceder a abertura do chamado e ativação da equipe técnica competente;

- 17.16.** Este número telefônico deverá ser local, código de área 81, ou equivalente à chamada gratuita do tipo 0800;
- 17.17.** Opcionalmente a CONTRATADA poderá disponibilizar mais de um número telefônico;
- 17.18.** Excepcionalmente, como forma de agilizar a ciência a CONTRATADA nos chamados de maior criticidade, a CONTRATANTE poderá, independente da abertura do chamado via WEB, acionar a CONTRATADA via telefone;
- 17.19.** A quantidade mínima de horas de um atendimento é de 1 (uma) hora;
- 17.20.** Durante todo o período do contrato, 24 (vinte e quatro) meses, deverá ser fornecido suporte técnico para instalação, configuração, dúvidas, otimização, troubleshooting, criação, remoção e modificação de relatórios, ajustes de funções, e demais auxílios necessários para o funcionamento da solução otimizado para o ambiente do contratante e de acordo com recomendações do fabricante para configuração otimizada e segura da solução;
- 17.21.** Durante o período de suporte, deverá ser realizada a transferência de conhecimento para os técnicos do TRF5 das configurações e novas implementações realizadas;
- 17.22.** O atendimento a quaisquer chamados deverá ser prestado por profissional certificado pelo fabricante;
- 17.23.** Após a finalização de qualquer atendimento técnico, o profissional da contratada deverá elaborar relatório do mesmo que seja claro o suficiente para que os próprios técnicos do TRF5 possam segui-lo em caso de necessidade;
- 17.24.** O relatório técnico deverá ser elaborado imediatamente após a conclusão do atendimento e deverá ser elaborado ainda nas dependências da Contratante;
- 17.25.** Os chamados serão classificados em 03 (três) níveis de severidade, cada qual com seu respectivo tempo de atendimento pelos quais deverão ser priorizados, pela CONTRATANTE, de acordo com as especificações abaixo:

17.25.1. Severidade ALTA

- 17.25.1.1.** Indicado para chamados com o maior nível de criticidade, cujo objetivo é resolver problemas que afetam de forma grave a produtividade, segurança ou desempenho da solução, pondo em risco a disponibilidade dos serviços;
- 17.25.1.2.** Neste nível de severidade, o início do atendimento deverá ocorrer em um prazo máximo de 2 (duas) horas após a abertura do respectivo chamado;
- 17.25.1.3.** O prazo máximo de solução deste tipo de atendimento é de 2 (dois) dias úteis contados a partir do que ocorrer primeiro entre a chegada do analista da CONTRATADA ou do prazo máximo previsto de início de atendimento após a abertura do respectivo chamado;
- 17.25.1.4.** O atendimento deste nível de prioridade só poderá ser interrompido quando estabilizados os serviços e autorizado pelo TRF5;

17.25.2. Severidade MÉDIA

- 17.25.2.1.** Indicado para chamados cujo objetivo é resolver problemas que afetam a produtividade, segurança ou desempenho da solução, mas que não põem diretamente em risco a sua disponibilidade;
- 17.25.2.2.** Neste nível de severidade, o início do atendimento deverá ocorrer em um prazo máximo de 6 (seis) horas após a abertura do respectivo chamado;
- 17.25.2.3.** O prazo de solução deste tipo de atendimento é de 3 (três) dias úteis contados, a partir do que ocorrer primeiro entre a chegada do analista da CONTRATADA ou do prazo máximo previsto de início de atendimento após a abertura do respectivo chamado;

17.25.2.4. O atendimento deste nível de prioridade poderá ser interrompido se autorizado pelo TRF5;

17.25.3. Severidade BAIXA

17.25.3.1. Indicado para chamados com menor nível de criticidade, cujo objetivo é sanar dúvidas, implementar/ajustar funções, geração de novos relatórios, apoiar em atividades administrativas/operacionais gerais da solução;

17.25.3.2. Neste nível de severidade, o início do atendimento deverá ocorrer até o próximo dia útil após a abertura do respectivo chamado;

17.25.3.3. O prazo de solução deste tipo de atendimento é de 4 (quatro) dias úteis contados, a partir do que ocorrer primeiro entre a chegada do analista da CONTRATADA ou do prazo máximo previsto de início de atendimento após a abertura do respectivo chamado;

17.25.3.4. O atendimento deste nível de prioridade poderá ser interrompido ao final do expediente normal do TRF5, e retomado ao início do expediente do próximo dia útil de trabalho;

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I-D

DOD MCTI-JF Nº 6/2026 TRF5

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS À ÁREA DEMANDANTE:

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE	
Área Demandante (Unidade/Diretoria/Coordenação/Divisão/Seção): Diretoria de Tecnologia da Informação / Divisão de Gestão da Segurança da Informação	
Responsável pela demanda: Laureano de Lyra Montarroyos Filho	Matrícula: 787
E-mail: laureano@trf5.jus.br	Telefone: (81) 3425-9318
2 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE DEMANDANTE	
Nome: José Augusto Lins de Araújo Neto	Matrícula: 1112
Cargo: Diretor de Divisão	Lotação: DTI
E-mail: jalins@trf5.jus.br	Telefone: (81) 3425-9443
Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE DEMANDANTE definidas no Guia de Contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.	
<i>(assinatura do(a) Integrante demandante consta ao final do documento)</i>	
3 – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA	
Aquisição de solução SD-WAN para a Justiça Federal da 5ª Região – JF5, incluindo os serviços de Instalação, Configuração, Migração e Horas de Consultoria	
4 – ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	
Objetivo Estratégico	Metas do Planejamento Estratégico
Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal	Atingir, até 2025, 85% de satisfação dos clientes internos de TI; atingir, até 2026, 80% de satisfação dos clientes externos de TI
5 – ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
ID	Iniciativa do PDTI
i.45	Soluções de Conectividade
6 – ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
Item	Descrição
TRF5-DTI-0054	Aquisição de Firewall de Borda
7 – MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA	

Os serviços judiciais críticos da Justiça Federal da 5ª Região (JF5) estão intrinsecamente vinculados à disponibilidade e ao desempenho de sistemas informatizados, infraestrutura de TI robusta e conexões de comunicação seguras e estáveis. A operação eficiente desses serviços é fundamental para garantir o acesso ágil, contínuo e seguro à justiça por parte de magistrados, servidores, advogados, partes envolvidas em processos e, sobretudo, do cidadão.

Atualmente, os roteadores de borda da JF5 desempenham também a função de prover conectividade por meio de tecnologia SD-WAN, solução que foi adquirida em 2018 e cuja vida útil se encerrará em julho de 2026, conforme cronograma oficial do fabricante. Com o fim do ciclo de vida desse equipamento, a instituição enfrentará a descontinuidade de suporte técnico, interrupção no fornecimento de atualizações de segurança e a perda de acesso a novas funcionalidades, expondo a infraestrutura a riscos críticos de segurança, indisponibilidade e degradação de desempenho.

Além disso, a demanda por serviços digitais da JF5 vem crescendo de forma constante, impulsionada tanto pelo avanço tecnológico quanto pela ampliação do acesso da população aos canais eletrônicos da justiça. Nesse contexto, a manutenção de uma infraestrutura de rede resiliente, moderna e escalável é indispensável para acompanhar o crescimento institucional, a expansão dos serviços eletrônicos e o atendimento às necessidades da sociedade com maior qualidade e eficiência.

A nova solução de comunicação SD-WAN a ser adquirida busca não apenas substituir a atual, mas também elevar o patamar de desempenho, segurança e gerenciamento da rede de dados da JF5. Com ela, será possível:

- Garantir a continuidade dos serviços judiciais com alta disponibilidade e estabilidade;
- Mitigar riscos cibernéticos por meio de recursos atualizados de segurança;
- Otimizar o uso dos múltiplos links de comunicação disponíveis, aumentando a eficiência operacional;
- Simplificar o gerenciamento da rede e reduzir o tempo de resposta a incidentes;
- Apoiar a transformação digital do judiciário, com foco na transparência, agilidade e inovação no atendimento ao cidadão.

Diante disso, a abertura de um novo processo licitatório para aquisição de uma moderna solução SD-WAN é uma medida estratégica e necessária para assegurar a sustentabilidade tecnológica da Justiça Federal da 5ª Região, promovendo a continuidade e a evolução dos serviços judiciais em benefício direto da sociedade.

8 – RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Melhor Desempenho de Aplicações

- Roteamento inteligente baseado em políticas para priorizar aplicações críticas (como VoIP, videoconferência, sistemas ERP).
- Menor latência e jitter com balanceamento de carga entre múltiplos links (MPLS, banda larga, 4G/5G).

Maior Visibilidade e Controle

- Monitoramento centralizado do tráfego e desempenho da rede.
- Aplicação de políticas de segurança e QoS de forma granular e uniforme entre todos os sites da JF5.

Aumento da Segurança

- SD-WANs modernas integram funcionalidades de NGFW (Next-Gen Firewall), VPN, ZTNA e DLP.
- Criptografia ponta a ponta do tráfego entre sites.

Alta Disponibilidade e Redundância

- Failsafe automático entre links WAN (ex.: se o link principal cair, o tráfego muda para o backup sem intervenção manual).
- Melhor resiliência em ambientes distribuídos.

Implantação e Gerenciamento Mais Ágeis

- Redução do tempo e esforço do time de TI para configurações e troubleshooting.

9 – FONTE DE RECURSOS

Ações de Informática

10 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Serão participantes dessa licitação regional além do TRF5, a JFPE, a JFRN, JFSE e a JFPB .

II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À ÁREA TÉCNICA:

11 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO	
Nome: Gustavo Câmara da Silva	Matrícula: 1284
Cargo: Supervisor	Lotação: DTI/DITI
E-mail: gcsilva@trf5.jus.br	Telefone: 81 3425-9443
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Técnico(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Wellington Silva de Souza	Matrícula: RN1044
Cargo: Analista Judiciário	Lotação: Divisão de Tecnologia da Informação/JFRN
E-mail: wellingtonsouza@jfrn.jus.br	Telefone: 84 4005-7692
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Técnico(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Leojoan Moura Cavalcante	Matrícula: PE3844
Cargo: Técnico Judiciário	Lotação: DTIC/JFPE
E-mail: leojoan.cavalcante@jfpe.jus.br	Telefone: 81 3213-6129
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Técnico(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Daniel Nunes Lira Barbosa	Matrícula: PB1131
Cargo: Analista Judiciário	Lotação: Divisão de Tecnologia da Informação/JFPB
E-mail: daniel.barbosa@jfpb.jus.br	Telefone: 83 3690-1218
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Técnico(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Paulo José Rolim Braga Filho	Matrícula: SE338
Cargo: Supervisor da Seção de Infraestrutura	Lotação: SE-NTIC-INFRA
E-mail: paulo.filho@jfse.jus.br	Telefone: (79) 3216-2200 r. 2020
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Técnico(a) consta ao final do documento)</i></p>	

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS À ÁREA ADMINISTRATIVA:

12 – IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO	
Nome: Alexandre Lima Farias	Matrícula: 590
Cargo: Supervisor	Lotação: Diretoria Administrativa
E-mail: alexandre@trf5.jus.br	Telefone: 81 3425.9362
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Administrativo(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Diógenes Alves Oliveira	Matrícula: RN486
Cargo: Técnico Judiciário/ Apoio Especializado (Tecnologia da Informação)	Lotação: DTI/GOVERNANÇA
E-mail: diogenes@jfrn.jus.br	Telefone: 84 4005-7693
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Administrativo(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Helen Melo Tavares Verçosa	Matrícula: PE1817
Cargo: Supervisor	Lotação: Compras/JFPE
E-mail: helen.melo@jfpe.jus.br	Telefone: 81 3213-6403
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Administrativo(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Alexandre Araújo Valença	Matrícula: PB931
Cargo: Técnico Judiciário	Lotação: Divisão de Tecnologia da Informação/JFPB
E-mail: alexandre.araujo@jfpb.jus.br	Telefone: 83 3690-1182
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p><i>(assinatura do(a) Integrante Administrativo(a) consta ao final do documento)</i></p>	
Nome: Márcio Matos Lima Barreto	Matrícula: SE 5132
Cargo: Supervisor Assistente	Lotação: SE-GABNTIC
E-mail: marcio.barreto@jfse.jus.br	Telefone: (79) 3216-2200 r. 2218
<p>Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas no guia de contratações de Soluções de TIC, previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, bem como minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p>	

(assinatura do(a) Integrante Técnico(a) consta ao final do documento)

IV – ENCAMINHAMENTO:

13 – IDENTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES QUE ENCAMINHAM A PRESENTE DEMANDA	
Titular da Área Demandante	
Nome: Laureano de Lyra Montarroyos Filho	Matrícula: 787
Titular da Área de TI	
Nome: Laureano de Lyra Montarroyos Filho	Matrícula: 787
Autoridade Competente da Área Administrativa	
Nome: Telma Roberta Vasconcelos Motta	Matrícula: 1373

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I-E

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - ETP

Processo Administrativo SEI/TRF5 nº 0010634-54.2025.4.05.7000

Aquisição de solução SD-WAN para a Justiça Federal da 5ª Região – JF5

Histórico de Revisões			
Data	Versão	Descrição	Autor
15/08/2025	1	Versão Inicial - ETP	José Augusto Lins
18/08/2025	2	Ajustes Técnicos	José Augusto Lins
20/08/2025	3	Ajustes Técnicos	José Augusto Lins
25/08/2025	4	Ajustes Técnicos	José Augusto Lins
28/08/2025	5	Versão com Ajustes da Div. De Licitações	José Augusto Lins
05/02/2026	6	Ajustes após IRP	José Augusto Lins

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

Os serviços judiciais críticos da Justiça Federal da 5ª Região (JF5) estão intrinsecamente vinculados à disponibilidade e ao desempenho de sistemas informatizados, infraestrutura de TI robusta e conexões de comunicação seguras e estáveis. A operação eficiente desses serviços é fundamental para garantir o acesso ágil, contínuo e seguro à justiça por parte de magistrados, servidores, advogados, partes envolvidas em processos e, sobretudo, do cidadão.

Atualmente, os roteadores de borda da JF5 desempenham também a função de prover conectividade por meio de tecnologia SD-WAN, solução que foi adquirida no ano de 2018 e cuja vida útil se encerrará em julho de 2026, conforme cronograma oficial do fabricante. Com o fim do ciclo de vida desse equipamento, a instituição enfrentará a descontinuidade de suporte técnico, interrupção no fornecimento de atualizações de segurança e a perda de acesso a novas funcionalidades, expondo a infraestrutura a riscos críticos de segurança, indisponibilidade e degradação de desempenho.

Além disso, a demanda por serviços digitais da JF5 vem crescendo de forma constante, impulsionada tanto pelo avanço tecnológico quanto pela ampliação do acesso da população aos canais eletrônicos da justiça. Nesse contexto, a manutenção de uma infraestrutura de rede resiliente, moderna e escalável é indispensável para acompanhar o crescimento institucional, a expansão dos serviços eletrônicos e o atendimento às necessidades da sociedade com maior qualidade e eficiência.

A nova solução de comunicação *SD-WAN* a ser adquirida busca não apenas substituir a atual, mas também elevar o patamar de desempenho, segurança e gerenciamento da rede de dados da JF5. Com ela, será possível:

- Garantir a continuidade dos serviços judiciais com alta disponibilidade e estabilidade;
- Mitigar riscos cibernéticos por meio de recursos atualizados de segurança;
- Otimizar o uso dos múltiplos links de comunicação disponíveis, aumentando a eficiência operacional;
- Simplificar o gerenciamento da rede e reduzir o tempo de resposta a incidentes; e
- Apoiar a transformação digital do Judiciário Federal, com foco na transparência, agilidade e inovação no atendimento ao cidadão.

Diante disso, a abertura de um novo processo licitatório para aquisição de uma moderna solução *SD-WAN* é uma medida estratégica e necessária para assegurar a sustentabilidade tecnológica da Justiça Federal da 5ª Região (JF5), promovendo a continuidade e a evolução dos serviços judiciais em benefício direto da sociedade.

1.2 MOTIVAÇÃO

Conforme citado anteriormente, os seguintes fatores motivam a contratação:

- Garantir a continuidade dos serviços judiciais com alta disponibilidade e estabilidade: os serviços agora estão de forma digital e, assim, cada vez mais é necessária a certeza de que sua oferta ao cidadão esteja de acordo com os padrões exigidos de qualidade;
- Mitigar riscos cibernéticos por meio de recursos atualizados de segurança: aumento crescente de ataques maliciosos a fim de comprometer os serviços;
- Otimizar o uso dos múltiplos links de comunicação disponíveis, aumentando a eficiência operacional: relacionado ao aumento da disponibilidade e estabilidade;
- Simplificar o gerenciamento da rede e reduzir o tempo de resposta a incidentes: eficiência na operação e administração da solução; e
- Apoiar a transformação digital do Judiciário Federal, com foco na transparência, agilidade e inovação no atendimento ao cidadão: acompanhar a tendência de mercado com as soluções tecnológicas mais modernas.

2 ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

O elevado grau de automação dos processos judiciais e administrativos leva as organizações a confiar e depender cada vez mais de sua infraestrutura tecnológica para viabilizar aplicações de missão crítica e implementar rapidamente novas soluções que aumentem a agilidade, a capacidade de adaptação, a otimização de custos e a melhoria dos serviços prestados, de forma continuada, aos seus clientes e usuários.

Atender a essa demanda por alta qualidade e eficiência com economia, confiabilidade, flexibilidade, agilidade e racionalização de fluxos de trabalho, é preocupação constante da alta direção dos órgãos, o que tornou a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ferramenta estratégica que deve estar alinhada com as áreas de negócios da Instituição.

O serviço objeto desta contratação encontra-se alinhado com:

2.2.1 ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- Objetivo Estratégico: Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal.
- Metas do Planejamento Estratégico: Atingir, até 2025, 85% (oitenta e cinco por cento) de satisfação dos clientes internos de TI; atingir, até 2026, 80% (oitenta por cento) de satisfação dos clientes externos de TI.

2.2.2 ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ID: i.45
- Iniciativa PDTI: Soluções de conectividade.

2.2.3 ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – PCA 2025

- Item: TRF5-DTI-0054
- Descrição: Aquisição de Firewall de Borda

Face ao exposto e em conformidade com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, em especial, de eficiência, a solução para o suporte aos usuários e às operações de TI a ser descrita pormenorizadamente no Termo de Referência e seus anexos constitui-se em objeto de contratação estratégico para o alcance das metas e propósitos perseguidos pela Justiça Federal.

3 LEVANTAMENTO DO MARCO NORMATIVO

A regra de negócio é regulamentada pelos seguintes dispositivos legais e normativos:

- Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção;

- Lei nº 12.527/2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- Decreto Federal nº 11.462/2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa SGD/MGI nº 94/2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Resolução CNJ nº 468/2022 - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;
- Ato da Presidência TRF5 nº 268/2021 – Estabelece procedimentos e rotinas para a aquisição de bens e a contratação de prestação de serviços por meio do sistema de registro de preços, de forma regionalizada, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 5ª Região; e
- Acordo de Cooperação Técnica CJF nº 007/2021 – Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a racionalização dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens e a contratação de serviços relacionados à Tecnologia da Informação – TI, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, visando à economicidade e à eficiência das contratações, observadas as condições constantes deste Acordo e do Plano de Trabalho.

4 REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Requisitos Funcionais)

4.1 Requisitos de Negócio:

4.1.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- a) Garantir a continuidade da modernização da infraestrutura de rede do Datacenter do TRF5, assegurando alto desempenho, escalabilidade e disponibilidade para suportar serviços e aplicações essenciais à prestação jurisdicional da Justiça Federal da 5ª Região.
- b) Assegurar a escalabilidade e a continuidade operacional dos serviços prestados pelo TRF5, em resposta ao crescimento da demanda institucional, por meio da implementação de uma infraestrutura de rede moderna, resiliente e compatível com os requisitos de alta disponibilidade exigidos pelos sistemas judiciais e administrativos.
- c) Promover a integração inteligente e segura entre os sites da JF5, por meio da adoção de uma solução SD-WAN que permita gestão centralizada, roteamento dinâmico e aplicação de políticas de tráfego.
- d) Reduzir a complexidade operacional da infraestrutura de rede, permitindo maior automação, visibilidade em tempo real e gestão proativa do desempenho e da segurança dos links de comunicação.
- e) Otimizar o uso de múltiplos links WAN (MPLS, Internet banda larga, LTE/5G), garantindo alta disponibilidade, balanceamento de carga e resiliência da conectividade, inclusive em cenários de falha de provedores.
- f) Viabilizar a aplicação de políticas de qualidade de serviço (QoS), priorizando aplicações críticas, como sistemas judiciais, videoconferências e ferramentas de colaboração.
- g) Estabelecer mecanismos de segurança nativos na camada de transporte da rede, como criptografia de ponta a ponta, autenticação de dispositivos e inspeção de tráfego, de modo a proteger os dados em trânsito e mitigar riscos cibernéticos.
- h) Assegurar compatibilidade com protocolos de roteamento dinâmico (como BGP e OSPF), facilitando a integração com a infraestrutura de rede atual e com os provedores de conectividade externa.
- i) Garantir escalabilidade futura da solução SD-WAN, com capacidade de expansão modular e licenciamento flexível para suportar novas unidades, serviços e mudanças na arquitetura de TI da JF5.

4.2 Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.2.1 A solução SD-WAN a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos tecnológicos mínimos:

- a) Suporte nativo a múltiplos links WAN por unidade (ex.: MPLS, Internet banda larga, 4G/5G), com funcionalidades de balanceamento de carga, failover automático e roteamento baseado em políticas (policy-based routing).
- b) Capacidade de priorização de tráfego com base em aplicação, protocolo, porta, endereço IP e outros critérios, permitindo controle granular por meio de políticas de QoS (Quality of Service) configuráveis.
- c) Funcionalidade de Path Selection Dinâmico, com base em métricas como perda de pacotes,

latência e jitter, para escolha automática do melhor caminho WAN em tempo real.

- d) Criptografia de tráfego ponta a ponta utilizando padrões robustos (mínimo AES-256), com suporte a VPNs IPsec ou TLS, para garantir a confidencialidade e integridade dos dados em trânsito.
- e) Interface de gerenciamento centralizado (orquestrador), baseada em ambiente web, com dashboards gráficos, alertas, relatórios de desempenho, análise de tráfego e aplicação de políticas.
- f) Integração com protocolos de roteamento dinâmico, como BGP e OSPF, para comunicação com a infraestrutura de rede existente do DataCenter e operadoras de telecomunicações.
- g) Capacidade de segmentação de tráfego por meio de microsegmentação ou VRFs (Virtual Routing and Forwarding), permitindo isolamento de redes distintas (ex.: administrativa, judicial, suporte técnico).
- h) Mecanismos de High Availability (HA) nos dispositivos SD-WAN (SD-WAN Edge), com suporte a cluster ou failover ativo/passivo, assegurando continuidade dos serviços em caso de falha de hardware ou software.
- i) Funcionalidades de segurança embutida (ou integração nativa com firewall de próxima geração), incluindo:
 - Controle de acesso baseado em identidade ou perfil;
 - Inspeção de tráfego (deep packet inspection);
 - Detecção e mitigação de ameaças;
 - Suporte a ZTNA (Zero Trust Network Access), se disponível.
 - I) Compatibilidade com IPv4 e IPv6.
- j) Capacidade de geração e exportação de logs e eventos para integração com SIEMs e sistemas de monitoramento (ex.: syslog, SNMP, NetFlow/sFlow).
- k) Suporte técnico e atualizações (firmware/software) contínuas durante o período de vigência contratual.

4.3 Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.3.1 O projeto e a implementação da solução SD-WAN deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

- a) Elaboração e entrega de Projeto Executivo de Implementação, contendo:
 - Topologia detalhada da rede SD-WAN (lógica e física);
 - Desenho das políticas de roteamento, QoS, segurança e alta disponibilidade;
 - Mapeamento dos sites e links WAN existentes;
 - Plano de endereçamento IP (IPv4 e/ou IPv6) conforme integração com o ambiente atual;
 - Plano de contingência e reversão.
- b) Realização de levantamento técnico detalhado (site survey) em cada unidade contemplada, para identificação de infraestrutura local, requisitos específicos de conectividade e eventuais adequações.
- c) Criação de documento de plano de implantação com cronograma, recursos técnicos envolvidos, pontos de controle e validação de cada fase do projeto.
- d) Execução da instalação e configuração dos equipamentos SD-WAN nas unidades do TRF5, incluindo:

- Instalação física (quando aplicável);
- Provisionamento de dispositivos via ZTP ou processo assistido;
- Integração com roteadores/firewalls existentes (incluindo configuração de BGP/OSPF, NAT, ACLs);
- Aplicação de políticas de tráfego, segurança e QoS previamente aprovadas.
- e) Realização de testes de validação pós-implementação, incluindo:
 - Testes de conectividade entre sites;
 - Verificação de failover automático entre links;
 - Testes de desempenho (latência, throughput, jitter);
 - Testes de políticas de QoS e roteamento;
 - Testes de segurança e criptografia ponta a ponta.
- f) Apresentação de Relatório Final de Implantação, contendo:
 - Resultados dos testes realizados;
 - Descrição das configurações aplicadas por unidade;
 - Registro de não conformidades e correções aplicadas.
- g) Capacitação técnica presencial ou remota para a equipe de TI do TRF5, abordando:
 - Operação e monitoramento da solução SD-WAN;
 - Aplicação e ajuste de políticas de tráfego;
 - Procedimentos de troubleshooting e escalonamento;
 - Segurança e atualização da solução.
- h) Entrega de documentação completa e atualizada da solução implantada, incluindo manuais, diagramas, planos de endereçamento, arquivos de configuração e instruções de backup e restauração.
- i) Apoio técnico da contratada durante o período de estabilização pós-implantação (mínimo de 30 dias corridos), com monitoramento ativo e resposta a incidentes relacionados à nova solução.
- j) Garantia de compatibilidade com os sistemas de monitoramento e gestão existentes no TRF5, ou fornecimento de APIs e integração para viabilizar visibilidade unificada da rede.

4.4 Requisitos de Implantação:

4.4.1 A implantação da solução SD-WAN deverá seguir um processo estruturado e documentado, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

- a) A implantação deverá ser conduzida por equipe técnica certificada e especializada na solução ofertada, com experiência comprovada em projetos de rede SD-WAN em ambientes de missão crítica.
- b) A contratada deverá elaborar um Plano de Implantação Detalhado, contemplando:
 - Cronograma por etapas e locais de instalação;
 - Atividades previstas (pré-instalação, instalação, testes, validação, homologação);
 - Planos de contingência e rollback para cada fase;
 - Identificação dos responsáveis técnicos (contratada e contratante).
- c) A implantação deverá ser realizada com o mínimo de indisponibilidade possível para os serviços do TRF5, preferencialmente em janelas de manutenção previamente acordadas com

a equipe técnica do tribunal.

- d)** Todas as etapas da implantação deverão ser precedidas de validação técnica conjunta com a equipe de TI do TRF5, especialmente nos seguintes pontos:
- Integração com roteadores/firewalls/SIEM existentes;
 - Interoperabilidade com sistemas legados;
 - Preservação de políticas de segurança e segmentação da rede atual.
- e)** A contratada deverá garantir a entrega e instalação física dos equipamentos (appliances ou gateways SD-WAN) nos locais definidos, observando requisitos de espaço, energia, refrigeração e conectividade local.
- f)** Durante a implantação, a contratada deverá configurar a solução SD-WAN conforme os requisitos definidos no Projeto Executivo aprovado, incluindo:
- Provisionamento dos dispositivos via orquestrador (ZTP ou manual);
 - Aplicação das políticas de roteamento, segurança e QoS;
 - Ativação da comunicação criptografada entre os pontos.
- g)** Ao término de cada fase de implantação, deverá ser emitido um Relatório de Atividades, contendo:
- Equipamentos instalados e ativados;
 - Configurações aplicadas;
 - Testes realizados e seus resultados;
 - Eventuais ajustes executados.
- h)** Todas as implantações deverão respeitar as políticas internas de segurança da informação, conformidade normativa e governança de TI do TRF5.

4.5 Requisitos Internos Gerais Funcionais

4.5.1. Os serviços de suporte técnico especializado (Horas de Consultoria – Item 4) configuram-se igualmente indispensáveis para a continuidade e integridade do sistema, para manter sua estabilidade operacional e, principalmente, para manter sua constante evolução e adequação aos cenários futuros advindos de aspectos externos ou internos da organização.

4.5.2. Deverá a CONTRATADA viabilizar suporte técnico especializado nos termos a seguir:

4.5.2.1. Possuir portal de suporte para abertura de chamados e acesso à base de conhecimento;

4.5.2.2. O suporte deverá atender via portal de serviços em escala 24x7x365.

4.5.2.3. Deve ser possível extrair através do portal de serviços relatórios trimestrais casos relevantes a CONTRATANTE.

4.5.2.4. O suporte deverá prover, além da portal web, número de telefone para a abertura de chamados, e funcional em escala 24x7x365.

4.5.2.5. A CONTRATADA deverá prover documentação para uso do suporte técnico contemplando minimamente a seguir e deverá ser entregue juntamente com a entrega do Projeto de Implementação da Solução:

4.5.2.5.2. Processo de abertura de chamado;

4.5.2.5.3. Processo de atualização de chamado;

4.5.2.5.4. Recomendações e melhores práticas específicas para o ambiente.

4.5.2.5.5. Outras ferramentas além das descritas na especificação técnica da presente contratação que sejam necessárias à execução desses serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.5.3. O suporte técnico a ser prestado pela CONTRATADA tem por objetivo a correção de falhas ou inconsistências detectadas, para garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da solução de TI contratada.

4.5.4. O suporte técnico compreende, ainda, o auxílio na configuração dos componentes da solução para o correto funcionamento, além do esclarecimento de dúvidas dos servidores e prestadores de serviços da CONTRATANTE, para garantir a melhor utilização e maximização dos recursos contratados.

4.5.5. Cada solicitação de atendimento técnico, deverá ser gerado um identificador único (protocolo) para fins de controle e acompanhamento. A CONTRATADA deverá informar esse identificador a CONTRATANTE, bem como manter o histórico de ações e atividades nos chamados realizados durante toda a vigência contratual.

4.5.6. O serviço de suporte será prestado em idioma português do Brasil.

4. LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Levantamento de alternativas

Cenário 01 – Não adquirir nenhuma solução.

Inviável, pois os equipamentos a serem adquiridos fazem a interface de rede com o mundo externo, além de ser a primeira barreira de segurança cibernética. Também os serviços da Solução *SD-WAN* permitem uma maior disponibilidade e eficiência de comunicação entre sites da JF5, além destes com a própria Internet.

Cenário 02 – Utilizar solução gratuita.

Não recomendável, pela mesma razão citada no item anterior. Ainda, soluções gratuitas normalmente não oferecem a devida segurança e eficiência de soluções de fabricantes consolidados no mercado. Por se tratar de uma aquisição fundamental para os serviços oferecidos pela Justiça Federal da 5ª Região, é preferível a opção de soluções oferecidas por grandes fabricantes reconhecidos internacionalmente, mesmo havendo um custo financeiro em relação a isso, o que será convertido em suporte do fabricante, estabilidade, segurança, compatibilidade com outros produtos, etc.

Cenário 03 – Realizar licitação considerando composição de soluções

As soluções atuais da *Fortinet* já se encontram implantadas por toda a JF5. Uma solução composta por *Firewall*, *SD-WAN*, *Router Full BGP*, dentre outras funcionalidades, deve ser composta de vários produtos para atingir seu objetivo, tornando o projeto caro e não confiável. Além disso, todas as equipes técnicas da 5ª Região já estão bem treinadas e adaptadas na tecnologia atual. Dessa forma, esse cenário não é recomendável.

Importante salientar que as pesquisas de preços devem ser bem realizadas a fim de que não haja prejuízo econômico ao erário. Uma boa referência para estimativa será a licitação de *Firewall* realizada em 2022 (SEI 0000934-59.2022.4.05.7000). Mesmo sendo modelos mais antigos, as especificações técnicas podem ser equiparadas juntamente com outros fatores, como o valor do dólar atual e na época.

Outra referência de preços, será a proposta enviada pela empresa ARPSIST, com preços estimados para início do pregão.

Ainda, foram levantados diversos links com os itens do objeto que, mesmo sendo cotados em dólar, podem nortear uma estimativa inicial.

Cenário 04 – Licitação para atualização da solução atual

- Manutenção da padronização na tecnologia;
- Facilidade na migração;
- Domínio da JF5 na tecnologia, não necessitando novos treinamentos nem maturidade.
- Menor tempo de indisponibilidade dos serviços durante a migração, inclusive Pje.

Por se tratar de uma solução de fácil acesso no mercado, as pesquisas de preços serão bem balizadas a fim de não haver superfaturamento. Como exemplo, facilmente se encontra na Internet produtos do fabricante em questão, que podem servir como referência nas futuras pesquisas de preços a serem realizadas. Importante salientar que tratam-se de produtos similares, com algumas características diferentes das exigidas mas que podem servir de balizamento.

<https://www.firewalls.com/fortinet-fortigate-201g-hardware-plus-3-year-forticare-premium-and-fortiguard-unified-threat-protection-utp-g-201g-bdl-950-36.html?srsItd=AfmB0oqM6C1cQderKyzRgBw40tQLQDpZagclWPzr8Gd7505THMJchR-F>

<https://www.connection.com/product/fortinet-fortigate-201g-hardware-plus-1/fg-201g-bdl-809->

[12/41823676?srsId=AfmBOoo10_jzb5KqBkynmum7QRrJe-C4RfIJ8z0yOxaolkOxTKjAMM_0](https://www.firewall1.com.br/firewall/fortinet-fortigate-200f-unified-threat-protection-utp--p)

<https://www.firewall1.com.br/firewall/fortinet-fortigate-200f-unified-threat-protection-utp--p>

Além disso, há de se usar também, como referência preliminar, o PAV SEI/TRF5 nº 0000934-59.2022.4.05.7000.

Também, referência proposta ARPSIST:

Solução SD-WAN Tipo 1	Unidade	R\$ 228.005,00
Solução SD-WAN Tipo 2	Unidade	R\$ 167.496,00
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB)	Unidade	R\$ 178.550,00
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB)	Unidade	R\$ 178.550,00
Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado	Unidade	R\$ 17.555,00
Serviço de Instalação/Configuração e Migração	Unidade	R\$ 25.000,00
Horas de Consultoria, sob demanda	Horas	R\$ 360,00

Portanto, é a melhor solução a ser considerada.

ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
	Solução 4	X		
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Federal?	Solução 1		X	
	Solução 2		X	
	Solução 3		X	
	Solução 4	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
	Solução 4			X
A Solução é um software livre ou software público?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
	Solução 4			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-	Solução 1			X
	Solução 2			X

PING, e-MAG?	Solução 3			X
	Solução 4			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
	Solução 4			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
	Solução 4			X

5. PREVISÃO DE DEMANDA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIÇÃO	QTD. TRF5	QTD. JFPE	QTD. JFSE	QTD. JFRN	QTD. JFPB
1	Solução SD-WAN Tipo 1	Unidade	0	4	0	0	2
2	Solução SD-WAN Tipo 2	Unidade	2	2	2	2	2
3	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB)	Unidade	0	1	0	0	1
4	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB)	Unidade	1	1	1	1	1
5	Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado	Unidade	1	1	1	1	1
6	Serviço de Instalação/Configuração e Migração	Unidade	1	1	1	1	1

	7	Horas de Consultoria, sob demanda	Horas	100	200	100	100	100	
--	---	-----------------------------------	-------	-----	-----	-----	-----	-----	--

6. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS – TCO (Total Cost of Ownership)

ARP Nº 24 /2022-TRF 5ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

Processo Administrativo SEI nº 0000934-59.2022.4.05.7000

Modelo FG 201F – R\$ 307.468,46 (1 unidade + Gerenciamento de logs + Gerenciamento de equipamentos) – Modelo anterior, série F

Proposta ARPSIST

Solução SD-WAN Tipo 1	Unidade	R\$ 228.005,00
Solução SD-WAN Tipo 2	Unidade	R\$ 167.496,00
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB)	Unidade	R\$ 178.550,00
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB)	Unidade	R\$ 178.550,00
Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado	Unidade	R\$ 17.555,00
Serviço de Instalação/Configuração e Migração	Unidade	R\$ 25.000,00
Horas de Consultoria, sob demanda	Horas	R\$ 360,00

Comparando as duas referências:

- Solução SD-WAN Tipo 1 + Gerenciamento de Logs (70 GB) + Gerenciamento Centralizado = R\$ 424.110,00
- Modelo FG 201F – R\$ 307.468,46 (1 unidade + Gerenciamento de logs, 5 GB + Gerenciamento de equipamentos) – Modelo anterior, série F

Conclusão: tendo em vista que trata-se da evolução do equipamento, como mais gerenciamento de logs e que estamos comparando o valor de uma licitação já realizada com uma proposta inicial, consideramos que os valores estimados estão aceitáveis e devem baixar na pesquisa de preços definitiva e licitação futura.

A estimativa definitiva será realizada durante as pesquisas de preços no decorrer do processo de

elaboração do Termo de Referência, nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021.

7. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Após análise técnica e econômica, foi escolhido o **cenário 4 – atualização da solução atual**, levando em consideração o conjunto de itens e serviços que compõem o ambiente atual e o melhor aproveitamento do investimento já realizado, tanto técnico quanto de recursos humanos já treinados.

Vantagens:

- Manutenção da padronização na tecnologia;
- Facilidade na migração;
- Domínio da JF5 na tecnologia, não necessitando novos treinamentos nem maturidade.
- Menor tempo de indisponibilidade dos serviços durante a migração, inclusive PJe.

8. BENEFÍCIOS ESPERADOS

8.5.1. Melhor Desempenho de Aplicações

- Roteamento inteligente baseado em políticas para priorizar aplicações críticas (como VoIP, videoconferência, sistemas ERP).
- Menor latência e jitter com balanceamento de carga entre múltiplos links (MPLS, banda larga, 4G/5G).

8.5.2. Maior Visibilidade e Controle

- Monitoramento centralizado do tráfego e desempenho da rede.
- Aplicação de políticas de segurança e QoS de forma granular e uniforme entre todos os sites da JF5.

8.5.3. Aumento da Segurança

- SD-WANs modernas integram funcionalidades de NGFW (Next-Gen Firewall), VPN, ZTNA e DLP.
- Criptografia ponta a ponta do tráfego entre sites.

8.5.4. Alta Disponibilidade e Redundância

- Failsafe automático entre links WAN (ex.: se o link principal cair, o tráfego muda para o backup sem intervenção manual).

- Melhor resiliência em ambientes distribuídos.

8.5.5. Implantação e Gerenciamento Mais Ágeis

- Redução do tempo e esforço do time de TI para configurações e troubleshooting.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Requisitos Não Funcionais)

9.1. Requisitos Internos Gerais

9.1.1. Na execução de tarefas, deverão ser contemplados todos os processos necessários para garantir a execução das atividades relacionadas à manutenção da operacionalidade de ambientes computacionais, como a análise de viabilidade, estudos de boas práticas, implementação e migração dos recursos, criação de documentação técnica, operacional e de análise e controle, execução de rotinas proativas e reativas, análise de desempenho, monitoramento e operação dos serviços;

9.1.2. Transferência de conhecimento para a equipe técnica do CONTRATANTE, de todos os novos serviços implantados ou modificados, mediante documentação técnica em repositório adotado pelo CONTRATANTE para esse fim;

9.1.3. Toda a documentação produzida pela CONTRATADA em decorrência dos procedimentos executados passará a ser de propriedade do TRF5, inclusive, "AS BUILT" ao final do projeto;

9.1.4. Auxiliar o CONTRATANTE, quando demandado, quanto à elaboração de normas, padrões e procedimentos relativos ao uso da infraestrutura computacional;

9.1.5. Auxiliar a análise, orientação, acompanhamento, desenvolvimento de métodos e técnicas visando ganhos de produtividade por meio de racionalização, padronização, avaliação e recomendação de soluções tecnológicas;

9.1.6. Executar todos os serviços, tarefas e atividades demandadas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo negociado, atendendo o padrão de qualidade exigido;

9.1.7. Os serviços deverão ser executados por recursos especialistas habilitados, com base em programas de formação e certificações oficiais, e com experiência em diagnóstico proativo de problemas em ambientes complexos, com capacidade técnica mínima para atender à complexidade especificada no procedimento;

9.1.7.1. O serviço de migração deverá ser executado por profissionais especialistas e certificados pelo fabricante, com base em programas de formação e certificações oficiais. A comprovação deverá ser apresentada oportunamente mediante solicitação da documentação por parte da CONTRATANTE.

9.1.7.2. Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do

ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe da CONTRATANTE. Do mesmo modo, deverão ser observadas as rotinas internas da Organização, cujo andamento em hipótese nenhuma deverá ser prejudicado em razão de quaisquer atividades acima mencionadas;

9.1.7.3. Testar todos os serviços depois de concluídos, na presença da área demandante e/ou da fiscalização do CONTRATANTE, ficando sua aceitação final dependente das características do desempenho apresentado;

9.1.7.4. Planejar, definir e especificar atividades e montar os modelos globais de execução das tarefas, negociando com o CONTRATANTE a implementação das fases propostas;

9.1.7.5. Quando os serviços solicitados nos chamados dependerem de outras equipes que não a da CONTRATADA, os prazos serão suspensos a partir do encaminhamento, voltando a contagem tão logo sejam devolvidos pela área responsável, devendo ter o aceite da equipe fiscalizadora por meio de andamento padronizado.

9.2. Requisitos Externos Gerais

9.2.1. Requisitos de Qualidade dos Serviços

9.2.1.1. As tarefas deverão ser realizadas com base nas instruções normativas, processos e procedimentos internos ou nas boas práticas nacionais e internacionais voltadas para tecnologia da informação, tais como:

- Para Gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação deve-se utilizar a biblioteca do ITIL (IT Infrastructure Library) e da NBR-ISO 20.000 – Gerenciamento de serviços de tecnologia da informação;
- Para gestão de governança e continuidade do negócio de Tecnologia da Informação deve-se utilizar o COBIT (Control Objectives for Information and related Technology); e
- c) Para gerenciamento de projetos deve-se utilizar as boas práticas preconizadas pelo PMBOK (Project Management Base of Knowledge);

9.2.1.2. Fiscalizar regularmente os seus recursos técnicos designados para a prestação dos serviços verificando as condições em que as atividades estão sendo realizadas;

9.2.1.3. Refazer todos os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado, independentemente das penalidades previstas e Níveis de Qualidade fixados;

9.2.1.4. A CONTRATADA deverá substituir os recursos técnicos que não apresentem qualificação técnica compatível com a necessidade dos serviços, segundo as qualificações especificadas ou que apresentem conduta inadequada; e

9.2.1.5. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade.

9.3. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:

9.3.1. A solução escolhida deverá garantir uma manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante o período de garantia. O ciclo de vida dos ativos deve ser de pelo menos 5 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo, com a opção de suporte e atualizações durante esse período. A garantia incluirá a substituição de equipamentos defeituosos sem custos adicionais, além de compromisso com a manutenção contínua da segurança da infraestrutura, com atualizações periódicas.

9.4. Requisitos de Transporte:

9.4.1. Os equipamentos que compõem a solução escolhida deverão ser entregues na Sede do TRF5, situado na Av. Cais do Apolo, S/N – Edf. Ministro Djaci Falcão, Bairro do Recife, Recife/PE – CEP: 50.030-908, em embalagens que garantam a proteção contra danos durante o transporte, e deverão ser acompanhados de nota fiscal e documentação técnica. O transporte deve ser realizado de forma segura, com controle de temperatura, umidade e vibração para evitar danos aos equipamentos.

9.4.2. Para os outros sites da 5ª Região:

- JFPE: [Av. Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Bairro do Jiquiá - Recife - PE](#), CEP: 50865-900
- JFPB: [Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480, Pedro Gondim - João Pessoa – PB](#), CEP: 58031-900
- JFRN: [Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, Natal - RN CEP: 59064-250](#)
- JFSE: [Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500 - Bairro Capucho Aracaju / Sergipe | CEP: 49081-015](#)

9.5. Requisitos de Marca ou Modelo:

Modelo Referência: Fortigate FG-201G

9.6. Requisitos Temporais (“Início e Duração”):

9.6.1. A entrega da Solução SD-WAN Tipo 1 e da Solução SD-WAN Tipo 2, deverá ser realizada em até **45 (quarenta e cinco)** dias após a assinatura do Termo de Contrato.;

9.6.2. A instalação/configuração e migração dos equipamentos das soluções descritas no subitem acima deverá ser concluída no prazo de até **75 (setenta e cinco)** dias após a assinatura do Termo de Contrato. O tempo total de implementação deve incluir a

instalação física, configuração, migração e testes de funcionalidade, garantindo que a solução esteja operacional dentro do prazo estabelecido.

9.6.3. Deverá ser realizada na data do recebimento definitivo das soluções descritas no subitem 9.6.1 deste documento a ativação dos itens: “Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB) e Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado”.

9.7. Requisitos Legais (Da exigência de Certificação):

9.7.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), à Resolução CNJ nº 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

9.7.2. Os equipamentos que compõem a solução escolhida a serem fornecidos devem possuir as certificações exigidas por regulamentações nacionais e internacionais e os produtos devem ser homologados para operação no Brasil.

9.8. Requisitos de Sustentabilidade:

Da Sustentabilidade Ambiental

9.8.1. A CONTRATADA, quando da execução dos serviços e/ou fornecimentos dos bens, no que couber, fica obrigada à observância dos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Planejamento de Logística Sustentável - PLS da Justiça Federal, no Manual de Sustentabilidade das Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF), no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como das disposições contidas nas Resoluções nº 400/2021 e nº 401/2021 do CNJ e Resolução nº 709/2021 do CJF, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

9.8.1.1. Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados, caso se faça necessário, na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

9.8.1.2. Em sendo utilizado os bens de informática e/ou automação na execução dos serviços, não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

Da Sustentabilidade Social

9.8.2. Deve a CONTRATADA promover, sempre que possível, nos contratos firmados com este Egrégio Tribunal:

9.8.2.1. A participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, considerada cada função do contrato, em atendimento ao disposto na Resolução nº 540, de 18 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça.

9.8.2.2. Para a composição equânime de que trata o subitem acima, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

9.8.2.3. O preenchimento das vagas deverá respeitar, resguardada a medida do possível, a proporção respectiva de gênero, raça e etnia da população brasileira, por Estado da Federação, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, sem prejuízo de superação dessa proporção se houver possibilidade, no que se refere aos grupos minorizados.

9.8.2.4. A proporcionalidade de gênero, raça e etnia de que trata o subitem acima deverá ser divulgada nos portais dos tribunais, de forma acessível à consulta pública.

9.8.2.5. Ações relacionadas à igualdade de gênero por meio de campanhas contra o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho e contra a discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Da Sustentabilidade Econômica

9.8.3. Deve a CONTRATADA promover, sempre que possível, nos contratos firmados com este Egrégio Tribunal:

9.8.3.1. O desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso de fontes energéticas renováveis, diminuindo custos a médio e longo prazo através de recursos abundantes; e,

9.8.3.2. Uma maior eficiência dos seus processos, ou seja, a capacidade de produzir mais com menos, otimizando a dinâmica de prestação de serviços para elevar a produtividade e, consequentemente, trazendo efeitos para a sua lucratividade.

9.9. Requisitos Documentais (“Manuais do Usuário, Ficha Técnica, Instruções com Versão em Português, Termo de Garantia, Relação da Rede de Assistência Técnica Autorizada”):

9.9.1. O fornecedor deverá encaminhar, de forma completa e acessível, por meio digital (“pdf ou página Web”) toda a documentação técnica necessária relacionada aos equipamentos, incluindo manuais de instalação, guias de configuração e informações sobre manutenção, termos de garantia, fichas técnicas detalhadas e informações sobre a

rede de assistência técnica autorizada em território nacional.

9.10. Da Exigência de Carta de Solidariedade do Fabricante:

9.10.1. Não se aplica.

9.11. Requisitos de Prazo de Validade:

9.11.1. Os equipamentos que compõem a solução escolhida a serem fornecidos devem ter um EOL (fim de vida útil) de pelo menos 5 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo. Não serão aceitos equipamentos que terão a finalização dentro do período de garantia.

9.12. Requisitos de Instalação

9.12.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de instalação e configuração descritos a seguir:

9.12.1.1. Prazo de Instalação e Configuração:

9.12.1.1.2. A instalação e configuração dos equipamentos devem ser concluídas dentro de um prazo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento definitivo dos equipamentos, garantindo que a rede esteja operacional sem atrasos significativos.

9.13. Requisitos de Garantia da Contratação:

Da Garantia de Execução Contratual

9.13.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total ANUAL da contratação**.

9.13.1.1. Caso a contratada opte pela modalidade SEGURO-GARANTIA, **o prazo máximo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme estabelecido no §3º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

9.13.1.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

9.13.1.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do

Contrato por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), conforme o disposto no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

9.13.1.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

9.13.1.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

9.13.1.6. A garantia, na **modalidade seguro-garantia**, tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021:

9.13.1.6.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; e,

9.13.1.6.2. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

9.13.1.7. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

9.13.1.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.13.1.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

9.13.1.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.13.1.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

9.13.1.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, inc. III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

9.13.1.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

9.13.1.12.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.13.1.12.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e,

9.13.1.12.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO.

9.13.1.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da CONTRATADA, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

9.13.1.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.13.1.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.13.1.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

9.13.1.16.1. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.13.1.16.2. emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de

cláusulas contratuais.

9.13.1.16.3. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.13.1.16.4. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13.1.16.4.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

9.13.1.16.4.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

9.13.1.16.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.13.1.16.6. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

9.13.1.16.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

9.13.1.16.8. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

9.13.1.16.9. No caso de entrega de bens pela Administração, dos quais a CONTRATADA ficará depositária, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

9.13.1.16.10. A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da CONTRATANTE.

9.13.1.16.11. Havendo reajuste de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida,

guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme art. 98, § único, da Lei nº 14.133/2021.

9.14. Requisitos de Política de Segurança da Informação

9.14.1. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

9.14.2. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos;

9.14.3. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa do CONTRATANTE;

9.14.4. Submeter seus recursos técnicos aos regulamentos de segurança e disciplina instituídos pelo CONTRATANTE, durante o tempo de permanência nas suas dependências;

9.14.5. A CONTRATADA deverá garantir a segurança e autenticação de seus empregados através da identificação;

9.14.6. Em caso de desligamento de qualquer empregado da CONTRATADA, este deverá ter imediatamente todos os seus acessos aos sistemas cancelados. Os empregados que estiverem de férias ou afastados, por qualquer motivo, deverão ter todos os seus acessos aos sistemas suspensos, até o retorno às atividades.

9.15. Requisitos de Segurança e Privacidade da Solução:

9.15.1. A solução escolhida deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e cumprir rigorosamente as diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação do TRF5, que incluem a criptografia de dados em trânsito, autenticação de múltiplos fatores para acesso ao gerenciamento e a conformidade com as regulamentações sobre proteção de dados (LGPD). Além disso, os equipamentos devem ser configuráveis para evitar ataques DDoS, permitir segmentação da rede (VLANs) e oferecer auditoria completa de logs.

9.16. Requisitos Socioambientais e Economia Circular:

9.16.1. A solução escolhida deverá atender aos princípios de economia circular, garantindo que os equipamentos sejam recicláveis ao fim de seu ciclo de vida útil. O

fornecedor deverá comprovar o compromisso com práticas socioambientais responsáveis, como a utilização de materiais de baixo impacto ambiental e processos de fabricação que respeitem os direitos dos trabalhadores.

9.17. Requisitos de Experiência Profissional:

9.17.1. Os requisitos dos profissionais envolvidos no projeto estão especificados ao longo do Termo de Referência.

9.18. Requisitos de Formação da Equipe:

9.18.1. Os requisitos dos profissionais envolvidos no projeto estão especificados ao longo do Termo de Referência.

9.19. Requisitos de Metodologia de Trabalho:

9.19.1. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento eletrônico 24/7 (vinte e quatro horas durante os sete dias da semana) para registro de ocorrências e suporte remoto, e atendimento telefônico das 8h (oito horas) às 20h (vinte horas), de segunda a sexta-feira.

9.19.2. Os serviços a serem executados pela Contratada deverão ser acompanhados pela Contratante, que deverá informar regularmente à Contratante sobre quaisquer obstáculos ou atualizações durante a execução.

9.20. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade a Serem Observados pela Contratada:

9.20.1. A contratada deverá seguir os requisitos de segurança da informação conforme estabelecido na Política de Segurança do TRF5, incluindo a conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a implementação de controles adequados para proteger dados sensíveis e garantir a privacidade das informações.

9.21. Vistoria:

9.21.1. Não se aplica.

9.22. Requisitos de Homologação de Amostra, Prova de Conceito e Exame De Conformidade:

9.22.1. Não se aplica.

9.23. Requisitos de Subcontratação:

9.23.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto licitado,

nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.23.1.1. Justificativa: A vedação do subitem acima objetiva dissuadir a diluição da responsabilidade e da capacidade de execução por parte do contratado principal, assim como o comprometimento da eficiência na realização do objeto contratado, resultando numa potencial perda de controle sobre a qualidade e a efetividade dos serviços prestados, prejudicando o interesse público envolvido na contratação.

9.24. Requisitos de Transição Contratual:

9.24.1.1. Não se aplica.

10. PARCELAMENTO DO OBJETO

10.1. Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem a administração pública no momento da fiscalização do contrato, por trata-se de um serviço comum.

10.2. Nesse sentido, o TCU já ressaltou a legalidade da utilização do preço global:

[...] inexistente ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si. – Acórdão – TCU5.260/2011-1ª Câmara.

10.3. Observa-se que o parcelamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitariam a atribuição a diferentes contratadas, eventual responsabilidade por danos ou por defeito de execução.

10.4. Ademais, mostrar-se-ia antieconômico e por demais elevado o custo de mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração.

10.5. Além das razões acima enumeradas, a contratação por preço global ensejará o planejamento e a racionalização do trabalho, a melhor gestão dos contratos, o adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos serviços executados.

11. PROVIDÊNCIAS DE ADEQUAÇÃO

11.1. Espaço em Rack, energia, climatização e aterramento adequados nas dependências do Edf. Sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Seções Judiciárias participantes.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

12.1. PAV SEI/TRF5 Nº 0000934-59.2022.4.05.7000, como auxílio na referência preliminar de preços.

13. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA SOLUÇÃO

13.1. A solução atende às exigências ambientais, não havendo necessidade de medidas mitigadoras.

14. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação, considerando a relação “custo-benefício”, declara **viável** esta contratação, sob o aspecto técnico, socioeconômico e ambiental, com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII do art. 9º da IN nº 58, de 8 de agosto de 2022 da SEGES/ME.

15. APROVAÇÃO E ASSINATURA		
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
José Augusto Lins 1112	Gustavo Câmara Cesar da Silva 1284	Alexandre Lima Farias 5590
AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC		
Laureano de Lyra Montarroyos Filho 787		

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO I-F

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo nº 0010634-54.2025.4.05.7000

Aquisição de solução SD-WAN para a Justiça Federal da 5ª Região – JF5

PCTIC – Planejamento da Contratação;

SFTIC – Seleção de Fornecedores;

GCTIC – Gestão do Contrato.

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

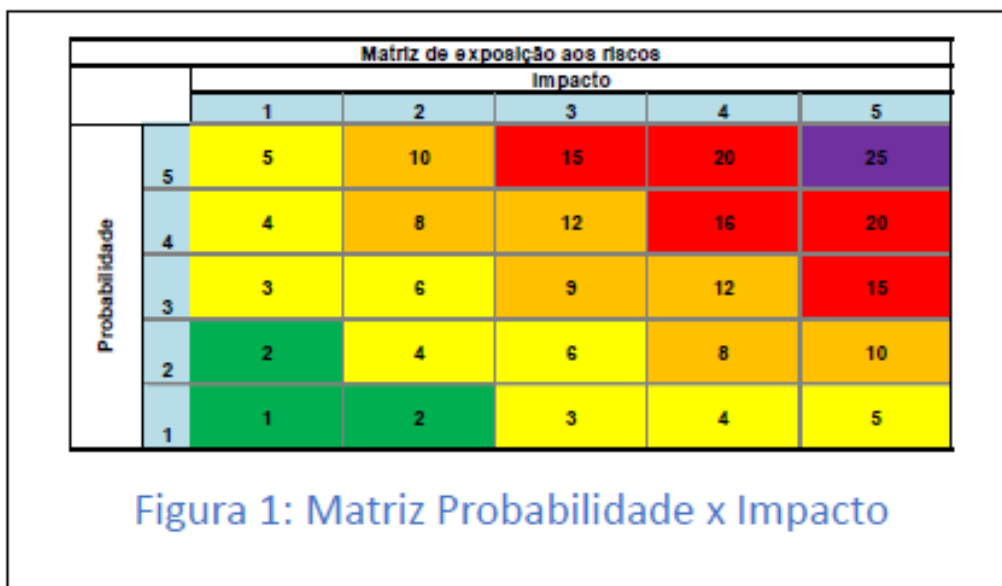
O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Parâmetros escalares podem ser utilizados para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

Classificação	Valor
Muito Baixo	1
Baixo	2
Médio	3
Alto	4
Muito Alto	5

A tabela abaixo apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.



O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto e roxa como muito alto. Nos casos de riscos classificados como alto e muito alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

GRUPO ÚNICO

1 – IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE, AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS

Id: 1

Risco: Licitação fracassada (vazia, impugnada, etc)

Relacionado ao (à) Fase de Seleção de Fornecedores

Probabilidade: 2

Impacto: 4

Nível de Risco: 8

Dano: Atraso na contratação de serviços de conectividade, podendo impossibilitar acesso interno e externo aos serviços de informática oferecidos pela JF5.

Tratamento:

1 – Ação Preventiva: Bons estudos em relação à contratação, com boa elaboração de documentos do processo, inclusive em relação a pesquisas de preços de mercado – Equipe de Planejamento da Contratação.

2 – Ação de Contingência: Utilização de solução free temporariamente ou similar. Ou ainda conseguir licenças temporárias da solução atual.

Id: 2

Risco: Atraso no Trâmite Processual

Relacionado ao (à) Fase de Planejamento da Contratação

Probabilidade: 2

Impacto: 4

Nível de Risco: 8

Dano: Atraso na contratação de serviços de conectividade, podendo impossibilitar acesso interno e externo aos serviços de informática oferecidos pela JF5.

Tratamento:

1 – Ação Preventiva: Bons estudos em relação à contratação, com boa elaboração de documentos do processo, inclusive em relação a pesquisas de preços de mercado. Também é necessário o bom acompanhamento processual a fim de identificar possíveis “gargalos” no andamento da contratação – Equipe de Planejamento da Contratação.

2 – Ação de Contingência: Utilização de solução free temporariamente ou similar. Ou ainda conseguir licenças temporárias da solução atual.

Id: 3

Risco: Indisponibilidade Orçamentária

Relacionado ao (à) Fase de Seleção de Fornecedores

Probabilidade: 4

Impacto: 4

Nível de Risco: 16

Dano: Atraso na contratação de serviços de conectividade, podendo impossibilitar acesso interno e externo aos serviços de informática oferecidos pela JF5.

Tratamento:

1 – Ação Preventiva: Bom planejamento da contratação, com boas pesquisas de mercado a fim de nortear a administração dos custos para uma proteção mais eficaz. Separação de orçamento estimado. Equipe de Planejamento da Contratação, Diretoria de Orçamento e Finanças, Diretoria de Informática e Diretoria Geral.

2 – Ação de Contingência: Utilização de solução free temporariamente ou similar. Ou ainda conseguir licenças temporárias da solução atual.

Id: 4

Risco: Não Entrega do Objeto Contratual

Relacionado ao (à) Fase de Gestão do Contrato

Probabilidade: 2

Impacto: 5

Nível de Risco: 10

Dano: Pode impossibilitar acesso interno e externo aos serviços de informática oferecidos pela JF5.

Tratamento:

1 – Ação Preventiva: Boa seleção de fornecedor, o que implica em um bom processo de contratação a fim de garantir os resultados desejados no planejamento da contratação – Equipe de Planejamento da Contratação

2 – Ação de Contingência: Agilidade em nova licitação – Equipe de Planejamento da Contratação.

3 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

José Augusto Lins	Gustavo Câmara da Silva	Alexandre Lima Farias
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO II

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2025 – DG/TRF5



Diário Oficial Eletrônico Administrativo da 5ª Região nº 92

Disponibilização: 21/05/2025

Publicação: 22/05/2025

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

**DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª
REGIÃO (T5-DG)**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2025

Dispõe sobre o procedimento administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de sanções decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A **DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, inciso II, do Ato da Presidência nº 219/2021, que delega à Diretora-Geral competência para expedir instruções normativas relativas ao disciplinamento das atividades administrativas da Secretaria do Tribunal.

RESOLVE:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de sanções decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

CAPÍTULO I DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133, de 2021

Art. 2º Nas contratações realizadas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

XIII - deixar de cumprir as obrigações assumidas na ata de registro de preços, inclusive sob alegação de variação cambial, salvo se previamente justificada e aceita pela Administração,

mediante demonstração objetiva da ocorrência e da repercussão econômica do fato superveniente.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso I do caput como sendo inadimplemento leve ou moderado, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave.

§2º Considera-se a conduta dos incisos II e XIII do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada ou adjudicatária, respectivamente.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 4º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 7º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação, nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, seja da alçada da Diretoria-Geral serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório, na ata de registro de preços ou no contrato, quando a licitante, a adjudicatária ou a contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato: Sanção de advertência;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 12 (doze meses) meses e/ou multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

III - der causa à inexecução total do contrato: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses e/ou multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado da contratação;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de dois meses e/ou multa calculada em função do valor estimado da contratação, conforme a tabela do Anexo I desta IN;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de um mês e/ou multa calculada em função do valor estimado da contratação, conforme a tabela do Anexo I desta IN;

VI - não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de quatro meses e/ou multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação;

VII - não cumprir com as obrigações estipuladas na ata de registro de preços, salvo justificativa devidamente comprovada: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de seis meses e/ou multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação;

VIII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de dois meses e/ou multa de 3% (três por cento) do valor estimado da contratação.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, precedida de análise jurídica do órgão de assessoramento, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS SANÇÕES

Art. 4º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Federal em decorrência

da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

II - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

III - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

Parágrafo único. As sanções de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, uma única vez, e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante, da adjudicatária ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. A sanção de multa prevista no instrumento convocatório, na ata de registro de preços e/ou no contrato, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão reduzidas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A sanção prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa poderá ser afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Art. 7º Na aplicação das sanções de que tratam os incisos I, II, e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, compete à Diretoria-Geral a aplicação e avaliação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Capítulo III.

Art. 8º No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;

III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;

IV - haja prévia manifestação do órgão de assessoramento jurídico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. O licitante ou o contratado sancionado poderá solicitar a sua reabilitação à própria autoridade que aplicou a sanção, desde que presentes e devidamente comprovados, cumulativamente, os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Seção I Aplicação das sanções administrativas

Art. 9º Para a aplicação de qualquer sanção contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 10 A advertência é cabível quando a infração contratual não acarretar prejuízos significativos para a execução do objeto contratado.

Art. 11 A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º O valor da multa será pago por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

§2º O não pagamento da multa no prazo acarretará:

I – a execução da garantia, quando houver;

II – o abatimento do valor nos pagamentos eventualmente devidos à contratada; ou

III – a inscrição do débito em Dívida Ativa da União, para cobrança judicial.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada cobrada judicialmente.

§4º A exigibilidade da multa aplicada com fundamento nesta Instrução Normativa poderá ser suspensão, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, nos termos do Ato nº 396, de 03 de novembro de 2021, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, quando considerado irrisório o valor da penalidade

§5º A suspensão da exigibilidade da multa não afasta a necessidade de registro da sanção nos cadastros competentes, quando exigido pela legislação.

Art. 12 O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Art. 13 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no artigo in supra, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

Art. 15 A aplicação das sanções previstas nos artigos 10 a 13 desta Instrução Normativa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 16 Nos casos em que a autoridade competente, com base nos elementos constantes do processo administrativo sancionatório, concluir, de forma motivada, que a conduta infracional, embora formalmente embasada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, não justifica a imposição da penalidade de impedimento de licitar e contratar, poderá afastar a instauração do processo de responsabilização previsto no art. 158 da referida Lei, aplicando exclusivamente a sanção de multa, observadas as disposições desta Instrução Normativa.

§ 1º A decisão deverá considerar os critérios previstos no § 1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como o disposto nos arts. 22 e 23 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, especialmente quanto às circunstâncias atenuantes, aos antecedentes do agente e aos efeitos práticos da sanção.

§ 2º A não instauração de comissão nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, não prejudica a validade do processo sancionatório, desde que o afastamento da penalidade de impedimento de licitar esteja fundamentado em juízo técnico e devidamente registrado nos autos.

§ 3º A assessoria jurídica deverá ser consultada previamente à aplicação da multa, com o objetivo de verificar a conformidade da dosimetria e da fundamentação jurídica com os parâmetros deste artigo.

Seção II

Da Iniciativa e do processo administrativo de aplicação de sanção

Art. 17 É dever de todo servidor do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em especial dos agentes de contratação, comissões de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral ou à Presidência deste Tribunal, conforme o caso, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, comissões de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja

necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, os agentes de contratação, comissões de contratação, gestores e fiscais de contrato poderão justificar à Diretoria-Geral ou à Presidência o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, quando entender justificada a prática de alguma conduta prevista no art. 2º desta IN ou caso estejam presentes as circunstâncias previstas no art. 6º deste regramento, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

Art. 18 A partir da comunicação de que trata o caput do artigo acima, cumpre à Diretoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 5ª Região realizar a instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes, adjudicatárias e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas.

Seção III

Da defesa prévia e das notificações

Art. 19 A licitante, adjudicatária ou contratada será intimada para apresentar defesa prévia.

§1º A intimação será realizada, preferencialmente, por meio eletrônico.

§2º Não sendo possível a realização da intimação na forma prevista no parágrafo acima, será utilizada uma das seguintes formas:

I - por ofício, encaminhado por carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR); ou

II - por edital publicado no Diário Oficial, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que a contratada se encontrar.

Art. 20 A intimação de que trata o art. 19, conterà, no mínimo:

I - identificação da licitante, da adjudicatária ou da contratada e da autoridade que instaurou o procedimento;

II - finalidade da notificação;

III - descrição do fato passível de aplicação de sanção;

IV - indicação das cláusulas infringidas;

V - informação da continuidade do processo independentemente da manifestação da licitante ou da contratada; e

VI - outras informações julgadas necessárias.

Art. 21 A intimação relativa à fase de recurso será realizada nas formas previstas nos §1º e §2º do art. 19.

Art. 22 As demais intimações poderão ser feitas por qualquer outro meio passível de comprovação de sua eficácia.

Art. 23 A licitante, adjudicatária ou contratada deverá ser intimada das decisões que lhe imponham deveres, restrições de direito ou sanções.

Art. 24 A licitante, adjudicatária ou contratada tem direito à vista do processo e à obtenção de certidões ou cópias dos documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§1º O Tribunal Regional Federal da 5ª Região não arcará com eventuais despesas relacionadas às provas solicitadas pela licitante, adjudicatária ou contratada.

§2º As provas propostas pela licitante, adjudicatária ou contratada poderão ser recusadas, quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, mediante decisão fundamentada.

§3º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante, o adjudicatário ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Art. 25 Na aplicação das sanções previstas nos artigos 10 a 13 desta Instrução Normativa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Seção IV

Análise do possível enquadramento da conduta na Lei Anticorrupção

Art. 26 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Seção V

Da decisão fundamentada

Art. 27 As decisões que versarem sobre a aplicação ou não das sanções de que trata o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser fundamentadas e conter, no mínimo:

I - os fatos;

II - os argumentos apresentados;

III - as provas eventualmente apresentadas;

IV - os fundamentos legais e contratuais para a aplicação da sanção, quando for o caso; e

V - outras informações necessárias.

Parágrafo único. Na hipótese de a autoridade hierarquicamente superior concordar com a decisão proposta pela autoridade inferior, poderá adotar os fundamentos apresentados por esta como razão de decidir.

Seção VI

Da instrução

Art. 28 Após o prazo estipulado para recebimento da defesa prévia, com ou sem a apresentação desta, o processo poderá, a critério da autoridade competente, ser encaminhado ao Agente de Contratação, à Comissão de Contratação ou ao Gestor e Fiscal do contrato, para emissão de parecer informativo e opinativo, contendo, no mínimo, a análise sobre os elementos do processo e os pontos apresentados pela licitante, adjudicatária ou contratada na defesa prévia, quando houver.

Art. 29 A unidade responsável analisará o parecer de que trata o artigo acima e deverá propor à autoridade hierarquicamente superior a aplicação ou não da sanção.

Parágrafo único. Caso a proposta seja a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fato e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado.

Art. 30 Quando a autoridade competente concluir pela não aplicação da sanção, deverá ser cientificado o Agente de Contratação, a Comissão de Contratação ou o Gestor e Fiscal do contrato, a licitante, a adjudicatária ou a contratada, conforme o caso.

Art. 31 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 32 O Tribunal Regional Federal da 5ª Região deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Art. 33 Caberá ao órgão de assessoramento jurídico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região a produção de relatório da instrução, acompanhado da sanção aplicável ao caso concreto, se for o caso, apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Art. 34 Após esgotados os recursos administrativos cabíveis, caberá à Diretoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 5ª Região adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Seção VII

Do recurso

Art. 35 Da decisão que aplica as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§1º O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará

o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º O recurso será interposto perante a autoridade que emitiu a decisão de aplicação da sanção.

Art. 36 O recorrente deverá expor os fundamentos do recurso e juntar os documentos que julgar convenientes para provar o alegado.

Art. 37 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 38 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Art. 39 Interposto recurso de forma tempestiva, a autoridade que proferiu a decisão recorrida analisará as alegações apresentadas e emitirá decisão fundamentada sobre o mérito do recurso, podendo:

I - decidir pela não aplicação da sanção, dando ciência ao Agente de Contratação, à Comissão de Contratação ou ao Gestor e Fiscal de contrato e à licitante, adjudicatária ou contratada, conforme o caso;

II - revisar a sanção e decidir por sanção mais branda; ou

III - manter a sanção, submetendo o recurso à autoridade superior.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do caput, a autoridade procederá da seguinte forma:

I - caso o recurso se restrinja a solicitar a conversão da sanção inicialmente aplicada na sanção mais branda para a qual foi revista, a autoridade adotará as providências voltadas à aplicação desta última penalidade, sem remeter o processo à autoridade superior; ou

II - caso o recurso solicite a não aplicação de qualquer sanção ou a conversão para sanção ainda mais branda, a autoridade encaminhará o recurso à autoridade hierarquicamente superior, para decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Art. 40 Transcorrido o prazo para a interposição do recurso sem a manifestação da licitante, adjudicatária ou contratada, ou quando não for provido, a sanção será aplicada definitivamente, devendo ser providenciados:

I - a cientificação do Agente de Contratação, da Comissão de Contratação ou do Gestor e Fiscal do contrato acerca da aplicação de sanção;

II - a publicação do aviso de sanção no Diário Oficial da União;

III - o registro no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf); e

IV - a juntada ao processo do registro do Sicaf.

Parágrafo único. Quando a sanção aplicada, ou uma delas, for multa, além das providências de que trata o caput, a unidade competente deverá observar o disposto no § 2º do art. 11.

Art. 41 A licitante, adjudicatária ou contratada será intimada das decisões de que trata esta Seção.

CAPÍTULO V

DA PRESCRIÇÃO

Art. 42 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43 Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Instrução Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 44 As sanções de multa previstas no instrumento convocatório, na ata de registro de preços e/ou no contrato, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, não poderão exceder 100 (cem) vezes o valor do salário mínimo nacional vigente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses constantes dos incisos II, III, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 45 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ANEXO I

Para fins de aplicação da sanção de multa nos casos previstos nos incisos IV e V do art. 3º desta Instrução Normativa, adota-se a seguinte tabela de gradação:

Orçamento Estimado da Contratação (p/Grupo ou Item)	Alíquota a ser aplicada p/o Cálculo da Multa (%)
Até R\$ 30.000,00	5,0
De R\$ 30.000,01 a R\$ 40.000,00	4,5
De R\$ 40.000,01 a R\$ 50.000,00	4,0
De R\$ 50.000,01 a R\$ 60.000,00	3,5
De R\$ 60.000,01 a R\$ 70.000,00	3,0
De R\$ 70.000,01 a R\$ 80.000,00	2,5
De R\$ 80.000,01 a R\$ 90.000,00	2,0
De R\$ 90.000,01 a R\$ 100.000,00	1,5
De R\$ 100.000,01 a R\$ 200.000,00	1,0
Acima de R\$ 200.000,00	0,5

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO III

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº 123/2025



Biblioteca do TRF5

**Diário Eletrônico Administrativo TRF5, n. 72, p. 1-2 Disponibilização: 22/04/2025 –
Publicação 23/04/2025 ALTERADA por Portaria n. 155, de 19/05/2025**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

PRESIDÊNCIA PORTARIA Nº 123/2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 17, inciso XXXII do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o contido nos artigos 155 a 159, ambos do diploma legal supramencionado, que trata das infrações e sanções administrativas;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. **DESIGNAR** os servidores abaixo identificados para compor a comissão de instauração de processo de responsabilização e aplicação de penalidade, a fim de conduzir, juntamente com a autoridade competente, os atos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

Stetison Ribeiro de Oliveira - Matrícula nº 5576;
Alexandre Lima Farias - Matrícula nº 590; e
Paulo Roberto Galvão de Araújo – Matrícula nº 987

Art. 2º. A Comissão, na forma da lei, avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e apresentar as provas que entender necessárias.

Parágrafo Único. A Comissão, na intimação, deverá encaminhar o processo integral ao contratado, ou indicar o endereço eletrônico no qual ele está disponível

Art. 3º. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado será intimado para, querendo, apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Art. 4º. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 5º. A Comissão, encerrado o prazo de defesa, com ou sem resposta escrita, emitirá relatório avaliativo de todos os fatos e circunstâncias, encaminhando, na sequência, o processo para deliberação e julgamento da autoridade, mediante prévia análise da assessoria jurídica.

Art. 6º. Da decisão exarada pela autoridade, a Comissão deverá dar ciência ao licitante/contratado, notificando-o e concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias úteis para, querendo, interpor recurso ou pedido de reconsideração

Parágrafo Único. Em ambas as situações, o prazo é contado do recebimento da notificação e deve ser dirigido à autoridade superior.

Art. 7º. Os instrumentos convocatórios deverão fazer menção a esta Portaria.

Art. 8º A Comissão poderá solicitar informações e esclarecimentos as unidades técnicas responsáveis pela condução do processo de contratação ou sua execução com fim de instrução processual.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO IV

PLANILHA DO MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS							
PAD Nº 349/2025 - Solução de SD-WAN							
ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	PESQUISA DE PREÇOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO REF.	VALOR TOTAL
1	UNID.	Solução SD-WAN Tipo 1, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	6	SUPRISERV	R\$ 202.323,29	R\$ 203.424,43	R\$ 1.220.546,58
				QUALITEK	R\$ 199.000,00		
				NETSAFE	R\$ 208.950,00		
2	UNID.	Solução SD-WAN Tipo 2, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	10	SUPRISERV	R\$ 155.386,90	R\$ 153.612,30	R\$ 1.536.123,00
				QUALITEK	R\$ 149.000,00		
				NETSAFE	R\$ 156.450,00		
3	UNID.	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	2	SUPRISERV	R\$ 411.246,72	R\$ 375.565,57	R\$ 751.131,14
				QUALITEK	R\$ 349.000,00		
				NETSAFE	R\$ 366.450,00		
4	UNID.	Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	5	SUPRISERV	R\$ 224.316,42	R\$ 201.188,80	R\$ 1.005.944,00
				QUALITEK	R\$ 185.000,00		
				NETSAFE	R\$ 194.250,00		
5	UNID.	Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	5	SUPRISERV	R\$ 11.925,72	R\$ 10.125,24	R\$ 50.626,20
				QUALITEK	R\$ 9.000,00		
				NETSAFE	R\$ 9.450,00		
6	UNID.	Serviço de Instalação/Configuração e Migração, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	5	SUPRISERV	R\$ 46.865,06	R\$ 15.750,00	R\$ 78.750,00
				QUALITEK	R\$ 15.000,00		
				NETSAFE	R\$ 15.750,00		
7	UNID.	Horas de Consultoria, sob demanda, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	600	SUPRISERV	R\$ 356,53	R\$ 296,64	R\$ 177.984,00
				QUALITEK	R\$ 149,00		
				NETSAFE	R\$ 156,45		
				ID: 01742414000159-1-000021/2025	R\$ 288,03		
				ID: 33683111000107-1-000093/2025	R\$ 305,25		
				ID: 18621825000199-1-000021/2025	R\$ 350,00		
TOTAL GERAL:							R\$ 4.821.104,92

OBSERVAÇÕES:

1. Não responderam o pedido de cotação de preços: SECURISOFT DO BRASIL - EIRELI; MICROHARD INFORMÁTICA LTDA.; S.G. SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.; NOVA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NETWORKING; ARROBANET SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.; TELTEC SOLUTIONS LTDA.; IT PROTECT SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.; ARPSIST SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.; ARPER INFORMÁTICA LTDA.; MARP CONSULTING REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.; NCT INFORMÁTICA; NETWORK SECURE.TLD.

2. A pesquisa de preço foi elaborada com base na IN SEGES/ME Nº 65/21

3. Não foram identificados pregões ou outras contratações públicas contendo objetos considerados idênticos aos especificados no TR elaborado pela DTI. As contratações públicas apontadas na planilha guardam similaridade no tocante ao objeto que trata de horas de consultoria especializada em TIC.

RECIFE, 03/03/2026
ADISAIL RIBEIRO
Núcleo de Aquisições e Contratações

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO V

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE

AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - TRF5

Senhor Pregoeiro,

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico n.º 90003/2026, cujo objeto é a **FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) PARA A AQUISIÇÃO REGIONAL DE SOLUÇÃO SD-WAN PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO (JF5), INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E HORAS DE CONSULTORIA, com a forma de fornecimento INTEGRAL, PARA OS ITENS 1 e 2; com o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA OS ITENS 3, 4, 5 e 6; e, EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (EPU), PARA O ITEM 7,** conforme as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

GRUPO ÚNICO						
ITEM 1						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução SD-WAN Tipo 1, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	-		
			JFPE	4		
			JFSE	-		

			JFRN	-		
			JFPB	2		
ITEM 2						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução SD-WAN Tipo 2, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	2		
			JFPE	2		
			JFSE	2		
			JFRN	2		
			JFPB	2		
ITEM 3						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	-		
			JFPE	1		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	1		
ITEM 4						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	27502	Unidade	TRF5	1		

Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 5						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 6						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviço de Instalação/Configuração e Migração, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27111	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		

ITEM 7						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Horas de Consultoria, sob demanda, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27340	Horas	TRF5	100		
			JFPE	200		
			JFSE	100		
			JFRN	100		
			JFPB	100		
Valor Global por extenso do Grupo Único:					R\$	

ANEXO(S) DA PROPOSTA:

- **Proposta técnica a qual deverá conter: lista de equipamentos, softwares e serviços ofertados, incluindo fabricante, modelo, part-number de cada item que compõe sua oferta, inclusive dos serviços do fabricante, além de comprovar através de documentos do fabricante de que os serviços de garantia e as especificações dos produtos ofertados atendem cada especificação técnica exigida, indicando link para o documento (ou cópia do documento ou declaração do fabricante) e trecho do documento (podendo ser enviado em mídia digital).**

CLÁUSULA PRIMEIRA – CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS E DA BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS NA PROPOSTA DE PREÇOS

1.1. Declaro ciência de que na formação de preços formulada na proposta acima estão englobados todos os itens abaixo discriminados necessários e suficientes para a regular execução do serviço:

- Custos Diretos;
- Custos Indiretos;
- As despesas indiretas; e
- O lucro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO REGENTE E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO OU REEMBOLSO

3.1. Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pelo TRF da 5ª Região, seja qual for o motivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

4.1. O prazo de validade desta proposta é de _____ (_____) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 90003/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. Declaro ciência de que a **contratação, decorrente da Ata de Registro de Preços (ARP), dar-se-á mediante a convocação do adjudicatário para assinatura do Termo de Contrato,** nos termos do art. 90, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Declaro ciência de que o **prazo de vigência inicial da ata de registro de preços** a ser firmado será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c a **subcláusula 1.6 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

6.1.1. Estou ciente que no caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, consoante o disposto no Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal.

6.2. Declaro ciência de que o prazo de vigência do contrato a ser firmado será conforme as regras definidas na subcláusula 1.4 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

6.2.1. Concomitantemente, declaro ciência de que as condições para a prorrogação do contrato encontram-se dispostas nas subcláusulas 1.5.3 a 1.5.11 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

6.3. Declaro ciência de que o prazo de execução do objeto licitado será conforme os prazos estipulados na subcláusula 7.1.1 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Declaro ciência de que será permitida a adesão à ata de registro de preços nesta contratação SOMENTE dos Órgãos da Justiça Federal (Comum, Trabalhista e Eleitoral), o CNJ, o CJF, o CSJT, o STF e o STJ, conforme o disposto nas **subcláusulas 1.8 e 1.9 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

8.1. Declaro ciência de que o reajustamento de preços em sentido estrito poderá ser utilizado na presente contratação, observando-se as regras definidas na **Cláusula Décima Terceira do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

8.2. Declaro ciência de que não será permitida, com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, suscitar a variação da taxa cambial como justificativa para fundamentar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, devendo levar em conta essa variável como um risco inerente à formulação de proposta e execução de contratos, exceto quando apresentar caráter inesperado, ou seja, imprevisível.

CLÁUSULA NONA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

9.1. Declaro estar de acordo com os níveis mínimos de serviço, conforme as regras definidas na **Cláusula Décima Primeira do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O recebimento do objeto desta contratação será realizado nos termos do artigo 140 da Lei 14.133/2021, e em consonância com as condições especificadas nas **subcláusulas 12.1 a 12.22 do Anexo I - Termo de Referência** deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Declaro estar de acordo com as regras definidas na **subcláusula 5.2 do Anexo I – Termo de Referência** do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO

12.1. Declaro que dispomos do aparelhamento e do pessoal técnico necessários à realização do objeto ora licitado, bem como de que possuímos aptidão para iniciar os serviços tão logo seja convocada pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CIÊNCIA DO EDITAL

13.1. Declaro que **examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos**, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive da Comissão de Licitação e/ou Pregoeiro, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO NEPOTISMO/CARGOS E FUNÇÕES

14.1. Declaro, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal, conforme determinação contida no art. 3º da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, com nova redação dada pela Resolução nº 09 (06/12/2005).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS FUNÇÕES DE CHEFIA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

15.1. Declaro, sob as penas da lei, **que não colocaremos à disposição do TRF 5ª Região**, para o exercício de funções de chefia, empregados que incidam nas hipóteses previstas no art. 4º c/c os arts. 1º e 2º da Resolução n.º 156/2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

16.1. Declaro que não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESERVA DE CARGOS

17.1. Declaro que cumprimos reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposição contida no inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PARIDADE DE GÊNERO

18.1. Declaro que serão observados, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres, admitindo-se a flexibilização no que tange às funções insalubres e com jornada noturna, nos termos do art. 2º da Resolução nº 540, de 18 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DADOS BANCÁRIOS

19.1. Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____, Agência nº _____, Banco _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO AMBIENTE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. Declaro total conhecimento das condições presentes no ambiente onde os serviços serão executados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ATENDIMENTO AOS DIREITOS TRABALHISTAS

21.1. Declaro que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalhos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega deste documento, nos termos do art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO REGIME TRIBUTÁRIO

22.1. Declaro que o **REGIME TRIBUTÁRIO** de nossa empresa é o _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS MEIOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

23.1. Declaro ciência que a comunicação com a Fiscalização do Contrato dar-se-á conforme o disposto na **Cláusula Décima do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO PROCESSAMENTO DO PAGAMENTO

24.1. Declaro ciência que, para efeito de pagamento, DEVERÃO ser acostados no **Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira – SIGEO**, o documento (único) de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

24.1.1. Para o processamento do pagamento dos materiais fornecidos ou serviços prestados ao Tribunal, a CONTRATADA deverá realizar o auto-cadastro no SIGEO através do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

24.2. Declaro ciência que caso seja necessária a inclusão de pedidos e/ou requerimentos pelo(s) adjudicatário(s)/contratado(s), será atribuição do gestor da contratação criar e disponibilizar os processos correspondentes na **plataforma SEI-TRF5** à ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA, relacionando-os ao processo originário da contratação, assim como os processos administrativos de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

25.1. Declaro estar integralmente de acordo com os requisitos de contratação definidos na **Cláusula Quarta do Anexo I – Termo de Referência deste edital.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

26.1. Declaro estar integralmente de acordo com as condições de execução definidas na **Cláusula Sétima do Anexo I – Termo de Referência deste edital.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA MODALIDADE DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

27.1. Indico, como modalidade de garantia a ser prestada, _____, nos termos do art. 96, §1º, da Lei 14.133/2021, e que a comprovação da prestação da garantia será protocolada no TRF da 5ª Região, estando ciente das condições impostas na subcláusula 4.7 do Anexo I - Termo de Referência deste Edital, e nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SG/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA GARANTIA TÉCNICA DO PRODUTO/SERVIÇO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

28.1. Declaro ciência de que a garantia dos produtos adquiridos e serviços prestados, além da manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, está amparada pelo Código de Defesa

do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 c/c a subcláusula 4.23 do Anexo

I - Termo de Referência deste Edital.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
SANCIONATÓRIO E A DOSIMETRIA NA APLICAÇÃO DE SANÇÕES**

29.1. Declaro ciência do inteiro teor da Instrução Normativa nº 01/2025 da Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, que define as regras no que tange ao procedimento administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de sanções decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito deste Egrégio Tribunal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

30.1. Declaro ciência do inteiro teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA– DO REPRESENTANTE LEGAL E/OU DO PROCURADOR

31.1. O(s) representante(s) legais(is) da empresa, que assinará(ão) a PROPOSTA COMERCIAL, a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e o TERMO DE CONTRATO, é(são) o(a)(s) Sr.(a)(s) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (identidade), (CPF), (endereço), (telefones) e (e-mail).

31.2. O(s) procurador(es) da empresa, se houver, que assinará(ão) a PROPOSTA COMERCIAL, a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e o TERMO DE CONTRATO, é o(a) Sr(a)(s) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (identidade), (CPF), (endereço), (telefones) e (e-mail).

31.3. No caso do(s) representante(s) legal(is) ser(em) procurador(es), a licitante vencedora deverá encaminhar junto com esta proposta cópia do instrumento de procuração que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

31.4. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) requerer seu login e senha para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Contrato, quando houver.

Local, ____ de _____ de _____

Nome da Empresa

Nome do Representante Legal

ATENÇÃO: Maiores informações poderão ser obtidas junto à Gestão do Sistema SEI deste TRF5, por intermédio dos telefones (81) 3425-9181/3425-9467/3425-9706 e e-mail: ged@trf5.jus.br e contratos@trf5.jus.br.

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº XX/2026-TRF 5ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
Processo Administrativo SEI nº 0010634-54.2025.4.05.7000

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**, com sede no Cais do Apolo, s/n, Edifício Ministro Djaci Falcão, Bairro do Recife – Recife/PE, CEP 50.030-908, inscrito no CNPJ nº 24.130.072/0001-11, **órgão gerenciador**, doravante denominado **TRF 5ª REGIÃO**, neste ato representado pelo Diretor Administrativo, _____, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, o Decreto nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015; o Decreto 11.462/2023, de 31 de março de 2023, além das demais disposições legais aplicáveis, em face do resultado obtido no **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026 – Processo Administrativo SEI nº 0010634-54.2025.4.05.7000**, resolve registrar os preços ofertados pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na _____ CEP: _____, Telefones: _____ – e-mail: _____ doravante denominada **FORNECEDOR**, neste ato representada por _____, para eventual aquisição, observadas as condições do Edital e seus anexos que regem o Pregão e consoante as cláusulas que se seguem:

Ingressam como participantes desta Ata de Registro de Preços:

- **JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO – JFPE (UASG 90009)**
- **JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE – JFRN (UASG 90007)**
- **JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE – JFSE (UASG 90011)**
- **JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA – JFPB (UASG 90008)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços, a contratação de empresa para **aquisição regional de solução *sd-wan* para a Justiça Federal da 5ª Região (JF5), incluindo os serviços de instalação, configuração, migração e horas de consultoria**, com a forma de fornecimento integral, para os itens 1 e 2; com o regime de execução empreitada por preço global, para os itens 3, 4, 5 e 6; e, empreitada por preço unitário (epu), para o item 7, conforme as especificações e características constantes no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 e Anexos**, integrantes deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS QUANTIDADES E DO VALOR REGISTRADO

2.1. As quantidades e os valores registrados do objeto desta Ata estão indicados a seguir:

GRUPO ÚNICO						
ITEM 1						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução SD-WAN Tipo 1, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	-		
			JFPE	4		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	2		
ITEM 2						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Solução SD-WAN Tipo 2, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	2		
			JFPE	2		
			JFSE	2		
			JFRN	2		
			JFPB	2		
ITEM 3						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	-		
			JFPE	1		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	1		
ITEM 4						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 5						

Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 6						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviço de Instalação/Configuração e Migração, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27111	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 7						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Horas de Consultoria, sob demanda, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27340	Horas	TRF5	100		
			JFPE	200		
			JFSE	100		
			JFRN	100		

			JFPB	100		
Valor Global por extenso do Grupo Único:					R\$	

2.2. O preço global registrado corresponde a **R\$** _____ (_____).

2.3. Os preços que vigorarão na presente Ata de Registro de Preços abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto deste instrumento (impostos, contribuições, fretes, seguros, embalagens, instalações e outros).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. DO PRAZO DE VALIDADE

3.1.1. O prazo de vigência inicial da ata de registro de preços a ser firmado será de **01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme o disposto no art. 84, caput, da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.1.1.1. No caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas. **(Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal).**

3.2. DA VEDAÇÃO E ACRÉSCIMOS DE QUANTITATIVOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, nos termos do art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO

O controle e o gerenciamento da ata de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto às/aos:

- a) quantitativos e os saldos;
- b) solicitações de adesão; e
- c) remanejamentos das quantidades.

3.4. DA REVISÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao **TRF 5ª REGIÃO** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas nos arts. 25, 26 e 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.5. DO CANCELAMENTO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados serão realizados nos termos dos arts. 28 e 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.6. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

As quantidades previstas dos itens registrados na ata de registro de preços poderão ser remanejadas nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 11.462/2023, conforme previsão na cláusula vigésima sexta do Edital.

3.7. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Durante a vigência da ata, somente será admitido solicitar a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) os Órgãos da Justiça Federal (Comum, Eleitoral e Trabalhista), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que não participaram do procedimento de IRP na condição de não participantes, nos termos do art. 7º, inc. I, do Decreto Federal nº 11.462/2023, observados os requisitos constantes na cláusula vigésima sétima do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONTRATAÇÕES E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

4.1. DAS CONTRATAÇÕES

4.1.1. O TRF 5ª REGIÃO não se obriga a firmar as contratações que poderão advir desta Ata de Registro de Preços, ressalvada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições, na hipótese do TRF 5ª REGIÃO utilizar-se de outros meios para a contratação, nos termos do art. 90, caput, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 34, caput, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

4.1.2. A contratação com os valores registrados poderá ser feita de acordo com as necessidades e conveniências do TRF da 5ª Região, **mediante termo de contrato, nas condições e prazos estabelecidos no Anexo VII, do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026-TRF 5ª Região**, nos termos do art. 90, caput, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 34, caput, do Decreto Federal nº 11.462/2023.

4.1.3. As despesas inerentes à contratação do objeto desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária específica do **Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Órgão Gerenciador)**, e dos demais Órgãos da Justiça Federal (Órgãos Participantes e Não-Participantes), e somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme permissivo constante do art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023

4.1.4. Não será permitida a **subcontratação**, no todo ou em parte, do objeto desta Ata de Registro de Preços, conforme o **item 1.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026-TRF 5ª Região**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS MEIOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

As comunicações, solicitações e/ou requerimentos, notificações ou intimações entre as partes contratantes, decorrentes deste instrumento deverão ser realizadas através dos processos correspondentes, os quais serão disponibilizados na plataforma SEI-TRF5 à CONTRATADA, podendo ainda ser encaminhadas via correio eletrônico e/ou por softwares de gestão de contratos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

A Ata de Registro de Preços (ARP) será integrada pelo Tribunal Regional Federal (Órgão Gerenciador) e pelos seguintes Órgãos Participantes, conforme abaixo:

TIPO	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO COMPLETO (FORNECIMENTO)	UASG
ÓRGÃO GERENCIADOR	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - TRF5	CNPJ: 24.130.072/0001-11 Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife Recife - PE, CEP: 50.030-908	90031
(J5)	JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO – JFPE	CNPJ: 05.441.804/0001-40 Av. Recife, 6250, Bairro do Jiquiá Recife - PE, CEP: 50.865-900	90009
	JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE - JFRN	CNPJ: 05.441.836/0001-45 R. Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova Natal - RN, CEP: 59.064-250	90007
	JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE - JFSE	CNPJ: 05.426.567/0001-48 Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Capucho Aracaju - SE, CEP: 49.081-083	90011
	JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA - JFPB	CNPJ: 05.433.643/0001-42 R. João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim João Pessoa - PB, CEP: 58.031-900	90008

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Para melhor caracterizar a presente Ata, integram também este instrumento como se nela estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre Contratos Públicos, os seguintes documentos:

- a) Pregão Eletrônico nº 90003/2026 - Edital e Anexos
- b) Processo Administrativo SEI nº 0010634-54.2025.4.05.7000
- c) Proposta do FORNECEDOR, datada de _____

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1. O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Eletrônico da Justiça em conformidade com a Resolução nº 29, de 26 de outubro de 2011- TRF5ªR, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei nº 11.419/2006.

8.2. A Ata de Registro e Preços será publicada na íntegra, respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, no Portal da Transparência Pública do TRF 5ª REGIÃO.

8.3. A divulgação por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia deste contrato e de seus aditamentos, consoante disciplina o Art. 94, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na cidade do Recife, para dirimir dúvidas decorrentes da presente Ata.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Recife/PE

**DIRETOR ADMINISTRATIVO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

**REPRESENTANTE
FORNECEDOR**

Pregão Eletrônico nº 90003/2026

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E _____, NA FORMA ABAIXO:

Processo Administrativo nº 0010634-54.2025.4.05.7000

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, com sede no Cais do Apolo, s/nº, Edifício Ministro Djaci Falcão, Bairro do Recife - Recife/PE, CEP nº 50.030-908, inscrito no CNPJ sob o nº 24.130.072/0001-11, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor Administrativo, _____, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e _____, inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na CEP nº ____ Tel: (____) nº _____, e-mail _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, no uso das atribuições que lhe são conferidas, firmam o presente Contrato, decorrente do a Ata de Registro de Preços nº ____ - **Pregão Eletrônico nº 90003/2026 - Processo Administrativo nº 0010634-54.2025.4.05.7000**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, além das demais disposições legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a aquisição regional de **solução *sd-wan* para a Justiça Federal da 5ª Região (JF5), incluindo os serviços de instalação, configuração, migração e horas de consultoria**, com a forma de fornecimento integral, para os itens 1 e 2; com o regime de execução empreitada por preço global, para os itens 3, 4, 5 e 6; e, empreitada por preço unitário (epu), para o item 7, conforme as características, especificações técnicas, previsões e exigências contidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 e Anexos**, os quais independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

As quantidades do objeto deste Contrato estão descritas na cláusula quarta e suas especificações encontram-se detalhadas no **Termo de Referência e demais Anexos, além do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2026**, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto desta contratação será pelo regime de execução indireta com forma de fornecimento integral (itens 1 e 2), de empreitada por preço global (itens 3; 4; 5 e 6) e preço unitário (item 7), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste contrato, conforme **4.28 do Termo de Referência, Anexo I do Edital do Eletrônico nº 90003/2026**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor global do objeto do presente Contrato é de **R\$ ____**(____), conforme proposta da CONTRATADA transcrita, a seguir:

GRUPO ÚNICO						
ITEM 1						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução SD-WAN Tipo 1, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	609340	Unidade	TRF5	-		
			JFPE	4		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	2		
ITEM 2						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	609340	Unidade	TRF5	2		

Solução SD-WAN Tipo 2, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.			JFPE	2		
			JFSE	2		
			JFRN	2		
			JFPB	2		
ITEM 3						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 1 – 70 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	-		
			JFPE	1		
			JFSE	-		
			JFRN	-		
			JFPB	1		
ITEM 4						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Solução de Gerenciamento de logs, Análise de Segurança e Relatórios (Tipo 2 – 30 GB), conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 5						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Solução de Gerenciamento Centralizado e Automatizado, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27502	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 6						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Serviço de Instalação/Configuração e Migração, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27111	Unidade	TRF5	1		
			JFPE	1		
			JFSE	1		
			JFRN	1		
			JFPB	1		
ITEM 7						
Descrição	CATSER	Unidade de Medição	Órgão	Quant. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Horas de Consultoria, sob demanda, conforme o Anexo I-C do Termo de Referência.	27340	Horas	TRF5	100		
			JFPE	200		
			JFSE	100		
			JFRN	100		
			JFPB	100		

Valor Global por extenso do Grupo Único:	R\$
---	------------

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União, estando classificadas conforme a seguir: no Programa de Trabalho nº ____ e no Elemento de Despesa nº _____.

5.2. Foi emitida Nota de Empenho de nº _____ datada de _____, na modalidade _____, no valor de R\$ _____(_____).

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO, LOCAL E CODIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. DA FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO

A forma e o local de execução do objeto deste contrato encontram-se detalhada e disposta no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**, parte integrante deste Contrato.

6.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **CONTRATADA**, quanto à qualificação técnica, declara que cumpre todas as exigências estabelecidas no Edital e Anexos, no ato da assinatura deste Contrato.

6.3. DO ACORDO DE CONFIDENCIALIADE

A CONTRATADA assina neste ato, o **Acordo e Confidencialidade**, Anexo deste instrumento e dará ciência aos profissionais que participarão da execução desta contratação, conforme consta nos ANEXO I-A e I-B, do **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

6.4. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA, quando da execução dos serviços e/ou fornecimentos dos bens, obriga-se a cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômico, conforme estabelecido nas legislações e condições previstas no **item 4.5 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

6.5. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DOS RESULTADOS – IMR

O Acordo de níveis de serviços, a periodicidade de aferição e avaliação, bem como o acordo inicial e ajustes de indicadores, são os previstos no **item 11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

7.1. DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, a critério do Contratante, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para quaisquer das partes, conforme o disposto no art. 107, caput, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. DOS DEMAIS PRAZOS DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO

Os demais prazos estão estabelecidos no **Termo de Referência, Anexo I do Edital** que versa sobre o escopo da contratação e a descrição dos serviços pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

O recebimento provisório e definitivo dos serviços deve ser realizado conforme o disposto, no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com as regras definidas nos **subitens 12.1 a 12.22 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. É responsabilidade da CONTRATADA a execução do objeto contratado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas no Edital e seus Anexos, na Proposta Técnica e Comercial, além das constantes nos artigos 92, incisos XVI e XVII, 115, 118, 119, 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021, assumindo-as integralmente.

9.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além da constante do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no **item 5.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, e ainda:

9.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espeque no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Atender prontamente todas as solicitações do CONTRATANTE previstas no Termo de Referência, e outras estabelecidas neste Contrato.

9.2.3. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.

9.2.4. Aceitar, nas mesmas condições do Contrato, os **acréscimos ou supressões**, que se fizerem necessários no serviço, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, consoante o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Obrigar-se a não **empregar menores de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9.2.6. Observar o inserto no **art. 3º da Resolução nº 07 (18/10/2005), com nova redação dada pela Resolução nº 09 (06/12/2005)**, ambas do Conselho Nacional de Justiça, no tocante a vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que contrate empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo na ocorrência de quaisquer umas das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, a este Sodalício, respondendo, na forma da lei, pela omissão.

9.2.7. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.7.1. Na hipótese de ser constatada a inadimplência das condições contidas no item anterior, a CONTRATADA será notificada para regularização no prazo definido pela Administração, sob pena de rescisão.

9.2.8. Nos **aditamentos** ao Contrato, a CONTRATADA, após a comunicação para assinatura do respectivo termo, terá o prazo de **05(cinco) dias úteis** para devolvê-lo ao CONTRATANTE, e se houver alteração dos representantes da CONTRATADA, deverá enviar juntamente o novo documento, no qual confere os poderes, **devidamente autenticado**, conforme as condições e qualificações jurídicas exigidas no Termo de Referência e neste instrumento.

9.2.9. A CONTRATADA se obriga a tomar conhecimento, difundir entre seus colaboradores e cumprir e fazê-los cumprir o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, estabelecido **pela Resolução CJF n. 147/2011**, disponível através do endereço: https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/estrategia-e-governanca/Res_CJF_147_2011.pdf/view

9.2.10. A CONTRATADA deverá observar e cumprir a **Resolução 351, de 28/10/20, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, que instituiu a **Política de Prevenção e enfrentamento do assédio moral, o assédio sexual e de todas as formas de discriminação no âmbito do Poder Judiciário**. Para tanto, compromete-se a instruir seus empregados a respeito do normativo, inclusive, no que tange às práticas de assédio e discriminação, bem como acerca dos procedimentos de denúncia, para o caso de ocorrências.

9.2.11. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de *modificação de endereço*, sob pena de infração contratual.

9.2.12. A CONTRATADA declara não ter entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da **Resolução nº 156 de 08 de agosto de 2012**, do Conselho nacional de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O regime jurídico desta contratação confere ao **CONTRATANTE** as prerrogativas relacionadas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do, art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no **item 5.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**, e ainda:

10.2.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto contratado.

10.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

10.2.3. Efetuar a análise do documento de cobrança, atestar em tempo hábil, e encaminhar ao setor competente para a realização do pagamento.

10.2.4. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709/2018

11.1. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual

11.1.1. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 c/c 23 da Lei 13.709/2018;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida

do determinado pelo **CONTRATANTE**, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

11.2. As partes responderão administrativa e judicialmente na hipótese de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

11.2.1. O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

11.2.2. A **CONTRATADA** declara que se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

11.3. No prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência, A **CONTRATADA** fica obrigada a informar ao **CONTRATANTE** qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, inclusive acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, de modo a possibilitar a adoção das providências devidas, dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como o atendimento de questionamentos das autoridades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução deste Contrato ficará a cargo da **Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI**, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, conforme previsão contida no **item 8 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública, além do disposto no Capítulo X da Lei nº 14.133/2021 e será efetuado **mensalmente**, mediante crédito em conta corrente **até o 10º(décimo) dia útil**, conforme as condições estabelecidas nos subitens **12.23 a 12.45 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

13.1.2. Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** deverá juntar no **Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira - SIGEO**, o **documento (único) de cobrança** constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

13.1.3. O processamento do pagamento dos materiais fornecidos ou serviços prestados ao Tribunal, a CONTRATADA deverá realizar o auto-cadastro no **SIGEO** através do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

13.1.4. A CONTRATADA deverá também juntar e manter atualizado no **SIGEO** as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, além de outros documentos requeridos no sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RETENÇÕES

No ato do pagamento serão **retidos** na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

Serão aplicadas à **CONTRATADA**, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e quando for o caso, as penalidades previstas no **item 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, sem prejuízo das disposições contidas na Instrução Normativa nº 01/2025, da Diretoria Geral do TRF 5ª REGIÃO.**

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas constante no edital, em relação aos custos com insumos e materiais necessários à execução do objeto, nos termos do §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021 e **item 13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

17.1.1. A CONTRATADA, quanto aos **pedidos de repactuação ou reajuste** nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MPDG, deverá protocolar seus requerimentos **até o dia 30 de outubro de cada exercício, nos termos da Portaria nº 273/2025, da Diretoria Geral, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.**

17.2. O reajustamento dos preços insumos decorrentes do mercado e praticados no contrato é o **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido e divulgado **pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA apresentará garantia de **5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação**, consoante estabelecido no Artigo 96 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até **10 (dias) dias úteis** contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, conforme as regras estabelecidas no **item 4.7 do Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

18.1.2. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade **SEGURO-GARANTIA**, **o prazo máximo para a prestação da garantia será de 01 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme estabelecido no §3º, art. 96, da Lei nº 14.133/2021

18.2. DA GARANTIA TÉCNICA DO SERVIÇO

Será exigida a prestação de garantia de serviço para o objeto contratado, conforme estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (**Código de Defesa do Consumidor**), conforme disposto no **Termo de Referência, Anexo I do Edital**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Contrato se dará nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS MEIOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

As comunicações, solicitações e/ou requerimentos, notificações ou intimações entre as partes contratantes, decorrentes deste instrumento deverão ser realizadas através dos processos correspondentes, os quais serão disponibilizados na plataforma SEI-TRF5 à CONTRATADA, podendo ainda ser encaminhadas via correio eletrônico e/ou por softwares de gestão de contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos da legislação sobre Contratos Públicos, o presente instrumento fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, e vincula-se ao/à:

- a) Pregão Eletrônico nº 90003/2026 - Edital e Anexos
- b) Processo Administrativo SEI nº 0010634-54.2025.4.05.7000
- c) Ata e Registro e Preços nº XX/2026
- c) Proposta da Contratada e Anexos, datada de ____/____/____
- d) Resolução nº 147/2011-CJF - Código de Conduta
https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/estrategia-e-governanca/Res_CJF_147_2011.pdf/view
- e) Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A **CONTRATADA** responderá pelos danos eventuais que vier a causar em decorrência de descumprimento de quaisquer das condições previstas neste instrumento.

22.2. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

22.3. O objeto do presente Contrato inclui salários, encargos, taxas, vantagens pecuniárias especiais inerentes à categoria profissional e demais obrigações trabalhistas.

22.4. Na execução do presente Contrato, não de ser observados os preceitos de direito público e os ditames da Lei Geral de Licitações, sendo aplicados supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

22.5. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela Diretoria Geral do **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Eletrônico da Justiça em conformidade com a Resolução nº 29, de 26 de outubro de 2011- TRF5ªR, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei nº 11.419/2006.

23.2. O Contrato será publicado na íntegra, respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, no Portal da Transparência Pública do TRF 5ª REGIÃO.

23.3. A divulgação por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia deste contrato e de seus aditamentos, consoante disciplina o Art. 94, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na cidade do Recife, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Recife/PE,

DIRETOR ADMINISTRATIVO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

REPRESENTANTE
EMPRESA

ANEXO I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÃO

A UNIÃO, por intermédio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede no Cais do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.130.072/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, _____, no uso das atribuições que lhe são conferidas e <EMPRESA CONTRATADA>, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço na <endereço completo>, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por <ou diretor ou procurador>, Sr. <nome do representante>, firmam o presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÃO, decorrente da realização deste Contrato, que entra em vigor a partir da data de sua assinatura e é regido mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

Para fins do presente Acordo, são consideradas INFORMAÇÕES SIGILOSAS, os documentos e informações transmitidos pela CONTRATANTE e recebidos pela CONTRATADA através de seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes. Tais documentos e informações não se limitam, mas poderão constar de dados digitais, desenhos, relatórios, estudos, materiais, produtos, tecnologia, programas de computador, especificações, manuais, planos de negócio, informações financeiras, e outras informações submetidas oralmente, por escrito ou qualquer outro tipo de mídia. Adicionalmente, a expressão INFORMAÇÕES SIGILOSAS inclui toda informação que CONTRATADA possa obter através da simples visita às instalações da CONTRATANTE.

2. DOS LIMITES DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para fins do presente Acordo, não serão consideradas INFORMAÇÕES SIGILOSAS as que:

- 2.1 são ou tornaram-se públicas sem ter havido a violação deste Acordo pela CONTRATADA;
- 2.2 eram conhecidas pela CONTRATADA, comprovadas por registros escritos em posse da mesma, antes do recebimento delas pela CONTRATANTE;
- 2.3 foram desenvolvidas pela CONTRATADA sem o uso de quaisquer INFORMAÇÕES SIGILOSAS;
- 2.4 venham a ser reveladas pela CONTRATADA quando obrigada por qualquer entidade governamental jurisdicionalmente competente;
- 2.4.1 tão logo inquirida a revelar as informações, a CONTRATADA deverá informar imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para que este requera medida cautelar ou outro recurso legal apropriado;
- 2.4.2 a CONTRATADA deverá revelar tão somente as informações que forem legalmente exigidas;

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Consiste nas obrigações da CONTRATADA:

- 3.1 garantir que as Informações Confidenciais serão utilizadas apenas para os propósitos do contrato nº <número do contrato>, e que serão divulgadas apenas para seus diretores, sócios, administradores, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes, respeitando o princípio do privilégio mínimo;
- 3.2 não divulgar, publicar, ou de qualquer forma revelar qualquer INFORMAÇÃO SIGILOSA recebida através da CONTRATANTE para qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE;
- 3.3 garantir que qualquer INFORMAÇÃO SIGILOSA fornecida por meio tangível não deve ser duplicada pela CONTRATADA exceto para os propósitos descritos neste acordo;
- 3.4 a pedido da CONTRATANTE, retornar a ele todas as INFORMAÇÕES SIGILOSAS recebidas de forma escrita ou tangível, incluindo cópias, reproduções ou outra mídia contendo tais informações, dentro de um período máximo de 10 (dez) dias após o pedido;
- 3.4.1 como opção para CONTRATADA, em comum acordo com a CONTRATANTE, quaisquer documentos ou outras mídias possuídas pela CONTRATADA contendo INFORMAÇÕES SIGILOSAS podem ser destruídas por ela;
- 3.4.1.1 a destruição de documentos em papel deverá seguir recomendação da norma DIN 32757-1: 4, ou seja, destruição do papel em partículas de, no mínimo, 2 x 15mm;

3.4.1.2 a destruição de documentos em formato digital deverá seguir a norma DoD 5220.22-M (ECE) ou o método descrito por Peter Guttmann no artigo “Secure Deletion of Data From Magnetic and Solid-State Memory” ou através da utilização de desmagnetizadores (*degausser*);

3.4.1.3 a destruição das INFORMAÇÕES SIGILOSAS que não estiverem nos formatos descritos nos itens 3.4.1.1 e 3.4.1.2 deverá ser previamente acordada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

3.4.1.4 a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE certificado com respeito à destruição, confirmando quais as informações que foram destruídas e os métodos utilizados, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias;

3.5 A CONTRATADA deverá dar ciência deste acordo a todos seus sócios, empregados, prestadores de serviço, prepostos ou quaisquer representantes que participarão da execução dos serviços objetos do contrato e, será responsável solidariamente por eventuais descumprimentos das cláusulas aqui descritas;

4. DA PROPRIEDADE DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

4.1 a CONTRATADA concorda que todas as INFORMAÇÕES SIGILOSAS permanecem como propriedade da CONTRATANTE e que este pode utilizá-las para qualquer propósito sem nenhuma obrigação com ela;

4.2 A CONTRATADA concorda ter ciência de que este acordo ou qualquer INFORMAÇÕES SIGILOSAS entregues pela CONTRATANTE a ela, não poderá ser interpretado como concessão a qualquer direito ou licença relativa à propriedade intelectual (marcas, patentes, copyrights e segredos profissionais) à CONTRATADA;

4.3 A CONTRATADA concorda que todos os resultados dos trabalhos prestados por ela à CONTRATANTE, inclusive os decorrentes de especificações técnicas, desenhos, criações ou aspectos particulares dos serviços prestados, são reconhecidos, irrestritamente, neste ato, como de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA reivindicar qualquer direito inerente à propriedade intelectual;

5. DOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1 a CONTRATADA declara que recebeu cópia e está ciente da Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, definida pelo Conselho da Justiça Federal através da Resolução Nº 006 de 07 de abril de 2008, e de todos os seus documentos acessórios já criados;

5.2 a CONTRATADA declara que seguirá todas as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação definidos e/ou seguidos pela CONTRATANTE;

6. DO PRAZO DE VALIDADE DO ACORDO

As obrigações tratadas neste acordo subsistirão permanentemente, mesmo após a conclusão dos serviços ou até que a CONTRATANTE comunique expressa e inequivocadamente, por escrito, à CONTRATADA, que as informações já não são mais sigilosas.

7. DAS PENALIDADES

Qualquer divulgação de dados, materiais, desenhos ou informações, obtidos em razão dos serviços por CONTRATADA, ou prepostos e seus funcionários, sem a respectiva autorização prévia, expressa e escrita da CONTRATANTE, implicará na obrigatoriedade de CONTRATADA ressarcir as perdas e danos experimentados pela CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades civis e criminais previstas em lei.

8. DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na cidade do Recife, para dirimir dúvidas decorrentes do presente Acordo.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Recife/PE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

REPRESENTANTE

EMPRESA